

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
II. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	3
III. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL.....	7
III.1. OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO.....	7
III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs).....	8
III.3. IMPACTO DEMOGRÁFICO E MACROECONÓMICO DO HIV-SIDA.....	13
IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL.....	16
IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL.....	16
A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL.....	17
B. PESCAS.....	23
C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	24
D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA.....	26
E. ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	27
F. CONSTRUÇÃO.....	28
G. COMÉRCIO.....	29
H. RESTAURANTES E HOTÉIS.....	29
I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	29
IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL.....	30
IV.3. INFLAÇÃO.....	36
IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	42
V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR.....	44
V.1. ÁREA SOCIAL.....	44
A. EDUCAÇÃO.....	44
B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	49
C. SAÚDE.....	51
D. TRABALHO.....	59
E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL.....	63
F. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFECIENTES DE GUERRA.....	67
G. CULTURA.....	68
H. JUVENTUDE E DESPORTOS.....	70
I. MEIO AMBIENTE.....	72
V.2. ÁREA ECONÓMICA.....	75
A. AGRICULTURA.....	75
B. INFRAESTRUTURAS.....	79
C. PESCAS.....	91
D. RECURSOS MINERAIS.....	97
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	102
F. TURISMO.....	105
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	110
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL.....	114
V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	117
V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA.....	126
VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	131

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

VI. QUESTÕES TRANSVERSAIS	141
VI.1 DESMINAGEM	141
VI.2 REDUÇÃO DO IMPACTO DAS CALAMIDADES	142
VI.3 HIV-SIDA.....	142
VI.4 MEIO AMBIENTE	145
VI.5 GÉNERO	146
ANEXO 1 – MATRIZ REDUZIDA DE INDICADORES PRINCIPAIS.....	149

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento “Balço do Plano Económico e Social 2005”, constitui a primeira avaliação anual da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009.

O documento é composto por cinco capítulos, nomeadamente: o contexto internacional; o contexto macroeconómico nacional; os principais desenvolvimentos por sector; a política orçamental; e, as questões transversais.

No contexto internacional apresenta-se a evolução da economia internacional o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o País implementou a sua política económica e social; no contexto macroeconómico nacional são apresentados os principais indicadores económicos; no capítulo dos principais desenvolvimentos por sector são apresentadas as principais medidas e acções de política implementadas; no capítulo da política orçamental é apresentado o envelope de recursos e sua aplicação com vista ao cumprimento das acções previstas no Plano Económico e Social para 2005. No último capítulo são avaliadas as medidas de política relacionadas com as questões transversais, matérias que são, igualmente, objecto de análise no capítulo relativo aos principais desenvolvimentos por sector.

Em anexo, é apresentada a matriz resumida de indicadores principais das actividades do Governo.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

O ano de 2005 foi caracterizado por um crescimento generalizado da economia mundial, estimando-se que o PIB agregado tenha crescido cerca de 4% contra os 5,1% registados no ano anterior. Este crescimento foi potenciado pelo desempenho da economia norte-americana e grande parte das economias asiáticas e o impacto do crescimento do Japão. A zona do euro tem estado a recuperar progressivamente. Este crescimento da economia mundial teve um impacto nos preços do petróleo e de alguns produtos básicos. Apesar disso, os níveis dos preços têm sido bastante estáveis apesar do aumento do preço do petróleo.

Estados Unidos da América

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Estima-se que o PIB nos Estados Unidos da América tenha crescido 3,5%, em 2005, contra 4,4% no ano anterior. O consumo privado e o investimento, em particular o não-residencial, dinamizaram a economia, apesar do aumento das taxas de juro. A produtividade nesta economia tem tido os seus efeitos positivos, apesar das calamidades naturais que assolaram o país durante o ano e do aumento do preço do petróleo.

As taxas de juro de curto prazo quase que duplicaram entre 2004 e 2005. Apesar deste condicionalismo, a produção industrial teve um bom desempenho avaliado em 2,8%. O nível de desemprego em Dezembro último foi de 4,9 % contra 5,4% um ano antes. A inflação foi de 3,4% em Dezembro de 2005.

	2004	2005
Crescimento Mundial do PIB	5,1	4,3
EUA	4,4	3,5
Japão	2,6	1,5-2,4
Zona do Euro	1,8	1,3
Economias Avançadas	3,4	2,6
Países em Desenvolvimento	7,2	6,3
África	5,1	5,0
África do Sul	3,7	4,0
Comércio Internacional	9,9	7,4
Importações		
Economias Avançadas	8,5	6,5
Países em Desenvolvimento	15,5	12,0
Exportações		
Economias Avançadas	8,1	5,9
Países em Desenvolvimento	13,8	9,9

Fontes: World Economic Outlook (FMI), Economic Outlook (OCDE)

União Europeia

Na zona do Euro, estima-se que o crescimento do PIB em 2005 tenha sido de 1,3% contra 1,8% em 2004. A recuperação é ainda moderada e continuará nesse ritmo nos próximos anos. Para este crescimento contribuiu o investimento, em particular o investimento público e não-residencial. Neste quadro, as taxas de juros de curto prazo mantiveram-se estáveis aos níveis do ano anterior. A inflação ficou abaixo dos 2% isto é, 1,8% contra 2,1% do ano anterior.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

A produção industrial cresceu apenas 2,6%, variação homóloga até Novembro e a taxa de desemprego baixou em relação ao ano transacto apesar de continuar relativamente alta, 8,4% para Dezembro de 2005. No mesmo período de 2004 estava em 8,8%.

Taxas de Crescimento (%)		
	2004	2005
Termos de Troca		
Economias Avançadas	-0,4	0,3
Países em Desenvolvimento	3,3	2,2
Preços em dólares		
Produtos Manufacturados	8,8	6,2
Petróleo	30,7	23,2
Commodities	18,8	3,8
Inflação		
EUA	2,7	2,7
Zona do Euro	2,1	1,8
Economias Avançadas	1,6	2,1
Países em Desenvolvimento	5,7	5,5
África	7,7	7,7

Fontes: World Economic Outlook (FMI), Economic Outlook (OCDE)

Japão

No Japão, 2005 foi um ano de bom desempenho tal como aconteceu no ano anterior, estimando-se que o crescimento possa ter atingido uma taxa de crescimento à volta de 2%. Esta taxa foi resultado em boa parte da expansão das exportações em 6,5%, de uma recuperação do investimento situado em 3% e de um aumento do consumo privado em 1,7%. Este comportamento da procura interna deveu-se aos lucros das empresas e ao aumento do emprego e dos salários. A produção industrial teve um crescimento de 3,8% em relação a igual período de 2004 (Dezembro). O nível de desemprego mostrou uma tendência de queda e situou-se, em Dezembro, em 4,4% contra 4,5% em igual período do ano anterior.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Percentagens

	2004	2005
Taxas de Juros de Curto Prazo		
EUA	1,6	3,4
Reino Unido	4,6	4,7
Zona do Euro	2,1	2,2
Japão	0,0	0,0
Economias Avançadas	1,9	1,9-3,0
Desemprego		
EUA	5,5	5,1
Japão	4,7	4,4
Zona do Euro	8,9	8,7
Economias Avançadas	6,7	6,5

Fontes: World Economic Outlook (FMI), Economic Outlook (OCDE)

África

O desempenho das economias africanas foi mantido em 2005 com um crescimento estimado em cerca de 5%, uma taxa de crescimento idêntica a do ano transacto. A inflação média destas foi de cerca de 8%, um nível verificado no ano de 2004.

No Zimbabwe desde 1999 que a taxa de crescimento do PIB tem sido negativa, a uma média de -5,7% ao ano. Isto significa de que o PIB em 2005 corresponde a cerca de 65% do PIB de 1998. Por outro lado, a inflação continuou alta em cerca de 200% em 2005.

Nas restantes economias da SADC, excluindo Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, estima-se que o crescimento tenha sido de cerca de 4,2% em 2005, contra 4,6% do ano anterior.

O nível de inflação nas economias da SADC esteve a volta dos 7 a 9%/ano entre 2004 e 2005, excluindo o Zimbabwe que apresenta uma taxa de inflação muito acima da média da região.

África do Sul

Na África do Sul a taxa de crescimento do PIB para 2005 é estimada em 4,3%, um ritmo acima dos 3,7% atingidos em 2004. O crescimento registado deveu-se essencialmente ao sector financeiro e comércio incluindo hotéis e restaurantes, ao sector manufactureiro e á área dos transportes e comunicações. Estes sectores contribuem com cerca de 79% do crescimento verificado até ao terceiro trimestre do ano. Comparativamente a 2004, o sector da Agricultura apresentou

nos primeiros três trimestres de 2005 um desempenho positivo. A taxa de desemprego estimada para Setembro de 2005 foi de 26,7%, quando em Março de 2004 foi de 27,8%, continuando este a constituir, ainda, o maior desafio para as autoridades Sul-africanas.

A inflação foi de 3,4% em 2005 contra 1,4% no ano anterior, tendo o Rand em finais de 2005 registado uma cotação de 6,3 Rands por Dólar Norte-Americano. Em igual período do ano anterior era de 5,6, traduzindo uma depreciação da moeda Sul-africana de cerca de 12% em doze meses. Entre 2002 e 2004 o Rand registou uma apreciação de cerca de 37% em relação ao Dólar.

III. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO

No ano 2005, o Governo prosseguiu com os esforços em curso, concentrando a sua acção na prossecução dos objectivos definidos no Programa do Governo para o período 2005-2009, nomeadamente:

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural;
- O Desenvolvimento económico e social do país, orientado prioritariamente às zonas rurais, tendo em vista à redução dos desequilíbrios regionais;
- A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, bem como do espírito de auto-estima dos cidadãos, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso do país;
- A valorização e promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas;
- O Combate a corrupção, ao burocratismo e a criminalidade;
- O Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional.

Para a prossecução dos Objectivos do Programa do Governo, são áreas chave para a acção, as seguintes:

- Educação

- Saúde
- Infra-estruturas
- Agricultura
- Desenvolvimento Rural
- Boa Governação, Legalidade e Justiça
- Políticas Macroeconómicas, Financeiras e de Comércio Internacional

III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs)

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) são constituídos por oito objectivos de desenvolvimento correlacionados, e constituem uma Agenda global assumida em Setembro de 2000 por 147 países, incluindo Moçambique, na Declaração do Milénio adoptada pela Cimeira do Milénio, a serem atingidos no período 1990 – 2015.

O presente Balanço avalia os passos dados pelo País, face a estes objectivos, conforme consta do *Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* produzido pelo Governo e as Nações Unidas, em 2005. O referido documento avalia os ODM em termos das diferenças por zona (i.e. urbana e rural), região, idade e género e quantifica os objectivos para o ano 2015.

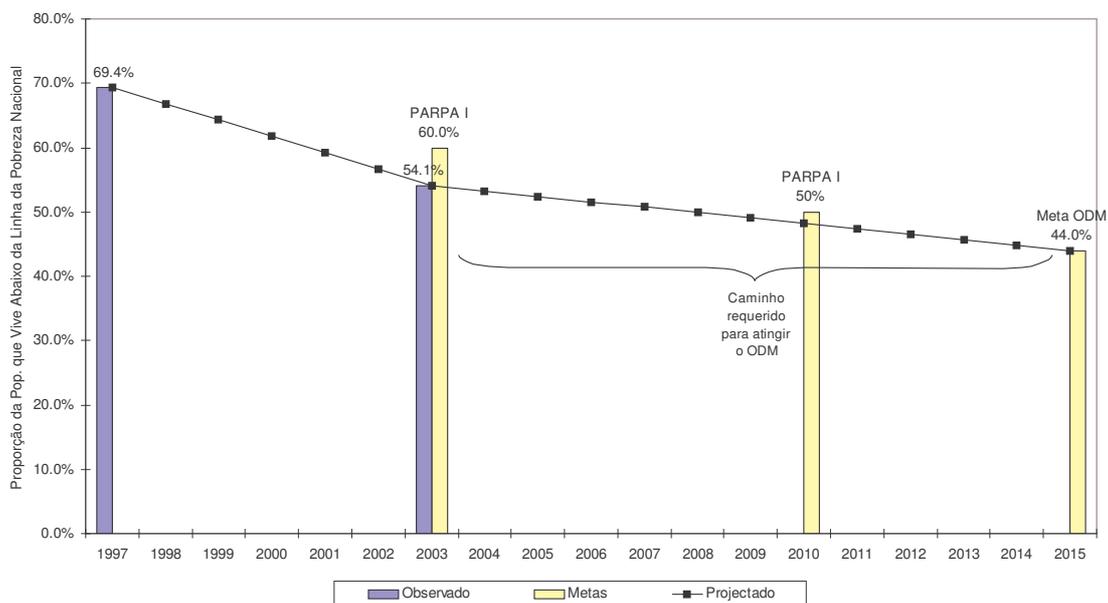
1. Erradicar a Pobreza e a Fome

Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que vive em pobreza absoluta. A linha da pobreza nacional é definida em termos do valor total do consumo per capita, que varia entre 5 e 20 mil meticais por pessoa por dia, dependendo da região.¹ O índice de pobreza baixou de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003, representando uma redução de mais de 15% em 6 anos, ou 2,6% por ano em média. De acordo com estes dados, Moçambique ultrapassou a meta estabelecida no PARPA I (2001-2005), que previa uma redução da pobreza de cerca de 70% em 1997 para 60% até 2005 e, para 50% até 2010. Assumindo uma tendência linear, é necessário reduzir a proporção por 0,8% por ano para atingir a meta de 44% proposta no *Relatório Sobre os ODM* (vide o Gráfico abaixo). Com uma continuação do forte crescimento económico, em cerca de 7% por ano durante a maior parte da última década, no período até 2015, esta meta será muito provavelmente atingida.

Proporção da População que Vive Abaixo da Linha da Pobreza: Observações e Tendência Linear Requerida para Atingir o ODM

¹ Veja “*Pobreza e Bem-estar em Moçambique*”, 2004, p.37

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005



Fonte: Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (IAF) e Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001 – 2005)

A prevalência do baixo peso em menores de cinco anos e os níveis de malnutrição no País experimentaram uma redução em média de 1,2% por ano entre 2001 e 2003, principalmente nas zonas rurais. Este desempenho deve ser avaliado tomando em conta que: (i) é difícil estabelecer a verdadeira posição com os dados disponíveis; e (ii) uma redução de 0,6% por ano no período 2004 – 2015 será suficiente para atingir a meta de 17% estabelecida no *Relatório Sobre os ODM*.

2. Atingir a Educação Primária Universal

Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário. De acordo com o *Relatório Sobre os ODM*, a taxa líquida de matrícula (TLM) a nível do EP1 aumentou substancialmente entre 1997 e 2003, passando de 44% para 69,4%, um aumento anual em cerca de 4,2%. Em termos da tendência simples linear, uma taxa de aumento em média de 2,6% por ano será suficiente para atingir a meta de 100% em 2015. Contudo, embora as taxas de conclusão do EP1 tenham aumentado de 22% em 1997 para 38,7% em 2003, em média 2,8% por ano, para se atingir a meta dos ODM até 2015, conclusão do ensino primário, será necessário um investimento em recursos humanos e financeiros substanciais no sistema, um aumento em média de 5,1% por ano no período 2004 – 2015 para atingir a meta em 100%.

3. Promover a Igualdade de Género e o Empoderamento da Mulher

Eliminar a disparidade do género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015. A diferença em

termos de género no ensino primário está a ser reduzida gradualmente a nível do ensino primário do primeiro grau (EP1). O rácio de raparigas por rapazes² no EP1 melhorou de 0,71 em 1997 para 0,83 em 2003. A nível do ensino primário do segundo grau (EP2) e secundário, o rácio é mais baixo e não registou nenhuma melhoria desde 1997, cerca de 0,67. Significa que, para cada três rapazes existem apenas duas raparigas. Estas tendências mostram que a meta de se atingir a paridade de género no EP1 provavelmente será atingida antes do 2015. Contudo, as metas referentes ao ensino primário do segundo grau (EP2) e ao ensino secundário exigem uma atenção especial para que possam ser atingidas até 2015.

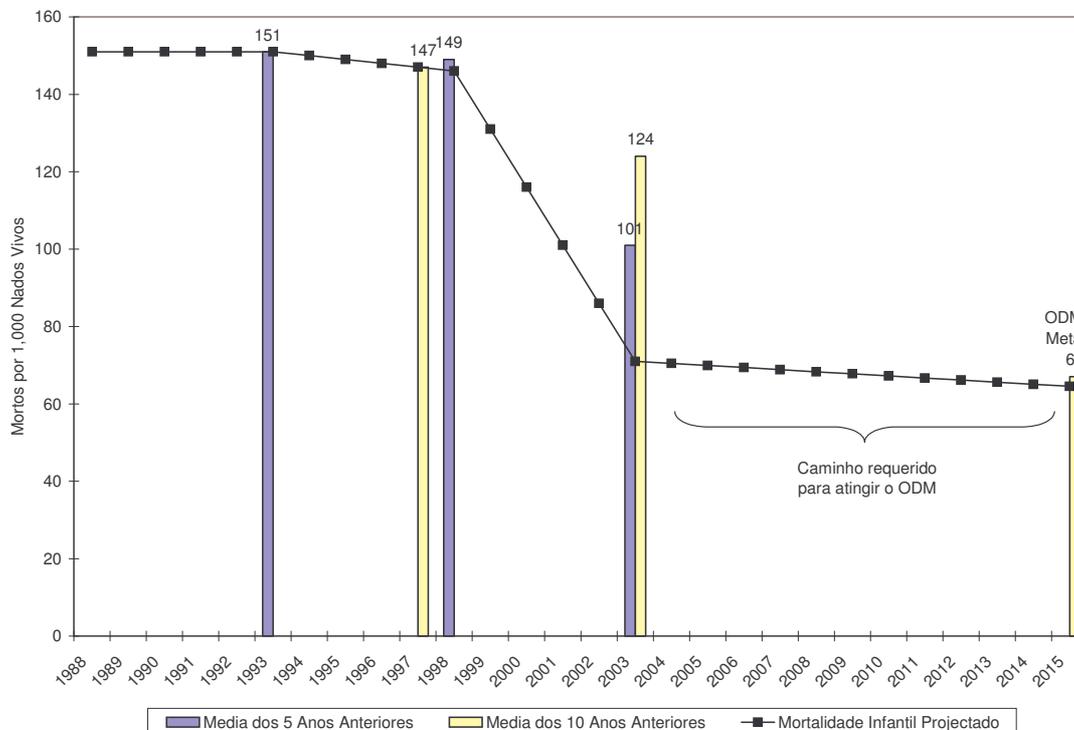
4. Reduzir a Mortalidade Infantil

Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos. O primeiro indicador para este Objectivo é a taxa de mortalidade abaixo de cinco anos (taxa de mortalidade infante-juvenil). Esta taxa é medida pelo INE no IDS, utilizando a *média das taxas dos dez anos anteriores* significando que, para atingirmos o objectivo estabelecido no *Relatório Sobre os ODM* numa taxa de 108 mortos por 1,000 nados vivos (em termos da média dos dez anos anteriores), o nível actual da taxa no fim do período deve baixar. Contudo, assumindo que o nível da taxa de mortalidade foi constante antes de 1994, e a taxa de mortalidade está a seguir uma tendência linear, a taxa de redução requerida entre 2003 e 2015 para atingir o ODM é substancialmente inferior das taxas de redução observadas entre 1993 e 2003 (veja o Gráfico abaixo). Portanto, há fortes indicações de que esta meta será atingida.

O segundo indicador para este Objectivo é a taxa de mortalidade infantil, isto é, o número de crianças que morrem no primeiro ano da vida por 1,000 nados vivos. Utilizando a mesma abordagem de que foi utilizada para analisar a mortalidade infante-juvenil, as reduções requeridas no período 2003 – 2015 para atingir o ODM são relativamente pequenas em relação às reduções realizadas entre 1993 e 2003 (Vide Gráfico abaixo). Deste modo, há garantias que esta meta possa ser alcançada.

O terceiro indicador relevante é a proporção de crianças de 1 ano de idade vacinadas contra sarampo. De acordo com os dados do IDS, a proporção foi 57,5% em 1997 e 76,7% em 2003, significando um aumento anual de cobertura de 3,2%. Para atingir a meta estabelecida no *Relatório Sobre os ODM* de 95% de cobertura em 2015, é preciso um aumento anual de 1,5% por ano até 2015, uma tendência linear.

² O rácio de raparigas por rapazes é derivado de $(\text{Raparigas}/\text{Total}) : (1 - \text{Raparigas}/\text{Total}) = \text{Raparigas}/\text{Rapazes}$. A proporção de raparigas no EP1 foi de 41,4 em 1997 e de 45,3 em 2003.

Taxa de Mortalidade Infantil e os ODM: Observações e Tendência Linear Requerida para Atingir o ODM

Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 2003

5. Melhorar a Saúde Materna

Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna. As tendências do rácio de mortalidade materna (RMM) demonstram uma redução substancial de uma estimativa de 1.000 por 100.000 nados vivos no início da década de 90, para 408 por 100.000 nados vivos em 2003. A elaboração e implementação da Estratégia Nacional Quinquenal e do Plano de Redução da Mortalidade Materna, que teve início em 2000 e conduziu a um melhor acesso aos serviços de saúde, particularmente ao planeamento familiar e cuidados pré-natais, é considerada como sendo o principal factor que explica a grande redução verificada no rácio de mortalidade materna. As indicações de que a cobertura das consultas pré-natais e pós-natais aumentaram durante o período de 1997 para 2003 confirma a existência de um bom desempenho da saúde materna.³ Um indicador complementar é o rácio de mortalidade materna institucional (RMMI). Os dados indicam uma ligeira redução de 181 para 177 por 100.000 nados vivos entre 1997 e 2003.

³ A cobertura das consultas pré-natais aumentou de 71,4 (1997) para 84,2% (2003), enquanto que as consultas pós-natais aumentaram de 28 (1995) para 60% (2003).

6. Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças

Até 2015, ter estancado a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência actual. A prevalência do HIV/SIDA entre crianças e os adultos, 15 a 49 anos de idade, aumentou de forma constante nos últimos anos, passando de 8,2% em 1998 para 13,6% em 2002 e 16,2% em 2004, embora varie grandemente entre as três regiões do país.⁴ Havia aproximadamente 1,5 milhões de moçambicanos, cerca de 8% da população total, a viverem com o HIV ou SIDA em 2003, dos quais a maioria, 58% eram mulheres. Entre as pessoas que vivem com o HIV ou SIDA, 5,8% são crianças menores de 15 anos de idade. A diferença de género é particularmente acentuada entre os grupos etários dos 15-19 anos e 20-24 anos, onde a prevalência entre as mulheres é três vezes maior do que a dos homens.

Até 2015, ter estancado a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual. Estima-se que mais de 40% de todos os casos de doentes ambulatoriais e 60% dos casos de pediatria nos hospitais são resultado da malária. Também se estima que a malária é responsável por perto de 30% de todos os óbitos hospitalares. As taxas de prevalência da malária nas crianças com menos de cinco anos de idade pode variar entre 40 e 90%, resultando em até 36.000 óbitos de crianças todos os anos devido apenas a esta doença estimando-se em 30% da mortalidade de menores de cinco anos. Não é conhecida a verdadeira dimensão das perdas económicas atribuídas à malária no país. A maior parte da situação pode ser atribuída, entre outros factores, ao acesso reduzido aos serviços de saúde, que apenas cobrem cerca de 50% da população, bem como a fraca utilização dos serviços de prevenção. Apenas 15% da população está coberta pela Pulverização Residual Intra-domiciliária (Insecticide Residual House Spraying - IRS) e menos de 10% da população utiliza as Redes Tratadas com Insecticida (IDS, 2003).

7. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a água potável segura. Tem-se registado um aumento do acesso da água potável sobretudo nas zonas rurais. A proporção da população com acesso a água potável passou de 36,5% em 2001 para 41% em 2004. Em 2005, a taxa de cobertura situou-se nos 42,1%, o que evidencia um forte esforço do Governo com relação ao programa de abastecimento de água rural.

⁴ A taxa de prevalência em 2002 foi estimada em 16,7% na região centro, 14,8% na região sul e 8,4% na região norte.

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

III.3. IMPACTO DEMOGRÁFICO E MACROECONÓMICO DO HIV-SIDA

As projecções actualizadas do INE indicam que para o ano de 2006 a população moçambicana seja de 19.888.701 habitantes dos quais 10.285.670 mulheres e 9.603.031 homens e, com uma taxa de crescimento médio anual de 2,4%.

A distribuição territorial da população ainda aponta para uma dispersão rural considerável. Este fenómeno, durante o período em análise, continuou a ser um desafio para o adequado provimento e acesso às populações dos serviços sociais básicos. A população urbana até 2005 ainda constituía 29,2% da população total. Apesar do fraco nível de urbanização do país, observou-se, ao longo do período em análise uma forte concentração urbana num número reduzido de cidades, continuando a pressionar fortemente as infraestruturas urbanas existentes.

A Esperança de vida, em 2005 era de 47,1 anos, sendo 45,2 para homens e 49 anos para mulheres. Considerando o efeito do SIDA, estima-se que a esperança de vida seja de 37,6 anos, sendo 36,1 para homens e 38,8 para as mulheres. Ainda registam-se elevados níveis de mortalidade geral, cerca de 21,2 por mil habitantes. Contudo maior destaque deve-se aos índices de mortalidade infantil que ainda continuam elevados, aproximadamente 124 por mil nados vivos. A taxa de mortalidade materna é cerca de 408 por 100 000 nados vivos. Porém estes dois últimos indicadores registaram tendências de diminuição dos seus níveis no último quinquénio. A Taxa global de fecundidade⁵ é igualmente elevada com cerca de 5 filhos por mulher em idade reproductiva e, cerca de 45% da população tinha, no período em análise, idade inferior a 15 anos. Estas particularidades demográficas, associadas aos actuais níveis de pobreza situados em cerca de 54% demonstram os desafios a realizar nos próximos tempos, particularmente no provimento dos serviços sociais básicos para a maioria da população moçambicana, sobretudo nas zonas rurais.

De acordo com o relatório de Vigilância Epidemiológica (VE) do HIV actualizado pelo Grupo Técnico Multisectorial de Apoio à Luta contra o HIV/SIDA, a pandemia do HIV/SIDA continua a progredir tendo se registado em 2004 uma prevalência de 16,2%. Este grupo tem envidado esforços no sentido de

⁵ Número médio de filhos que uma mulher em idade fértil (15-49 anos) teria em toda sua vida reproductiva, se as condições de mortalidade e natalidade se mantivessem constantes

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

continuar actualizar bienalmente os dados sobre o HIV/SIDA em Moçambique de modo a orientar melhor as iniciativas de luta contra o HIV/SIDA a todos os intervenientes no processo.

Tal como nas rondas anteriores, as estimativas das taxas ponderadas de prevalência do HIV em adultos. Na ronda 2004 são mais elevadas nas regiões Centro 20,4%, e Sul 18,1% comparativamente à região Norte que é de 9,3%.

O Quadro abaixo apresenta as estimativas das taxas ponderadas de prevalência do HIV em adultos, Ronda 2004.

Taxas Ponderadas de Prevalência do HIV em Adultos (15- 49 anos) por Província, Região e Nacional. Moçambique, 2004			
	Taxa de prevalência	Região	Taxa de prevalência
Maputo Cidade	20.7%	Sul	18,1%
Maputo Província	20.7%		
Gaza	19.9%		
Inhambane	11.7%		
Sofala	26.5%	Centro	20,4%
Manica	19.7%		
Tete	16.6%		
Zambézia	18.4%		
Niassa	11.1%	Norte	9,3%
Nampula	9.2%		
Cabo Delgado	8.6%		
Nacional			16,2%

Em termos de evolução da epidemia, como se pode observar na tabela 1, verifica-se de forma geral, que as regiões Sul e Norte apresentam uma tendência crescente da epidemia embora se observem diferenças no ritmo de crescimento entre as várias províncias.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Comparação das Taxas ponderadas de Prevalência do HIV Provinciais, Regionais e Nacional Atribuição, Moçambique, 2001 – 2004							
Província	2001	2002	2004	Região	2001	2002	2004
Maputo Cidade	15,5%	17,3%	20,7%	Sul	14,4%	14,8%	18,1%
Maputo Província	14,9%	17,4%	20,7%				
Gaza	19,4%	16,4%	19,9%				
Inhambane	7,9%	8,6%	11,7%				
Zambézia	15,4%	12,5%	18,4%	Centro	16,8%	16,7%	20,4%
Sofala	18,7%	26,5%	26,5%				
Manica	18,8%	19,0%	19,7%				
Tete	16,7%	14,2%	16,6%				
Niassa	5,9%	11,1%	11,1%	Norte	6,8%	8,4%	9,3%
Nampula	7,9%	8,1%	9,2%				
Cabo Delgado	5,0%	7,5%	8,6%				
Nacional					13,0%	13,6%	16,2%

Em 2004, no Sul, a taxa de prevalência mais baixa regista-se na província de Inhambane com 11,7%, seguindo-se a província de Gaza com 19,9% e por fim Maputo e Cidade de Maputo com a mesma taxa de prevalência de 20,7%.

No Centro, a província de Sofala apresenta a prevalência mais elevada, 26,5%, seguida de, Manica com 19,7%, Zambézia com 18,4% e Tete com 16,6%. No Norte, a província do Niassa apresenta a prevalência mais elevada 11,1%, seguida de Nampula com 9,2% e Cabo Delgado, 8,6 %.

No âmbito das projecções de impacto demográfico em termos de número de **peças vivendo com HIV/SIDA** em Moçambique, as estimativas indicam que cerca de 1,4 milhão de pessoas se encontravam infectadas pelo vírus no ano 2004. Destas, 68,000 são crianças entre 0-4 anos,, 529,000 homens e 779,000 mulheres ambos na faixa dos 15-49 anos.

IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL

O Plano Económico e Social 2005 definiu como principais objectivos:

- Alcançar um crescimento do Produto Interno Bruto que se situe entre 7 e 8%.
- Conter a taxa de inflação média anual na banda de 7 a 8%.
- Atingir um crescimento das exportações de bens, excluindo as de grandes projectos, em cerca de 6% e, incluindo os grandes projectos, em 46.5%.

O Balanço Preliminar do Plano Económico e Social 2005 indica:

- Um crescimento do Produto Interno Bruto em 8,9%;
- Uma taxa média anual de inflação de cerca de 7%;
- Que as exportações de bens, reportadas até o III Trimestre, atingiram cerca de 1254.4 milhões de dólares; e
- O Investimento Estrangeiro (Empréstimos Privados e IDE) atingiu aproximadamente 246,1 milhões de dólares americanos.

IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL

A actividade económica no ano de 2005 registou um crescimento global de 8,4% em relação aos níveis registados em 2004. Contribuíram de forma decisiva os sectores de Construção e de Transportes e Comunicações, com cerca de 60% do crescimento global registado.

PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL - Taxas de Crescimento em Volume (%)

PRODUÇÃO	2001	2002	2003	2004	I.S. 2005	2005 PL	2005 BAL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	10.1	12.2	8.4	9.1	7.6	6.6	1.8
Agricultura	13.4	13.5	9.7	9.0	7.3	7.2	1.5
Pecuária	-3.8	5.9	5.0	12.8	9.9	5.1	0.7
Silvicultura e Exploração Forestal	-0.5	7.0	0.9	5.6	7.5	3.1	5.6
PESCA	-1.0	-4.3	9.5	-3.8	6.8	7.7	3.4
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	10.4	38.1	5.5	215.7	168.3	41.6	11.1
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	31.0	10.4	-2.8	12.7	3.5	3.1	3.6
ELECTRICIDADE E ÁGUA	9.4	4.5	-5.3	5.7	12.3	14.8	12.8
CONSTRUÇÃO	0.1	18.2	-3.5	-14.6	-22.5	0.2	25.8
COMÉRCIO	25.0	-2.3	22.0	-0.1	7.4	6.5	2.1
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	1.6	1.6	1.6	0.1	0.9	0.2	1.1
RESTAURANTES E HOTEIS	3.8	3.8	3.8	1.1	0.3	0.7	6.1
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.6	8.0	11.0	16.4	43.7	13.1	19.5
SERVIÇOS FINANCEIROS	10.0	63.2	12.7	0.9	1.0	1.0	2.9
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.6	2.1	2.0	2.5	1.1	2.5	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	0.0	0.0	4.3	1.9	2.2	3.1	5.6
SERVIÇOS DO GOVERNO	10.3	3.8	14.0	5.6	9.2	9.3	21.0
OUTROS SERVIÇOS	5.9	3.5	16.2	8.5	1.4	0.8	1.4
TOTAL PRODUÇÃO	14.2	9.5	7.0	4.6	7.3	5.7	8.4

Excluindo a produção de alumínio, o índice de crescimento da produção global foi de 9,2%. Com efeito, a II fase da Mozal atingiu a sua máxima capacidade produtiva ainda no decurso de 2004, tendo atingido em 2005, um crescimento de 0,7% comparativamente a 2004.

Sem alumínio e gás, a produção atingiu um crescimento de 8,7%, o que significa que o ritmo do desempenho conjunto destes mega-projectos, Mozal e Temane, evolui relativamente aos mesmos ritmos da globalidade da economia. Com efeito, a produção do gás natural de Pande – Temane decorreu em conformidade com o programado, após o arranque deste empreendimento, em Fevereiro de 2004. Com o crescimento registado na produção do gás, foi atingido 80% da capacidade de produção instalada, estando previsto para o presente ano, um incremento dos níveis de produção relativamente menor.

O crescimento registado nos transportes e comunicações resulta essencialmente do desempenho das comunicações, com a agressividade imprimida pelos operadores da telefonia fixa e móvel, impulsionada com a entrada da VODACOM segunda operadora de telefonia móvel.

O desempenho dos diferentes actores da vida económica e social do País ditou um quadro da produção global acima do programado para o ano, de 5,7%, conforme consta do documento do Plano Económico e Social para 2005. Contudo, a comparação dos resultados do Balanço do I semestre com os do Balanço anual, mostra um comportamento instável da economia no período em análise.

Em 2005, a ocorrência de secas condicionou o volume de produção e produtividade, tendo resultado num crescimento da produção agrícola, a ritmos inferiores aos do crescimento da população. Com efeito, o balanço do I Semestre de 2005, período durante o qual não se observou em grande medida o impacto da seca, previa um ritmo de produção agrária animador face ao programado para o ano. Todavia, com o agravamento das condições climatéricas no II semestre, o volume de produção agrária situou-se a níveis abaixo do programado.

A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL

A produção agrária nos períodos 2001 a 2005 foi caracterizada por condições agro-meteorológicas adversas em várias regiões do País, onde ocorreram inundações em algumas regiões e secas noutras, afectando milhares de famílias em todo país.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

A campanha agrícola 2004/2005, foi caracterizada por um regime pluviométrico irregular sobretudo no Sul e Centro do país nos dois períodos da estação chuvosa. Esta situação de irregularidade de chuvas e má distribuição, condicionou o desempenho da campanha agrícola 2004/2005 sobretudo no que diz respeito às culturas alimentares. Por seu turno, a zona Norte foi caracterizada por um registo de chuvas regulares, principalmente entre Dezembro de 2004 a Março de 2005.

De um modo geral a propagação de pragas e doenças foi controlada em todo país através da mobilização das populações para o uso de métodos mecânicos de fácil manuseio, e, a continuidade de multiplicação de variedades tolerantes à doença de podridão radicular da mandioca.

Em todas as zonas do País, a disponibilidade de insumos tanto no que respeita a sementes como a utensílios agrícolas foi suficiente para cobrir as necessidades dos camponeses na primeira época. Relativamente a segunda época nas zonas sul e centro registou-se rotura da disponibilidade de sementes devido ao impacto da estiagem. Para minimizar o efeito da falta de sementes foram realizadas feiras de sementes nas províncias de Maputo, Sofala e Manica beneficiando cerca de 10.200 famílias.

Foram reportadas áreas perdidas devido aos efeitos conjugados de escassez de chuvas, inundações na Zona Centro do país, pragas e doenças num total de 317,200 hectares com culturas diversas, o que corresponde a 7% do total da área semeada, afectando cerca de 265,642 famílias camponesas. Aliado a estes fenómenos, a produção agrícola registou um crescimento de 1,5% relativamente aos níveis de 2004. É de destacar o papel desempenhado pelo Governo na promoção da actividade agrícola, através da prestação de serviços agrários e a criação de incentivos para a utilização de insumos e tecnologias melhoradas, assim como a mitigação do impacto das más condições climáticas nas famílias afectadas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Taxas de Crescimento em Volume %)					
	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	13.4	13.5	9.7	9.0	1.5
EMPRESARIAL	16.7	12.6	49.1	10.5	-10.4
FAMILIAR TOTAL	13.1	13.6	6.4	8.8	3.0
FAM. COMERCIALIZADO	10	8.7	3.6	12.1	8.1
AUTOCONSUMO	15	16.5	8.0	6.9	0.2

A produção empresarial e comercialização familiar, excluindo o autoconsumo, registou um crescimento de 4,8%. O aumento registado nos níveis de comercialização, não significa que o ano de 2005 possa ser classificado ano de sucesso agrícola, pois, as estatísticas mostram que houve um abrandamento da produção agrícola, e, um aumento da comercialização acompanhado pela

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

redução do consumo per capita de bens agrícolas por parte dos agregados familiares rurais.

Os produtos de exportação, à semelhança dos resultados alcançados em campanhas anteriores continuaram na presente campanha, a registar índices de produção elevados, tendo atingido um crescimento de 30,1%, mercê dos crescimentos substanciais registados na comercialização da castanha de caju e cana de açúcar.

Referir que foram comercializadas cerca de 104 mil toneladas de castanha de caju, grande parte da qual proveniente da província de Nampula, e a um preço médio ao produtor de 8 mil meticais por kilograma. Ainda nesta área, foram empreendidos esforços no processo de Monitoria da campanha de comercialização da castanha, onde foi elaborado um programa de assistência técnica à unidade de processamento da União Geral das Cooperativas, com vista ao aumento dos níveis de produção e comercialização.

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR

(Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	21.5	17.3	-4.4	13.8	30.1
Castanha	41.6	-6.4	27.2	17.5	142.7
Algodao	100.9	16.8	-34.8	14.3	-12.6
Copra	-7.6	-5.9	14.7	0.0	0.0
Cana de açúcar	-15.8	127.8	21.9	15.5	19.0
Citrinos	-86.9	80.4	5.0	5.1	0.0
Cha folha	-19.4	39.3	0.9	44.4	5.7
PRODUTOS BÁSICOS ALIMENTARES	-3.9	4.8	13.6	6.1	-4.2
Milho	17.1	8.3	7.9	6.9	1.8
Arroz Casca	2.6	1.6	8.5	9.4	-11.7
Mapira	21.8	0.2	-0.4	2.0	-6.5
Mandioca	-9.1	-0.5	4.2	4.4	3.5
Amendoim descascado	-6.6	0.7	0.1	4.6	-0.2
Feijao	1.8	14.9	1.7	0.8	3.2
Hortícolas	2.4	7.2	60.5	21.7	-26.8
Cebola	-28.1	45.3	105.6	1.0	-66.5
PRODUTOS PARA A INDÚSTRIA	48.2	98.5	80.5	6.9	24.1
Tabaco	163.4	58.3	73.2	11.1	33.9
Tomate	-2.6	148.3	86.5	0.7	4.3
TOTAL	3.4	14.9	20.5	7.0	4.8

A cana de açúcar registou um aumento devido a estabilidade produtiva das açucareiras de Marromeu, Maragra, Xinavane e Mafambisse. Ao contrário da campanha 2004 em que se registaram condições desfavoráveis para a produção e processamento da cana, excessiva precipitação, a campanha de 2005 decorreu sem sobressaltos, atingindo uma produção recorde dos últimos 30 anos.

O processo de reformas levado a cabo, a agressividade imprimida na distribuição e comercialização, a eficácia das medidas de combate ao contrabando e o aumento das áreas de cultivo e produtividade, foram os factores que contribuíram para os resultados positivos da indústria açucareira. Contudo a proposta de redução em 39% do preço do açúcar no mercado preferencial da União Europeia, é um condicionalismo a expansão da produção nos próximos anos.

Do conjunto das culturas de exportação registou-se uma queda de 12,6% na cultura do algodão devido a condições climatéricas não favoráveis a esta cultura.

Os produtos alimentares básicos são os que mais se ressentiram da irregularidade das chuvas tendo atingido -4,2% em relação a campanha 2003/2004. Há contudo a sublinhar, que a redução dos rendimentos derivados da comercialização de produtos básicos alimentares foi mais acentuada no sector empresarial e não familiar, dado que o sector familiar registou um crescimento na comercialização da mandioca e feijões, produtos menos vulneráveis a secas, e com maior valor comercial para as famílias.

Os indicadores da produção agrícola familiar para as culturas alimentares situaram-se abaixo do planificado. Registou-se uma diminuição da produtividade principalmente para os cereais, com a expansão das áreas de cultivo e diminuição da produção total como consequência das condições climatéricas registadas.

Os produtos para indústria cresceram 24,1%, com os altos níveis de produção registados nas culturas de tabaco em 33.9%.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR

(Taxas de Crescimento em Volume %)

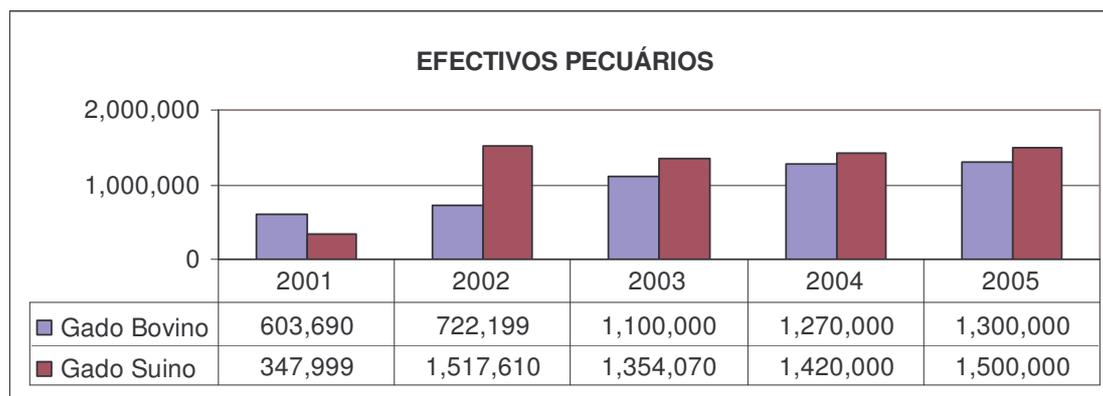
DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	64.4	-1.3	-4.7	14.7	37.9
Castanha	41.6	-6.4	27.2	17.5	142.7
Algodao	173.2	-0.1	-27.1	13.2	-11.3
Copra					
Cana de açúcar	-23.1	1.4	1.4	2.1	0.9
Citricos	113.3	66.7	0.0	4.6	0.0
Cha folha					
PRODUTOS BÁSICOS ALIMENTARES	-4.2	4.1	5.4	4.6	-2.1
Milho	12.0	8.1	1.0	7	-3.7
Arroz Casca	2.6	0.6	19.0	9.4	-7.0
Mapira	22.7	0.1	0.3	1.9	-7.0
Mandioca	-9.5	-0.8	3.8	4.3	3.5
Amendoim descascado	-6.6	0.8	0.0	4.6	0.0
Feijao	2.2	15.1	1.7	0.8	4.1
Hortícolas	2.4	5.6	7.4	14.2	0.0
Cebola	2.4	41.0	55.6	1.2	-78.0
PRODUTOS PARA A INDÚSTRIA	121.5	74.6	8.7	11.5	43.6
Tabaco	1081.2	56.7	40.9	18.5	39.0
Tomate	-1.6	102.1	-29.7	1.2	62.1
TOTAL	8.0	9.5	4.3	6.6	8.1

Em termos globais, a comercialização do sector familiar revelou uma tendência de crescimento de 8,1%, um ritmo de crescimento superior ao registado em 2004.

O ambiente e perspectivas de produção pecuária estão conhecendo desde 2004 um assinalável impulso, destacando-se: i) relançamento da produção de ovos da UGC, sector cooperativo; ii) lançamento do projecto para a produção de frango e ovos na província de Maputo; iii) projecto de parceria Moçambique/África do Sul em Maputo na área pecuária; iv) dois matadouros industriais quase concluídos em Manica; v) investimentos em curso na área avícola em Niassa; e v) constituição da associação nacional de criadores de gado, o que constitui uma mais valia no desenvolvimento pecuário.

No sector familiar tem se registado um aumento dos efectivos pecuários graças ao programa de fomento pecuário que tem sido levado a cabo com sucesso. De acordo com as estatísticas actuais, o efectivo global de bovinos situa-se em 1.300.000 cabeças, estando o País a caminhar para alcançar o efectivo pique de cerca de 1.500.000 registado na década oitenta

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005



PRODUÇÃO PECUÁRIA (Taxas de Crescimento em Volume (%))

Descrição	2003		2004		2005	
	SECT. FAM	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.
Gado Bovino	27.0	2.2	2.0	2.4	2.4	
Gado Suino	5.8	0.0	24.6	5.6	5.6	
Aves vivas	0.2	6.8	0.3	15.9	-5.7	
ovos frescos	242.8	58.6	34.6	17.8	2.4	
TOTAL	16.6	6.0	8.6	12.7	0.2	

A produção total de carne de vaca, porco e frango atingiu no período em análise cerca de 11,449 toneladas dos quais 53% em carne de vaca. Foram ainda produzidos cerca de 1,158,757 litros de leite e 1,174,139 dúzias de ovos para consumo.

A produção de frangos registou no período em análise, dificuldades associadas com a importação de frangos a preços concorrenciais e a sua forte dependência à importação de insumos, tal como foi a escassez de pintos de 1 dia, com o surto de Influenza Aviária na África do Sul. Para ultrapassar estes constrangimentos está em curso a elaboração da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Avícola Nacional.

Com vista ao aumento da produção, produtividade e qualidade dos produtos pecuários, prosseguiram as actividades inerentes à sanidade animal e de aumento dos níveis de comercialização.

O subsector de silvicultura e exploração florestal também registou um crescimento nos níveis de produção em comparação com 2004 em 5,6%, mantendo deste modo a evolução positiva que vem se registando desde os anos anteriores. A produção de madeira em toros, do sector empresarial, cresceu 21,8%. Registou-se igualmente um aumento nos níveis de produção de lenha e do carvão, como resultado do aumento do volume do licenciamento florestal.

B. PESCAS

A produção pesqueira registou um crescimento de 3,4%. Referir que, no decurso do I semestre de 2005 registaram-se rendimentos médios relativamente baixos comparativamente aos da primeira metade de 2004, sobretudo nos meses de Março e Abril. Em 2005, a pesca empresarial registou um crescimento de 2,4%, e a artesanal cresceu 4,9%. De realçar que os dados da pesca artesanal devem ser analisados num contexto de deficiente qualidade de informação estatística. A produção foi projectada tendo em conta a produção realizada até ao III Trimestre.

PRODUÇÃO PESQUEIRA (Taxas de Crescimento em Volume %)

	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	-1.0	-4.3	9.5	-3.8	3.4
EMPRESARIAL	9.4	-6.5	-8.5	7.2	2.4
FAMILIAR TOTAL	-5.5	-1.4	41.5	0.8	4.9
FAM. COMERCIALIZADO	-19.0	0.6	53.8	0.0	5.8
AUTOCONSUMO	10.2	-3.0	30.7	1.6	4.1

PESCA ARTESANAL – Taxas de Crescimento Em Volume (%)

DESIGNAÇÃO	2002	2003	2004	2005
Lagosta	-5.0	10.0	0.0	0.0
Caranguejo	18.1	-55.6	-57.9	-10.9
Gamba	0.0	0.0	0.0	0.0
Peixe Fresco e Refrigerado	0.3	66.7	-4.3	5.8
Kapenta	0.0	0.0	0.0	0.0
Fauna Acompanhante	0.0	0.0	0.0	0.0
Camarão	-10.2	-8.3	-26.3	37.4
Lagostim	0.0	0.0	0.0	0.0
Lulas e polvos	-6.5	-38.4	-40.9	0.0

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

PESCA EMPRESARIAL – Taxas de Crescimento Em Volume (%)					
DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
Lagosta	24.4	-4.4	7.7	100.0	50.0
Caranguejo	43.6	11.3	-50.4	175.0	-16.8
Gamba	-0.4	-10.0	-9.7	-28.2	74.6
Peixe Fresco e Refrigerado	22.0	-8.4	68.0	-53.1	20.2
Kapenta	-8.7	46.9	16.2	67.6	-35.7
Fauna Acompanhante	5.6	16.5	0.6	-8.5	32.8
Camarão *	1.2	4.3	-17.5	9.3	12.6
Lagostim	87.5	-11.1	37.5	20.0	9.8
Lulas e polvos	28.6	-11.1	-25.0	73.5	-19.0

* Inclui Aquacultura

A produção empresarial do camarão registou um crescimento de 12,6%, com o aumento dos níveis de produção da aquacultura, resultante da expansão das áreas de produção na Zambézia, Sofala e Cabo Delgado, e, o início mais cedo do pescado do camarão. A captura tradicional do camarão, situou-se em 8,470 toneladas contra 8,106 de 2004.

Com vista a promoção da produção familiar deu-se continuidade às actividades de extensão pesqueira, privilegiando acções na área da pesca experimental e dessiminação das técnicas e artes de pesca, na demonstração do uso de motores marítimos, na formação em novas técnicas de manuseamento, e, no processamento e preservação do pescado.

C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

A produção de minerais em 2005 registou um crescimento global de 11.1% comparativamente ao ano 2004. Neste sector o destaque vai para o crescimento registado na produção de água marinha refugo e gás natural pelo peso que têm na estrutura de produção mineira. A produção do gás natural de Pande – Temane decorreu de acordo com o programado, onde foram produzidos 88,9 milhões de Gj, representando um crescimento de 78.7% face a 2004. Foram recentemente actualizadas as reservas de todos jazigos de gás no bloco Pande – Temane, designadamente Campos de gás de Pande, Temane – principal, Temane – Este e Inhassoro, estando prevista a abertura de 16 furos de pesquisa e produção de gás em 2006-2007, no âmbito da segunda fase de produção de gás.

Paralelamente, a produção do condensado foi de 531.000 barris o que representou um crescimento de 79.8%.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em Volume (%)

DESIGNAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005
Carvão	71.3	57.7	-15.6	-55.0	-79.3
Bauxite	16.5	6.1	29.3	-23.9	6.0
Grafite	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bentonite bruta	-91.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Bentonite tratada	-7.2	128.3	18.0	-15.5	-5.4
Bentonite triada	49.3	-23.0	57.9	-32.5	4.2
Bentonite Activada	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Mármore en chapas	4.5	-34.8	2.5	33.6	-11.1
Mármore en blocos	-29.4	41.6	-0.2	36.5	-17.5
Ganada facetavel	0.0	0.0	-61.3	511.0	-19.1
Pedras lapidadas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Ouro	-3.5	-23.2	271.6	-10.8	12.3
Água Marinha Refugo	-70.0	-44.9	-69.4	132.1	129.0
Turmalinas	-76.4	578.6	370.4	170.2	-84.4
Tantalite	8.0	73.7	302.3	277.4	-60.5
Berilo	-95.7	6687.5	44.2	-65.1	435.9
Areia	55.1	71.3	72.4	4.2	-41.7
Calcario	24.5	78.4	3.6	18.2	-58.9
Riolitos	-17.2	57.2	-9.6	5.8	14.4
Granitos	-16.8	1.2	-19.5	-3.4	322.0
Dumortiorite	-16.7	-20.0	0.0	182.5	-91.2
Gas Natural	34.3	94.6	4.1	91405.1	78.7
TOTAL	10.4	38.1	5.5	215.7	11.1

A produção de bentonite bruta não se realizou devido à existência em stock de quantidades consideráveis deste minério.

A produção de carvão mineral na mina Chipanga XI reiniciou no último trimestre do ano, depois de uma paralização devido à revogação da licença ao anterior concessionário, devido ao incumprimento dos termos e condições fixadas na licença. Esta situação afectou negativamente a produção.

A bentonite bruta, o mármore, e a dumortierite registaram igualmente uma queda na produção devido a dificuldades da sua colocação no mercado.

A produção mineira de pequena escala apresentou resultados positivos no que concerne ao ouro, enquanto que as turmalinas e as águas marinhas registaram em 2005, resultados negativos comparativamente com os de 2004.

D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

No global o sector da indústria transformadora incluindo a produção de alumínio cresceu 3,6%.

O sector empresarial da indústria transformadora incluindo a produção de Alumínio cresceu 3,7% em 2005, após ter apresentado no I semestre um crescimento de 2,0%. O desempenho deste sector resultou, principalmente, da contribuição positiva da Indústria Alimentar, Bebidas e Tabaco, uma vez que a produção de alumínio estabilizou, estando a ser produzida na sua máxima capacidade instalada.

Contribuíram positivamente para o crescimento do sub-ramo alimentar as empresas Protal, Socimol, Companhia Industrial da Matola, Mobeira e Merc. Importa ainda referir o desempenho negativo registado pelas fábricas produtoras de óleo refinado, nomeadamente Ginwala, Fasol/Saborel e a Companhia Industrial de Monapo, devido à forte concorrência do óleo importado. As empresas de produção de óleo encontram-se com elevados stocks em armazém, tendo por isso reduzido os níveis de produção.

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA-Taxas de Crescimento em Volume (%)

SECTOR EMPRESARIAL					
Designação	2001	2002	2003	2004	2005
Fabricação de Alimentos	11.6	6.5	3.9	7.9	6.9
Fabric. Bebidas e Tabaco	8.9	10.4	12.7	8.2	7.3
Têxteis e Vestuário	55.7	-1.3	-7.6	0.2	-7.2
Couro e Artigos de Couro	-22.1	-36.2	33.6	0.5	59.7
Industria da Madeira	-1.0	0.0	17.9	19.6	11.1
Papel e artes gráficas	43.8	36.8	-9.5	2.9	-5.0
Produtos Químicos	3.6	0.8	14.2	11.1	15.7
Minerais nao metálicos	-37.8	12.8	21.4	0.0	-6.4
Metalúrgica de base	220.2	-1.5	51.1	20.0	0.7
Alumínio	234.7	-0.5	51.6	20.0	0.7
Siderurgia	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros	-16.7	-63.2	-40.5	8.1	23.5
Prod. Metálicos, maquinas e equip.	-8.5	-3.3	53.3	13.0	37.9
Móveis e outros da Indu.Tranf.	-63.2	-76.4	161.5	41.2	322.1
TOTAL	44.7	3.8	23.7	11.9	3.7

Os sub-ramos das bebidas e tabaco registaram uma tendência de crescimento acima do planificado para o ano 2005, sobretudo em relação ao tabaco devido fundamentalmente aos investimentos realizados neste sub-ramo durante o ano 2004, que resultaram no incremento do volume e da qualidade da produção. Na área das bebidas o desempenho foi impulsionado pela Cervejas de Moçambique.

No conjunto dos produtos alimentares industriais, registou-se uma queda na produção de rações, provocada pelo crescimento acentuado do frango importado e pelas epidemias registadas no final de 2004 que tiveram um impacto negativo na produção do frango nacional no início do ano 2005, tendo sido esta situação regularizada já nos finais 2005.

A indústria têxtil e de vestuário registou uma tendência negativa -7,2%, por causa das dificuldades que as empresas do sub-ramo textil tiveram na colocação dos seus produtos no mercado nacional.

De referir que o sub-ramo de vestuário registou um desempenho positivo. Contribuíram positivamente para o desempenho do ramo vestuário as seguintes fábricas: Maputo Clothing (ex – Sabrina), Ninita e Faumil, unidades que se encontram a laborar no âmbito do Acordo AGOA e SADC.

A indústria do calçado manteve a forte tendência de crescimento registada no I semestre de 2005, onde se registou um crescimento de 59.7%. O desempenho registado no período em análise resulta da produção da Cimextur/Ipanema e da entrada em funcionamento da fábrica: ICCM- Indústria de Calçado e Curtumes em Manica.

Apesar do desempenho positivo registado no sub-ramo de papel destacando a contribuição positiva da empresa Multi Pac na produção de papel higiénico e guarda napos durante o II Semestre de 2005, o sector de papel e artes gráficas no global teve uma evolução negativa de -5.0%, devido a forte concorrência externa.

Os resultados da indústria de mobiliário de madeira foram positivos e situaram-se em 11,1%. Espera-se maior dinamismo com a implementação da Estratégia para o Desenvolvimento das Exportações de Produtos processados de madeira.

O comportamento negativo de – 6.4% registado nos produtos não metálicos, espelha o desempenho das fábricas de cimento em 2005, e com impacto no desempenho do sector da construção, sobretudo do sector privado.

E. ELECTRICIDADE E ÁGUA

A produção de energia e água durante o período em análise cresceu em cerca de 12,8% com um crescimento da electricidade em 14,2%. Destaque vai para a contribuição positiva da energia produzida para o Zimbabwe que registou um crescimento de 45,1% em relação a 2004, apesar das dificuldades económicas que aquele país apresenta.

Com a conclusão das obras de reabilitação, modernização e automação da Central Hidroeléctrica de Cahora Bassa, aumentou a disponibilização de energia para os países vizinhos, nomeadamente para a África do Sul, Zimbabwe, Botswana, e STEM (Short Term Energy Market) resultando num aumento de 15,5% do volume de exportações em relação a 2004.

A oferta de energia eléctrica pela EDM compreende: a energia de produção própria nas barragens de Chicamba e Mavuzi, dos sistemas isolados(geradores a diesel), a energia adquirida à HCB para os sistemas centro e norte e para o sistema sul via rede da Eskom. A EDM também importa energia de diversos países vizinhos para alguns distritos fronteiriços.

O fornecimento de energia para o mercado interno registou um crescimento de 6,9% reflectindo a maior oferta de energia com a electrificação rural e crescimento económico urbano.

No que diz respeito a água, durante o I semestre de 2005, o volume de produção de água foi de 43,923,247 metros cúbicos nas Cidades de Maputo, Xai-Xai, Chokwé, Inhambane, Maxixe, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba.

F. CONSTRUÇÃO

Durante o período em análise, o sector de construção registou um crescimento significativo, onde foram reabilitados 1,375km de estradas, sendo 76km de estradas primárias, 498km de estradas secundárias e 801km de estradas terciárias, com destaque na conclusão das seguintes obras: EN1 entre Manhiça e Incoluane (fase I Manhiça e 3 de Fevereiro), N220 Chissano-Chibuto e N304 Mussacama-Calomué.

REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS (KM)					
Designação	2001	2002	2003	2004	2005
Reabilitação de Estradas	1,096	714	827	819	1,375
Primárias	237	132	64	172	76
Secundárias	239	206	171	140	498
Terciárias	620	376	592	507	801
Manutenção Periódica	190	844	396	514	1004
Manutenção de Rotina	12,313	11,613	10,592	9,653	10,705

Em relação a construção e reabilitação de **pontes**, destaca-se o início das obras de construção da Ponte da Unidade: (sobre o rio Rovuma), da Ponte sobre o Rio Meluli, da Ponte sobre o Rio Zambeze e da Ponte de Guijá (sobre o Rio Limpopo) e a montagem de 5 pontes metálicas, nomeadamente sobre os rios Cuacua entre Mopeia/Luabo, Zimuco entre Morrumbala/Chire e Munhamade entre Namarroi/Lugela, na província da Zambézia e sobre o rio Mecucuza entre Nametil/Chalaua, na provincia de Nampula.

G. COMÉRCIO

Os resultados apurados indicam o registo de um incremento na actividade comercial de 2,1%. Este comportamento resulta das importações de bens que alimentam o fluxo comercial na economia, e do volume de negócios gerado pela produção de bens produzidos pelos sectores internos da economia nomeadamente agricultura, pecuária, pescas, indústria transformadora (sem a Mozal) e da indústria extractiva, pois, os indicadores revelam incrementos médios de produção destes sectores de 3,5%.

H. RESTAURANTES E HOTÉIS

A actividade dos restaurantes e hotéis tem registado um desempenho positivo nos últimos anos. Em 2005, o desempenho foi positivamente impulsionado pelo crescente movimento de passageiros, tal como reportam os resultados do tráfego aéreo que podem ser observados no quadro da secção a seguir. As receitas por turismo reportadas na balança de pagamentos dão uma indicação de que o País obteve cerca de 100 milhões de dólares, nas suas relações com o resto do mundo.

Estes ritmos de crescimento dos serviços tem criado um impacto positivo nos investidores, e portanto, na expansão do turismo nacional.

I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Este sector registou um crescimento de 19,5%. Para este resultado contribuiu em grande medida o transporte rodoviário de carga, pelo peso que tem no sector, e fundamentalmente, o desempenho dos serviços de comunicações.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES – Taxas de Crescimento em Volume (%)					
Designação	2001	2002	2003	2004	2005
Transporte Ferroviário	28.1	5.7	68.8	13.6	4.9
Transporte Rodoviário	24.5	-24.3	11.1	19.2	12.1
Transporte por Oleodutos	0.7	17.8	-13.1	3.5	-16.9
Transporte Marítimo e Cabotagem	17.2	-73.0	171.7	61.4	-4.0
Transporte Aéreo	-27.9	4.2	8.7	238.2	5.7
Serviços relacionados com os Transportes	19.5	12.2	2.6	-47.0	8.9
Serviços de Comunicações	2.4	28.8	0.3	15.7	100.5
TOTAL	4.6	8.0	11.0	16.4	19.5

O desempenho ferroviário foi impulsionado pelo reinício do transporte urbano de passageiros nas linhas Maputo/Matola-Gare e de Maputo/ Marracuene.

Comparando os resultados alcançados com os de 2004 nota-se um crescimento no ramo rodoviário em 12,1% explicado pelo desempenho do serviço semi-colectivo em 17%, pois o transporte público registou uma queda de 28%. O desempenho negativo dos transportes públicos resulta entre outros factores, da maior elasticidade da procura dos serviços públicos face a aumentos de preços, resultado do aumento do custo dos combustíveis.

Os serviços relacionados com os transportes, avaliados pelo manuseamento portuário, cresceram 8,9% devido fundamentalmente ao melhoramento dos serviços prestados impulsionados pelo desempenho do sector privado.

O ramo marítimo registou uma queda de 4% motivado pela interrupção do tráfego no percurso Maputo/Inhaca, com a imobilização do respectivo Ferry-boat.

Nos últimos anos, o transporte por oleodutos (pipeline) tem vindo a registar uma redução na sua actividade dada a crise do Zimbabwe, potencial utilizador deste transporte para a importação de produtos petrolíferos, tendo registado em 2005, uma queda de 16,9%.

O nível de desempenho do tráfego aéreo está a ser impulsionado com a abertura de novos pontos de entrada para o País, a implementação da nova Política de Aviação Civil, a simplificação de procedimentos de licenciamento e entrada de aeronaves, e, o incremento da actividade turística no País.

IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

A política monetária implementada, teve em vista os objectivos definidos pelo Governo em matéria de inflação e crescimento do Produto Interno Bruto. Para 2005 foram definidos como objectivos uma inflação anual acumulada não superior a 8,0%, consistente com uma inflação média anual em torno de 6% e um crescimento económico real de 7,7%.

Para o alcance destes objectivos, a expansão monetária (meios de pagamento-M3) não deveria exceder os 25,0% até final do ano, ao mesmo tempo que o crédito à economia foi fixado num tecto de 20,5%. Este desempenho seria possível mercê de uma maior acumulação da poupança líquida do Estado junto ao sistema bancário enquanto que a nível do sector externo o programa previa um saldo de reservas internacionais líquidas de 900 milhões de USD, ou seja, um desgaste de 61 milhões em relação ao saldo observado em Dezembro de 2004.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

O quadro que se segue mostra o programa e a realização até final de Dezembro de 2005.

Agregados	Dez/04	Jun/05	Dez/05	Programa/Dez 05
Activos Internos líquidos (mdc)	11,071	14,835	13,894	13,218
RILs (milhões de USD)	961	907	940	900
Activos Externos Líquidos (mdc)	21505	25,029	26,046	25,423
Base Monetária (mdc)	10,433	10,195	12,153	12,205
Massa Monetária-M3 (var. anual - %)	5.9	16.5	27.1	25.0
Massa Monetária-M2 (var.anual-%)	-5.6	14.6	22.1	16.4
Crédito à Economia (var. Anual - %)	-5.6	19.5	51.6	20.5
Inflação Homóloga (%)	9,1	4,9	14,0	8,0
Tx. de Câmbio mt/usd (var. anual %)	-20.78	6.81	27.96	-
Tx de Câmbio mt/zar (var.anual%)	-4.0	-1.39	13.06	

Medidas de Política

Depois de uma forte pressão cambial verificada na segunda metade do I Semestre de 2005 (tendo atingido uma depreciação acumulada de 30% em Junho), o Governo implementou algumas medidas visando aperfeiçoar o funcionamento dos mercados interbancários, com destaque para:

a) A nível do Mercado Monetário Interbancário (MMI)

- Indexação da taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) à taxa média dos Bilhetes de Tesouro, com maturidade de um ano, acrescida de um factor K, enquanto a taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD), criada ao abrigo do Aviso nº 11/GGBM/2005, é calculada com base na taxa da FPC menos 6 pontos percentuais.
- Aviso nº 11/2005, de 18 de Outubro, que introduz novos tipos de operações no MMI, nomeadamente, a FPD e Leilões de Depósitos, como instrumentos complementares para enxugar liquidez ociosa. De referir que a FPD substitui a Facilidade Permanente de Absorção (FPA) e é da iniciativa das instituições de crédito autorizadas a operar no MMI, tendo a maturidade de um dia, enquanto que o Leilão de Depósitos, com carácter regular ou ocasional, é da iniciativa do Banco de Moçambique.

Com estas medidas, espera-se um ajustamento automático nas demais taxas do Mercado Monetário Interbancário (MMI), às condições de liquidez no mercado, contribuindo desde modo para tornar mais activo este mercado e reduzir os focos de pressão sobre a taxa de câmbio no Mercado Cambial Interbancário (MCI).

b) Ao Nível do Mercado Cambial Interbancário (MCI)

- Aviso nº 13/2005, de 14 de Outubro, que introduz operações com colaterais bandas de flutuação das taxas de câmbio no Mercado Cambial Interbancário e montantes máximos a ser apresentados nas propostas em leilão, reforçando, deste modo, as medidas tomadas em Maio de 2005.
- Adicionalmente, o Governo empreendeu acções de persuasão moral junto dos operadores do mercado, que incluíram encontros de auscultação com os bancos comerciais, casas de câmbio, associações económicas e órgãos de comunicação social, o que permitiu dissipar falsos rumores e repor a confiança no funcionamento do MCI.

De facto, estas medidas permitiram reduzir o nervosismo no mercado cambial e restaurar a estabilidade do metical face às principais moedas transaccionadas no mercado, principalmente no mês de Dezembro quando o metical apreciou cerca de 15% face ao dólar dos EUA, correspondendo a uma cotação nominal de 24,183.00 Mt contra o valor de 26,915.00 observado no mês anterior.

Devido aos novos dispositivos para a fixação das taxas de intervenção da Facilidade Permanente de Cedência e Facilidade Permanente de Depósitos, estas ascenderam a 13,6% e 7,9% em Dezembro de 2005, contra a cifra de 11,5% e 4,5% em Junho de 2004, respectivamente. Por seu turno, as taxas de juro no MMI incrementaram de Junho a Dezembro. Com efeito, as taxas médias dos Bilhetes de Tesouro (BT's) subiram em 0,31 pp ao fixarem-se em Dezembro em 10,87%, enquanto as permutas de liquidez entre as instituições de crédito fixaram-se em 9,8% contra 5,2% em Junho. Com estas medidas, o Governo visa tornar as taxas de juro gradualmente mais flexíveis em função da evolução do mercado e contrariar as pressões sobre as taxas de câmbio.

Relativamente as operações no MCI, tem havido uma resposta do Governo no sentido de satisfazer a procura excedentária de modo a estabilizar a taxa de câmbio. Em termos quantitativos, o volume de vendas de Moeda Estrangeira (ME) no MCI, em 2005, foi de 385,8 milhões de USD, dos quais 346,3 milhões de USD em regime de leilão, não tendo se registado nenhuma compra por parte do Governo. Refira-se que os maiores volumes de vendas ocorreram em Novembro e Dezembro, com cerca de 39 milhões e 40 milhões de USD, respectivamente. Em 2004 o volume de vendas foi de 199,6 milhões de USD face a 27,6 milhões de USD de compras.

Massa Monetária

Em Dezembro de 2005, o saldo dos Meios Totais de Pagamento (M3) situou-se em 43,440 mdc, o que representa uma expansão acumulada de 9,266 mdc, equivalente a uma variação de saldos de 27,1% em relação a Dezembro de 2004. Estes valores situam-se em 2.0 pp acima do tecto previsto no programa monetária para o II Semestre. Entretanto, retirando o efeito cambial o M3 cresceu 17%.

O aumento do M3 no período em análise foi determinado, por um lado, pela entrada dos recursos externos a favor de residentes e, fundamentalmente, pela depreciação do Metical face ao Dólar americano.

O crescimento dos Meios Totais de Pagamento foi suportado essencialmente pelos Depósitos Totais que registaram desde Dezembro, um incremento de 2% na estrutura do M3 face a queda da proporção das Notas e Moedas em Circulação. Nota importante é que, como consequência do efeito cambial, os depósitos denominados em moeda nacional reduziram o seu peso no total dos depósitos, de 61% em Dezembro de 2004 para 56,8% em Dezembro de 2005.

Credito à Economia

O saldo do Crédito à Economia das instituições monetárias registou um crescimento anual, em Dezembro de 2005, de 51,6%, face ao decréscimo de 5,9% observado em Dezembro de 2004. Expurgando a variação cambial, o Crédito à Economia aumentou, em termos anuais, em 35,6%.

O aumento do crédito, das instituições monetárias, no período em referência, tem sido suportado pelo incremento da parte em Moeda Nacional (MN), levando a que o seu peso no total aumentasse de 41,6% em Dezembro de 2004 para 49% em Dezembro de 2005. O decréscimo da componente do crédito em ME verificou-se ao longo do II Semestre de 2005, dado que até Junho de 2005 a proporção do crédito em MN havia decrescido para 37,3%.

Dados disponíveis até Novembro indicam que, em termos de stock, os sectores que detêm a maior fatia do crédito são o comércio com 23,9%, seguido da indústria com 15,8%, não tendo se registado mudanças de realce relativamente a Dezembro de 2004. Os restantes sectores estão assim distribuídos: agricultura(8,6%), construção (4,5%), turismo (3,9%) e transportes (5,1%). A rubrica “outros sectores” tem uma porção considerável do stock de crédito com 36,1%, onde se inclui o crédito a particulares.

Taxas de Juro

No mercado a retalho (relação entre Bancos Comerciais e sua clientela), as taxas de Juro registaram no geral uma tendência decrescente, tendo a taxa de juro média do depósito para maturidade de um ano registado uma queda de 2.3 pp ao se fixar em 8,4%, enquanto que a taxa de empréstimos para maturidade de um ano reduziu em 3.4 pp, fixando-se em 20,3%, em Novembro de 2004, comparativamente a Dezembro de 2004. Para igual maturidade, a taxa de juro média dos empréstimos em moeda estrangeira incrementou, no mesmo período, de 8,5% para 9,1%, enquanto que a taxa média dos depósitos aumentava em 1.0 pp ao observar o valor de 2,9%.

Em termos de *spread* entre as taxas de juro activas e passivas, em moeda nacional, ocorreu uma redução para cerca de 11.9% contra 13.1% em Dezembro de 2004, mantendo a tendência decrescente observada em 2004, contrariamente ao aumento do *spread* das taxas de juro em moeda estrangeira em 0.85 pp.

Taxas de Câmbio

A taxa de câmbio média MZM/USD do mercado a 31 de Dezembro de 2005 foi de 24,183.00 mt, o que corresponde a uma depreciação anual da moeda nacional de cerca de 30%. Depois de uma acentuada depreciação do Metical no I Semestre, com destaque para os meses de Abril e Maio onde se registaram as maiores variações mensais – cerca de 13,7% e 11,7%, respectivamente - observou-se no II Semestre uma relativa estabilidade no mercado cambial, com destaque para o mês de Dezembro que registou uma apreciação mensal de 12%, como colorário das medidas tomadas pelo banco central.

As principais razões que explicam as pressões cambiais em 2005 foram:

- Antecipação na procura de divisas pelos agentes económicos para fazer face às importações de combustível, devido ao agravamento persistente do preço no mercado internacional;
- Em janeiro de 2005 o Banco Central introduziu alterações no funcionamento do MCI, tendo sido notório um período de adaptação ao novo mecanismo de leilões de divisas por parte dos operadores, aliado as assimetrias e imperfeições do mercado cambial, onde o mesmo importador coloca a sua procura em várias instituições, empolando a procura agregada e pressionando o MCI;
- Tensões decorrentes de interpretações erradas de diversa regulamentação emanada pelo Governo;
- Recuperação do dólar no mercado internacional.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

MERCADO DE CÂMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO DÓLAR AMERICANO

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2000	13,448	13,983	14,933	15,764	16,006	16,007	16,065	16,154	16,171	16,242	16,513	16,987
2001	17,323	17,869	18,492	19,105	20,081	21,299	21,797	21,821	22,065	22,401	23,077	23,153
2002	23,314	23,415	23,513	23,603	23,639	23,650	23,708	23,815	23,877	23,931	23,836	23,687
2003	23,801	23,809	23,817	23,810	23,815	23,777	23,668	23,744	23,735	23,775	23,802	23,835
2004	23,688	23,840	23,844	23,829	23,747	23,436	23,048	22,674	22,244	21,201	20,419	19,483
2005	18,777	18,380	19,554	19,973	23,526	24,464	24,550	24,515	24,603	25,539	28,094	24,757
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2000	1.5	5.5	12.7	19.0	20.8	20.8	21.3	21.9	22.1	22.6	24.6	28.2
2001	2.0	5.2	8.9	12.5	18.2	25.4	28.3	28.5	29.9	31.9	35.8	36.3
2002	0.7	1.1	1.6	1.9	2.1	2.1	2.4	2.9	3.1	3.4	2.9	2.3
2003	0.5	0.5	0.5	0.5	0.5	0.4	-0.1	0.2	0.2	0.4	0.5	0.6
2004	-0.6	0.0	0.0	0.0	-0.4	-1.7	-3.3	-4.9	-6.7	-11.1	-14.3	-18.3
2005	-2.9	-5.0	1.1	3.3	21.6	26.5	26.9	26.7	27.2	32.0	45.2	28.0
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2000	8.8	12.9	20.3	26.5	28.1	27.6	26.9	26.5	25.7	25.2	26.1	28.2
2001	28.8	27.8	23.8	21.2	25.5	33.1	35.7	35.1	36.4	37.9	39.7	36.3
2002	34.6	31.0	27.1	23.5	17.7	11.0	8.8	9.1	8.2	6.8	3.3	2.3
2003	2.1	1.7	1.3	0.9	0.7	0.5	-0.2	-0.3	-0.6	-0.7	-0.1	0.6
2004	-0.5	0.1	0.1	0.1	-0.3	-1.4	-2.6	-4.5	-6.3	-10.8	-14.2	-18.3
2005	-20.7	-22.9	-18.0	-16.2	-0.9	4.4	6.5	8.1	10.6	21.6	38.6	28.0

A evolução do Metical face ao Rand no mercado cambial, foi também no sentido de depreciação. Assim, a taxa de câmbio média no final de Dezembro foi de 3,817.2 mt, correspondendo a uma depreciação anual de 13,1%, contra uma apreciação de 4% em 2004.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

MERCADO DE CÂMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO RAND

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2000	2,210	2,257	2,339	2,460	2,351	2,347	2,385	2,426	2,349	2,272	2,262	2,279
2001	2,332	2,377	2,405	2,442	2,579	2,749	2,743	2,717	2,682	2,564	2,533	2,322
2002	2,178	2,186	2,175	2,244	2,416	2,442	2,439	2,398	2,382	2,410	2,527	2,687
2003	2,775	2,904	3,006	3,117	3,210	3,031	3,172	3,228	3,243	3,419	3,485	3,662
2004	3,510	3,531	3,613	3,673	3,520	3,605	3,724	3,611	3,449	3,358	3,382	3,393
2005	3,164	3,060	3,254	3,249	3,727	3,624	3,667	3,792	3,873	3,889	4,217	3,889
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2000	2.4	4.6	8.4	14.0	8.9	8.7	10.5	12.4	8.8	5.3	4.8	5.6
2001	2.3	4.3	5.5	7.2	13.2	20.6	20.4	19.2	17.7	12.5	11.1	1.9
2002	-6.2	-5.9	-6.3	-3.3	4.1	5.2	5.0	3.3	2.6	3.8	8.8	15.7
2003	3.3	8.1	11.9	16.0	19.5	12.8	18.0	20.1	20.7	27.2	29.7	36.3
2004	-4.2	-3.6	-1.3	0.3	-3.9	-1.5	1.7	-1.4	-5.8	-8.3	-7.6	-7.4
2005	-6.7	-9.8	-4.1	-4.2	9.9	6.8	8.1	11.8	14.2	14.6	24.3	14.6
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2000	8.8	12.9	20.3	26.5	28.1	27.6	26.9	26.5	25.7	25.2	26.1	28.2
2001	5.5	5.3	2.8	-0.7	9.7	17.1	15.0	12.0	14.2	12.8	12.0	1.9
2002	-6.6	-8.1	-9.6	-8.1	-6.3	-11.1	-11.1	-11.8	-11.2	-6.0	-0.2	15.7
2003	27.4	32.9	38.2	38.9	32.9	24.1	30.1	34.6	36.1	41.9	37.9	36.3
2004	26.5	21.6	20.2	17.8	9.6	19.0	17.4	11.9	6.4	-1.8	-2.9	-7.4
2005	-9.8	-13.3	-10.0	-11.5	5.9	0.5	-1.5	5.0	12.3	15.8	24.7	14.6

IV.3. INFLAÇÃO

Depois de uma relativa estabilidade de preços até Outubro de 2005, a inflação medida pelo Índice Agregado de Preços ao Consumidor, denominado MABENA, o que agrega os índices de preços das cidades de Maputo, Beira e Nampula, apresentando de uma forma equilibrada o índice de preços do País, acelerou fortemente em Novembro e Dezembro, com aumentos de 4,1% e 4,4% respectivamente, tendo registado, em média, um agravamento de preços na ordem dos 15,4% nos meses em referência.

Os dados recolhidos nas cidades de Maputo, Beira e Nampula durante o mês de Dezembro, indicam ter-se registado um agravamento de preços na ordem de 4,4%. A classe de Alimentação, Bebidas e Tabaco foi a que mais se evidenciou com 6,1% de aumento. A cidade de Maputo liderou esta tendência com 5,5%, seguida das cidades de Nampula e Beira com 3,8% e 2,6%, respectivamente.

A nível de classes, é de assinalar o agravamento de preços registado na Alimentação, Bebidas e Tabaco, no Conforto de Habitação, e nos Transportes e Comunicações na ordem dos de 16,3%, 18,2% e 17,6% respectivamente.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Observando a tabela a seguir, a taxa de inflação acumulada de Janeiro a Dezembro foi 15,4%. Por cidades nota-se que Nampula teve a inflação acumulada mais elevada com 24,7%, tendo a cidade de Maputo alcançado 14% e Beira 13,4%.

A taxa de inflação acumulada de Janeiro a Dezembro foi de 15.4% como pode ser observado na tabela que segue. Por cidades nota-se que Nampula teve a inflação acumulada mais elevada com 24,7%, tendo a cidade de Maputo alcançado 14% e Beira 13,4%.

INDICE DE PREÇOS - MABENA - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2002	141.4	144.0	142.9	141.7	140.6	141.4	142.8	143.7	144.9	145.7	148.0	151.7
2003	153.1	155.5	158.4	159.8	160.6	160.3	160.9	161.3	161.9	163.1	164.4	169.0
2004	174.1	175.7	177.5	178.9	179.2	178.7	179.3	179.1	179.2	180.2	181.2	184.7
2005	186.8	186.4	186.5	185.9	185.6	188.6	191.4	192.8	193.7	196.1	204.1	213.2
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2002	1.6	1.8	-0.7	-0.9	-0.7	0.6	1.0	0.6	0.9	0.6	1.5	2.5
2003	0.9	1.6	1.8	0.9	0.5	-0.2	0.4	0.3	0.4	0.7	0.8	2.8
2004	3.0	0.9	1.0	0.8	0.2	-0.3	0.3	-0.1	0.0	0.6	0.6	1.9
2005	1.1	-0.2	0.1	-0.3	-0.2	1.7	1.5	0.7	0.5	1.2	4.1	4.4
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2002	24.5	25.9	24.0	21.5	19.7	18.9	17.2	14.7	13.9	11.4	9.6	9.0
2003	8.3	8.0	10.8	12.8	14.2	13.3	12.6	12.3	11.7	11.9	11.1	11.4
2004	13.7	13.0	12.1	11.9	11.6	11.5	11.4	11.1	10.6	10.5	10.2	9.3
2005	7.3	6.1	5.1	3.9	3.5	5.6	6.8	7.6	8.1	8.8	12.7	15.4
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2002	1.6	3.5	2.7	1.8	1.1	1.6	2.7	3.2	4.2	4.7	6.4	9.0
2003	0.9	2.5	4.4	5.3	5.8	5.6	6.0	6.3	6.7	7.5	8.4	11.4
2004	3.0	3.9	5.0	5.8	6.1	5.7	6.1	6.0	6.0	6.6	7.2	9.3
2005	1.1	0.9	1.0	0.6	0.5	2.1	3.6	4.4	4.9	6.2	10.5	15.4

Em termos acumulados, o nível geral de preços aumentou em cerca de 14% em 2005 na cidade de Maputo contra 9,1% observada em 2004. Entretanto, a inflação média anual foi de um dígito, em torno de 7%.

O aumento de preços das classes de Alimentação, Bebidas e Tabaco foi de 14,8%, do Conforto de Habitação 15,3% e, dos Transportes e Comunicações 18,8%. O impacto total da inflação é de 13.4 pontos percentuais.

Os produtos cujo aumento de preços foi mais significativo ao longo do mês de Dezembro foram o Milho branco em 42,9%, o Carapau congelado de 2ª em 16,8%, o Frango vivo em 26,2%, o Tomate em 18,4%, a Batata-reno em 18,2%, o Arroz corrente em 4,7% e o Amendoim em 6,2%. Estes, contribuíram no total da inflação mensal com 3.71 pontos percentuais positivos.

A classe de Alimentação, Bebidas e Tabaco, que viu os seus preços agravados em 8,5% foi a que ditou significativamente o aumento da taxa de inflação, contribuindo no total da inflação mensal com 5.05 pontos percentuais positivos.

Ao longo de 2005, a inflação dos bens alimentares que até Outubro registou uma variação acumulada de 1,6% contra 10,4% dos não alimentares, acelerou nos últimos dois meses do ano, tendo atingido os 14,8% em Dezembro face aos 12,7% observados na inflação dos bens não alimentares. Esta foi determinante para o não alcance da meta de inflação de um dígito. As principais razões para o comportamento crescente dos preços em 2005 foram:

- O impacto do agravamento dos preços dos combustíveis sobre o custo de transportes de passageiros e carga;
- A depreciação do Metical, que em termos acumulados atingiu o pico em Novembro, situando-se em cerca de 42,4% face ao USD e em 22,8% em relação ao Rand sul-africano, apesar de ter desacelerado em Dezembro para 28% e 13%, respectivamente;
- A seca que afectou várias regiões do País contribuiu para o aumento assinalável dos preços dos bens alimentares.

Adicionalmente, a especulação que sazonalmente ocorre na quadra festiva (Dezembro), em 2005 pode ter sido exacerbada pelas expectativas inflacionárias propagadas em Novembro e em Dezembro, se tivermos em conta que a inflação média anual em 2005 situou-se em torno dos 7% contra as estimativas iniciais em torno de 6%.

As classes do Conforto de Habitação e da Alimentação, Bebidas e Tabaco, são as que maiores níveis de agravamento de preços tiveram ao atingirem 22,4% e 6,8%, respectivamente.

Os produtos de maior impacto no aumento de preços que se verificou ao longo do ano 2005 foram:

- Arroz corrente com 27,6%, sendo de destacar o mês de Junho com 7,7%;
- A Lenha com 21,3%, derivado fundamentalmente dos aumentos verificados em Fevereiro em 8,3% e Março em 7,7%;
- Milho branco com 65,9%, onde o mês de Dezembro liderou com 42,9% de aumento;

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- Carapau congelado de 2^a com 26,7%, tendo atingido um aumento de 16,8% no mês de Dezembro;
- Petróleo de iluminação com 54,7%, com o mês de Junho a destacar-se com 26,3%;
- A Batata-reno com 27,7%, destacando-se o mês de Dezembro que registou um aumento na ordem de 18,2%;
- Transporte semi-colectivo de passageiros, vulgo Chapa, com 36,2%, como resultado do ajustamento tarifário que se verificou em Julho.

INDICE DE PRECOS - MAPUTO - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2001	117.2	116.9	117.7	119.0	121.8	124.4	127.4	129.6	130.9	135.9	140.4	144.3
2002	144.1	146.0	145.0	145.4	145.6	147.1	148.6	149.4	149.6	150.2	153.0	157.5
2003	157.1	160.7	164.9	166.9	169.7	168.3	168.3	169.4	170.6	172.3	173.8	179.2
2004	184.4	185.3	187.1	189.6	190.8	190.7	190.7	189.8	189.5	190.6	192.7	195.5
2005	198.5	197.6	198.4	198.1	198.1	200.1	202.4	203.6	203.6	205.4	211.2	222.8
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2001	-1.0	-0.2	0.7	1.1	2.4	2.1	2.4	1.7	1.0	3.8	3.4	2.8
2002	-0.2	1.3	-0.7	0.3	0.1	1.1	1.0	0.6	0.1	0.4	1.9	2.9
2003	-0.3	2.3	2.6	1.2	1.6	-0.8	0.0	0.6	0.7	1.0	0.9	3.1
2004	2.9	0.5	1.0	1.3	0.6	-0.1	0.0	-0.5	-0.2	0.6	1.1	1.5
2005	1.5	-0.4	0.4	-0.2	0.0	1.0	1.2	0.6	0.0	0.9	2.8	5.5
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2001	10.7	2.7	1.0	0.5	2.1	5.6	7.4	10.6	10.9	14.9	20.3	21.9
2002	22.9	24.9	23.2	22.2	19.5	18.3	16.6	15.2	14.3	10.5	8.9	9.1
2003	9.0	10.1	13.7	14.8	16.5	14.4	13.2	13.3	14.0	14.7	13.6	13.8
2004	17.4	15.3	13.5	13.6	12.5	13.3	13.3	12.0	11.1	10.6	10.8	9.1
2005	7.6	6.7	6.1	4.5	3.8	4.9	6.1	7.3	7.5	7.8	9.6	14.0
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2001	-1.0	-1.2	-0.6	0.5	2.9	5.1	7.7	9.5	10.6	14.8	18.6	21.9
2002	-0.2	1.2	0.5	0.7	0.9	1.9	3.0	3.5	3.6	4.1	6.0	9.1
2003	-0.3	2.0	4.7	6.0	7.7	6.9	6.9	7.5	8.3	9.4	10.4	13.8
2004	2.9	3.4	4.4	5.8	6.5	6.4	6.4	5.9	5.7	6.3	7.5	9.1
2005	1.5	1.1	1.5	1.3	1.3	2.3	3.5	4.1	4.2	5.1	8.0	14.0

Ao longo de 2005, a Cidade da Beira registou um agravamento de preços na ordem dos 13,4%. A classe de Alimentação, Bebidas e Tabaco com um agravamento de preços na ordem dos 14,4%, foi a que maior impacto teve no total da inflação acumulada ao contribuir com 9.25 pontos percentuais positivos.

Os produtos cujo aumento de preços teve um impacto mais significativo no agravamento geral de preços ao longo de todo o ano de 2005 foram:

- O Milho Branco com 102,6%, sendo de destacar os meses de Julho, Agosto e Novembro com 26,1%, 28,4% e 36,0% de aumento, respectivamente;
- O Petróleo de iluminação com 54,7%, com o mês de Junho a destacar-se com 26,3%;

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- O Arroz corrente com 25,9%, dos quais 11,6% de aumento em Novembro;
- A Farinha de milho branco com 26,5%, com o mês de Novembro a registar maior aumento, 15,8%;
- O Gás com 70,6%, dos quais 42,8% de aumento verificaram-se no mês de Junho;
- O Açúcar amarelo com 9,6%, sendo 3,3% e 2,5% referentes aos meses de Setembro e Dezembro respectivamente;
- O Feijão Manteiga com 29,7%, sendo Novembro e Dezembro os meses que registaram maior aumento com 8,3% e 7,1% respectivamente.

Estes produtos contribuíram no total da inflação acumulada com 11,21 pontos percentuais positivos.

INDICE DE PREÇOS - BEIRA - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2002	146.3	147.7	146.2	142.1	140.8	142.3	143.5	144.9	148.0	149.0	150.3	151.1
2003	153.4	153.5	155.9	157.2	158.5	160.5	161.8	161.4	161.2	162.3	163.6	166.4
2004	171.2	174.4	176.4	176.5	175.9	174.9	176.6	177.3	177.6	178.4	178.2	180.5
2005	182.0	182.5	181.4	179.8	179.0	182.3	185.2	186.9	188.9	190.7	199.5	204.7
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2002	5.1	0.9	-1.0	-2.8	-0.9	1.0	0.9	1.0	2.1	0.7	0.9	0.5
2003	1.6	0.1	1.5	0.9	0.8	1.3	0.8	-0.2	-0.1	0.7	0.8	1.7
2004	2.9	1.8	1.2	0.1	-0.3	-0.6	1.0	0.4	0.1	0.5	-0.1	1.3
2005	0.8	0.3	-0.6	-0.8	-0.5	1.9	1.6	0.9	1.1	1.0	4.6	2.6
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2002	28.4	25.5	22.9	17.7	18.2	18.9	17.3	14.2	14.8	14.9	11.7	8.5
2003	4.9	4.0	6.6	10.6	12.5	12.9	12.8	11.4	8.9	8.9	8.8	10.2
2004	11.6	13.6	13.2	12.3	11.0	9.0	9.1	9.8	10.1	9.9	9.0	8.5
2005	6.3	4.7	2.8	1.9	1.7	4.2	4.9	5.4	6.4	6.9	12.0	13.4
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2002	5.1	6.1	5.0	2.1	1.2	2.2	3.1	4.1	6.4	7.1	8.0	8.5
2003	1.6	1.6	3.2	4.0	4.9	6.3	7.1	6.9	6.7	7.4	8.3	10.2
2004	2.9	4.8	6.0	6.1	5.7	5.1	6.1	6.5	6.7	7.2	7.1	8.5
2005	0.8	1.1	0.5	-0.4	-0.8	1.0	2.6	3.5	4.6	5.6	10.6	13.4

A Cidade de Nampula registou durante o ano de 2005, um agravamento de preços na ordem dos 24,7%. A classe de Alimentação, Bebidas e Tabaco com um agravamento de preços na ordem dos 25,6%, foi a que maior impacto teve no total da inflação acumulada ao contribuir com 17.61 pontos percentuais positivos.

Os produtos cujo aumento de preços teve um impacto mais significativo no agravamento geral de preços ao longo de todo o ano transacto foram:

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- O Feijão nhemba com 179,7%, sendo de destacar os meses de Junho e Novembro com 52,2% e 57,9% de aumento, respectivamente;
- Petróleo de iluminação com 66,3%, com o mês de Junho a destacar-se com 26,3%;
- O Milho branco com 77,9%, dos quais 30,4% de aumento registaram-se no mês de Novembro;
- O Amendoim com 63,4%, com destaque para o mês de Novembro que registou um aumento de 36,9%;
- A Farinha de milho branco com 23,6%, dos quais 18,5% de aumento verificaram-se em Novembro;
- O Arroz corrente com 23,3%, sendo 11,4% referentes ao mês de Novembro;
- O Peixe seco de 1ª com 41,5%, sendo Dezembro o mês que registou maior aumento com 13,8%;

Estes produtos contribuíram no total da inflação acumulada com 19.85 pontos percentuais positivos.

INDICE DE PRECOS - NAMPULA - BASE DEZ 1998 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2002	125.4	133.2	132.6	131.4	126.7	123.9	125.4	125.1	126.3	127.2	129.2	136.1
2003	141.4	144.3	143.6	142.9	136.9	135.2	136.7	136.8	137.2	136.6	137.6	142.9
2004	148.3	149.1	150.3	150.5	150.1	149.3	149.8	150.7	151.8	152.9	152.7	160.0
2005	160.4	159.8	160.3	160.4	159.6	165.3	169.7	171.2	172.7	177.9	192.1	199.4
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2002	1.4	6.2	-0.5	-0.8	-3.6	-2.2	1.2	-0.3	1.0	0.7	1.6	5.4
2003	3.8	2.1	-0.5	-0.5	-4.2	-1.2	1.1	0.1	0.3	-0.4	0.7	3.8
2004	3.8	0.6	0.8	0.1	-0.3	-0.5	0.4	0.6	0.7	0.7	-0.1	4.7
2005	0.3	-0.4	0.3	0.1	-0.5	3.5	2.6	0.9	0.8	3.0	8.0	3.8
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2002	23.2	32.0	30.8	29.1	25.3	22.3	20.6	14.7	11.5	8.1	7.9	10.0
2003	12.7	8.3	8.3	8.7	8.0	9.1	9.0	9.4	8.7	7.5	6.5	5.0
2004	4.9	3.3	4.7	5.3	9.6	10.4	9.6	10.2	10.7	11.9	11.0	11.9
2005	8.1	7.1	6.6	6.6	6.4	10.7	13.2	13.6	13.7	16.3	25.8	24.7
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2002	1.4	7.7	7.1	6.2	2.4	0.1	1.3	1.1	2.1	2.8	4.4	10.0
2003	3.8	6.0	5.5	5.0	0.5	-0.7	0.4	0.5	0.8	0.4	1.1	5.0
2004	3.8	4.4	5.2	5.3	5.0	4.5	4.9	5.5	6.3	7.0	6.9	11.9
2005	0.3	-0.1	0.2	0.3	-0.2	3.3	6.1	7.1	8.0	11.2	20.1	24.7

IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS

Dados preliminares do acumulado até ao III Trimestre de 2005, indicam que a posição externa do País medida pela conta corrente agravou em 2,2%, relativamente ao mesmo período de 2004, correspondendo a um défice acumulado de USD 492.5 milhões.

A análise dos principais componentes da Balança de Pagamentos mostra:

- Um aumento do défice da Conta Corrente de 481.9 milhões de USD no III Trimestre de 2004 para 492.5 milhões de USD, equivalentes a 2,2%, determinado, principalmente pela Conta de Bens e Serviços com um agravamento do défice em 22,4% em relação ao período homólogo do ano anterior, motivada pelo aumento expressivo do défice da conta de bens em 31,7%, como resultado do crescimento mais rápido das importações relativamente as exportações;
- O défice da conta corrente foi atenuado pelas melhorias registadas na sub conta de rendimento (redução do saldo negativo em 5% no ano) e pelas transferências correntes, cujos saldos aumentaram em 51% em termos acumulados. Refira-se que a melhoria do saldo da conta rendimento, deveu-se ao aumento do valor da remuneração dos empregados, da redução dos encargos com juros da dívida governamental e do aumento dos rendimentos de investimento de carteira e de juros de depósitos de aplicação no exterior. Relativamente as transferências correntes, verificou-se até Setembro um aumento de USD 94.2 milhões, determinado pelas transferências correntes para programas especiais e para a importação de medicamentos que aumentaram em 42% e 84% respectivamente;
- O fluxo de capitais externos no III Trimestre foi de USD 50.9 milhões o que representa uma diminuição de 87% (cerca de USD 326.1 milhões) em relação ao valor registado em igual trimestre de 2004. O comportamento registado no III trimestre, acabou sendo determinante para o fluxo acumulado, pois este caiu em 75% para um saldo positivo de USD 106.7 milhões, em resultado da redução dos donativos para projectos de investimento e, sobretudo, pelo reduzido montante de perdão da dívida de que o País se beneficiou, no período que, se fixou em apenas USD 0.3 milhões contra os USD 315 no mesmo período de 2004.
- A redução do fluxo de recursos financeiros líquidos para o País em cerca de 34,1%, justificado pela redução do Investimento Directo em 60,1% fixando-se em 44.1 milhões de USD, contra USD 110.5 milhões observados em igual período de 2004;

No período em análise, as exportações de bens até ao terceiro trimestre de 2005, atingiram cerca de 1254.4 milhões de dólares americanos. Os produtos

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

que apresentam maiores valores de exportação são: **pneus**, energia eléctrica gás natural, camarão, açúcar e algodão.

BALANCA COMERCIAL - 10⁶ USD

	2002	2003	2004	2005 III trim.
BALANCA COMERCIAL	-582.7	-627.8	-302.0	-342.4
Exportacoes (fob)	680.2	1043.9	1451.9	1254.4
das quais: Grandes Projectos	436.9	680.9	1048.5	921.7
Taxa de Crescimento (%)	-3.3	53.5	39.1	
Importacoes (fob)	-1262.9	-1671.7	-1753.9	-1596.8
das quais: Grandes Projectos	404.2	-303.6	-279.7	-287.7

Exportacoes - 10⁶ USD

Descrição	2003	2004	2005 III trim.
Camarao	25.9	90.3	50.9
Amendoa de Cajú	0.2	1.6	3.8
Algodao	16.5	32.8	26.6
Copra	0.0	0.1	...
Acucar	0.8	35.5	30.7
Pneus	1.2	1.7	130.0
Madeira	13.3	28.5	18.5
Castanha de Cajú	2.6	4.4	17.6
Electricidade	58.9	102.3	105.8
Búnker's	0.8	23.5	8.9
Sasol (Gás)		31.3	65.5
Outros	560.0	692.0	796.1
TOTAL	680.2	1043.9	1254.4

Até ao terceiro trimestre de 2005, as exportações atingiram um volume na ordem de USD 1.596.8 milhões. Este aumento é influenciado pelo aumento das importações de derivados de petróleo e de energia eléctrica.

Importacoes - 10⁶ USD

Descrição	2003	2004	2005 III trim.
Derivados de Petrólio	86.9	181	114.3
Energia Eléctrica	20.5	75.5	53.7
Outros Bens	751.3	1,135.7	1116.6
Total Sem Grandes Projectos	858.7	1,392.0	1,284.6
Importacoes da Mozal	404.2	279.7	308.1
Importacoes da Sasol	4.1
Total Geral	1,262.9	1,671.7	1,596.8

O saldo da Balança de Serviços foi de 278.8 milhões de dólares, até ao terceiro trimestre, não obstante o aumento nos serviços de construção, comunicação, serviços de seguros e governamentais.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

BALANCA DE SERVICOS - 10⁶ USD

	2002	2003	2004	2005 III trim.
SALDO	-151.8	-272.6	-279.7	-278.8
Receitas	454.3	303.9	255.6	231.4
Despesas	-606.1	-576.6	-535.2	-510.2

A entrada de investimento, medidos através dos empréstimos privados desembolsados e investimento directo estrangeiro, registou-se a entrada de cerca de 246.1 milhões de dólares americanos até ao III trimestre de 2005.

EMPRESTIMOS EXTERNOS PRIVADOS E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO - 10⁶ USD

	2002	2003	2004	2005 III trim.
Empréstimos privados (desembolsos)	791.1	383.5	420.8	202.0
Investimento directo estrangeiro	156.3	336.7	131.9	44.1
TOTAL	947.4	720.2	552.7	246.1

Em termos acumulados, o défice global da Balança de Pagamentos foi, basicamente, financiado pela utilização dos activos de reserva, tendo estes decrescido em cerca de USD 164.4 milhões e pelos financiamentos excepcionais em USD 62.5 milhões, montante inferior ao recebido pelo País em igual período de 2004 e que se traduziu em perdão e reescalamento da dívida pública externa.

V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR

V.1. ÁREA SOCIAL

A. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, em 2005 continuou a ser dada prioridade a expansão do acesso, a redução dos desequilíbrios de género e a melhoria da qualidade do ensino. Também constituiu prioridade o reforço da capacidade institucional nos diferentes níveis de administração educacional.

Expansão do Acesso

Em 2005, o número de alunos no ensino geral cresceu em 11.2% comparativamente ao ano de 2004, o que corresponde a 94% de realização do planificado. Ao nível do Ensino Primário do 1^o (EP1) e 2^o (EP2), graus. Os efectivos escolares cresceram em 10,5% e 10,7% respectivamente, comparativamente ao ano de 2004. Ao nível do Ensino Secundário Geral, os

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

efectivos no 1º (ESG1) e 2º (ESG2) ciclos cresceram em 24,5% e 20,5% respectivamente, em relação ao ano de 2004, segundo ilustra a tabela abaixo.

Evolução do Número de Alunos, 2001 - 2005									
Nível	2001 Real	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005		% Realiz Plano	% Cresc. R05/R04	
					Plano	Real			
EP1	2,513,094	2,643,126	2,825,971	3,071,564	3,620,850	3,393,677	93.7	10.5	
EP2	265,994	302,912	355,618	409,279	512,272	452,888	88.4	10.7	
ESG1	98,095	116,356	141,795	168,798	187,066	210,128	112.3	24.5	
ESG2	11,968	14,019	18,291	21,350	23,140	25,737	111.2	20.5	
Total	2,889,151	3,076,413	3,341,675	3,670,991	4,343,328	4,082,430	94.0	11.2	

Fonte: MEC

Em termos de indicadores de cobertura educativa do Sistema, a taxa bruta de admissão no EP1 passou de 137,6% em 2004 para 160,6% em 2005, o que demonstra que existe ainda uma grande proporção de crianças a frequentar o ensino primário do 1º grau fora da idade escolar teórica para o fazer. Em relação a taxa líquida de escolarização e a taxa bruta de escolarização no EP1, em 2005 atingiu-se 83,4% e 131,3% respectivamente, níveis superiores aos alcançados em 2004, de 75,6% e 118,4% respectivamente o que mostra a manutenção da tendência de aumento destas taxas, em relação aos anos precedentes.

A relação alunos/professor ao nível do EP1 aumentou de 66 em 2004, para 74 em 2005, como consequência da redução registada no número de novos professores a contratar, face às restrições orçamentais.

Para fazer face a evolução dos efectivos escolares, o Sistema continuou a apostar na construção de novas escolas e na formação de professores. Assim, em 2005 a rede escolar do ensino geral cresceu em 5,7% comparativamente ao ano de 2004, o que corresponde a 99,1% de realização do plano, como se pode ver na Tabela abaixo.

Evolução da Rede Escolar, 2001 - 2005									
Nível	2001 Real	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005		% Realiz Plano	% Cresc. R05/R04	
					Plano	Real			
EP1	7,496	7,771	8,071	8,373	8,761	8,696	99.3	3.9	
EP2	680	823	950	1,116	1,352	1,320	97.6	18.3	
ESG1	106	116	125	140	153	156	102.0	11.4	
ESG2	23	27	29	30	35	35	100.0	16.7	
Total	8,305	8,737	9,175	9,659	10,301	10,207	99.1	5.7	

Fonte: MEC

Em termos de formação do corpo docente para o ensino geral, em 2005 o número de formandos, nos 11 Centros de Formação de Professores Primários (CFPPs) em funcionamento a nível nacional, baixou ligeiramente em relação a 2004. Contudo, comparativamente ao planificado, a realização foi de 104,9%.

No que se refere aos Institutos de Magistério Primário (IMAPs), estes passaram de 7 em 2004 para 9 em 2005, com a entrada em funcionamento dos IMAPs de

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Cabo Delgado e de Vilanculos. De igual modo, o número de alunos do curso diurno nestes IMAPs registou um crescimento de cerca de 5,9%, o que corresponde a 105,4% de realização do plano.

Formação do Corpo Docente (Ensino Geral), 2001-2005, Total de Alunos								
Nível	2001 Real	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005		% Realiz Plano	% Cresc. R05/R04
					Plano	Real		
CFPP's (Básico)-Diur.	4,534	4,997	5,193	5,853	5,541	5,813	104.9	-0.7
IMAP's (Médio)-Diur.	3,385	3,672	3,841	4,040	4,057	4,278	105.4	5.9
IMAP's (Médio)-Noct.	190	773	1,708	2,243	2,259	1,742	77.1	-22.3
Total	8,109	9,442	10,742	12,136	11,857	11,833	99.8	-2.5

Fonte: MEC

A proporção de raparigas em 2005, aumentou ligeiramente em todos os níveis de ensino comparativamente ao ano lectivo de 2004. Assim, a taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 passou de 73,2% em 2004 para 81,2% em 2005. Em relação as taxas de participação das raparigas nos diferentes níveis de ensino, no EP1 e EP2 as taxas aumentaram para os 46,3% e 40,8% respectivamente, contra os 45,9% e 40,7% de 2004. No ESG1 e ESG2, foram atingidas as taxas de 41,2% e 37,8% respectivamente.

Tendo em vista a elaboração da Política da Acção Social Escolar para os diversos níveis de ensino, em 2005 foi criada uma Comissão para o efeito.

Alfabetização e Educação de Adultos

O número de alfabetizandos passou de 479.466 em 2004, para 535.812 em 2005, representando um crescimento de 11,8%. Em termos de alfabetizandos previstos para 2005, o grau de cumprimento foi de 66%. A falta do cumprimento do plano deveu-se fundamentalmente ao atraso verificado na disponibilização de recursos financeiros (o orçamento só foi aprovado em Maio) para o início do Programa de Alfabetização via rádio.

Ainda no âmbito da alfabetização e educação de adultos, importa referir que foi lançado o programa de alfabetização via rádio e televisão no distrito da Manhica, na província de Maputo. A implementação da fase piloto foi nas províncias de Maputo, Manica e Cabo Delgado envolvendo 20.000 alfabetizandos.

Ensino Técnico Profissional

A rede escolar do nível elementar passou de 11 estabelecimentos registados em 2004 para 15 em 2005, o que corresponde a um crescimento de 37% comparativamente a 2004. Nestas escolas, foram matriculados 1.717 alunos, o correspondente a 100% de realização do plano e um crescimento de 36% em relação a 2004.

No nível básico diurno, leccionado em 27 escolas, foram matriculados 19.804 alunos, número que se situa ao mesmo nível do registado em 2004. Este número representa 98% de realização do planificado para 2005.

Em relação ao nível médio diurno, leccionado em 7 escolas, o número de alunos matriculados passou de 3.516 alunos em 2004, para 3.936 em 2005, o que representa mais de 100% de realização do plano.

Ainda em relação a este ensino, importa destacar o desenvolvimento do programa integrado da reforma da educação profissional, com vista a tornar a formação mais relevante e mais apostada às necessidades das comunidades e do mercado laboral. Neste contexto, seminários de auscultação, envolvendo várias sensibilidades, tais como sector privado, confissões religiosas, ONGs, as comunidades e outros parceiros interessados foram realizados nas três regiões do país.

Melhoria da Qualidade do Ensino

No âmbito de revisão curricular

O ano de 2004 marcou o início da implementação do Novo Currículo do Ensino Básico com a introdução das primeiras classes de cada ciclo, nomeadamente 1^a, 3^a e 6^a classe. Em 2005 prosseguiu a implementação do Novo Currículo do Ensino Básico, com a introdução da 2^a, 4^a e 7^a classes a nível nacional.

As actividades relativas ao processo de transformação curricular do Ensino Secundário Geral (ESG) conheceram um atraso global devido a constrangimentos no desembolso dos fundos. Contudo, é de destacar a realização das seguintes actividades:

- Identificação de duas escolas do Ensino Secundário Geral (ESG), por província, para a experimentação do novo currículo;
- Início de consultas à sociedade civil a nível nacional, sobre a proposta do novo currículo do Ensino Secundário Geral (ESG), com o objectivo de melhorar estratégias de acompanhamento e buscar de consensos sobre o perfil do graduado e estrutura do Ensino Secundário Geral (ESG); e
- Elaboração de programas intermédios e planos de capacitação de professores da 8^a classe.

A reforma dos Currículos dos CFPP's e IMAP's foi iniciada com a revisão dos planos de estudo destes dois tipos de formação.

No âmbito da Formação de professores

Além das acções de formação inicial e em exercício de professores levadas a cabo ao longo de 2005, foi elaborada e submetida para discussão uma proposta dos modelos de formação de professores a vigorarem a partir de 2006.

Neste contexto, foram aprovados novos modelos de 10^a+1 Ano, para formação de Professores do Ensino Básico e 12^a+1 Ano, para formação de Professores do Ensino Secundário. Os modelos aprovados abarcam a formação inicial, formação em exercício e à distância.

No âmbito do Apoio Directo às Escolas (ADE)

Durante as três fases iniciais (implementadas entre 2003 e 2004), o programa beneficiou escolas primárias públicas do EP1. Na 4^a fase, o programa alargou a sua lista de beneficiários, incluindo assim, as escolas primárias públicas do EP2.

Para a 4^a fase, o investimento total foi de cerca de 73 biliões de meticais, onde cada escola beneficiária recebeu entre 5,25 a 78 milhões de meticais.

No âmbito do HIV/SIDA

O programa multisectorial sobre Saúde Sexual e Reprodutiva para adolescentes e jovens foi expandido para as províncias de Inhambane e Niassa.

Foi feito o lançamento de dois programas “Pacote BÁSICO: Habilidades para a Vida” e “Rádiofónico: Mundo sem Segredos”, na Cidade de Quelimane. Os dois programas complementam-se e são dirigidos aos alunos do Ensino Primário. Estes programas compreendem matérias para o desenvolvimento de actividades de prevenção e educação sobre o HIV/SIDA nas escolas.

O programa piloto de apoio às crianças órfãs e vulneráveis (COV's) foi introduzido e expandido para cobrir 4 distritos. Para a sua implementação foram estabelecidos os procedimentos necessários, a respectiva estrutura, e desenhado o quadro de M&A e iniciadas as capacitações.

Foram seleccionados indicadores do impacto do HIV/SIDA, testados a pequena escala, e introduzidos no sistema de levantamento estatístico vigente no Sistema de Ensino.

No âmbito da Saúde Escolar

Em 2005 prosseguiu o programa de desparasitação dos alunos do EP1 ao nível da província de Maputo, e, procedeu-se a sua expansão às províncias de Gaza e Inhambane. Por outro lado, foram distribuídos manuais de instrução para o professor, sobre como medicar as crianças.

No âmbito do Desporto Escolar

Foi realizado o VII Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares nas Cidades de Maxixe e Inhambane, que contou com a participação de cerca de 2.000 pessoas, provenientes de todo o País, entre alunos, técnicos, corpo de juizes, árbitros, organizadores e pessoal de apoio.

Desenvolvimento Institucional

No âmbito do Plano Estratégico do Sector, terminou o processo de revisão da estratégia referente a área da educação, que tinha como finalidade redefinir os objectivos, as metas e determinar os recursos necessários para a implementação da 2ª fase a decorrer de 2005 - 2009.

ENSINO SUPERIOR

No âmbito da melhoria da Qualidade e Relevância do Ensino Superior, foram criadas as comissões instaladoras dos sistemas nacionais de acumulação e transferência de créditos académicos e de acreditação, avaliação e garantia de qualidade.

No âmbito da expansão do acesso ao ensino superior com equidade, foram criados os Institutos Superiores Politécnicos de Gaza, Manica e Tete.

B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na área da Ciência e Tecnologia, em 2005 as atenções foram concentradas no desenvolvimento da ciência e tecnologia através da investigação, inovação e disseminação de tecnologias apropriadas ao País. Para a realização deste objectivo, foram realizadas ao longo de 2005 as seguintes acções:

- Início do diagnóstico do sistema de investigação no País com vista a criação de um sistema de investigação científica e inovação tecnológica.
- No âmbito do estabelecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, foi criado o Fundo Nacional de Investigação (FNI) para estimular as actividades de investigação científica e inovação.
- Prosseguimento da disseminação da Política de Ciência e Tecnologia ao nível dos Governos Provinciais e das Instituições de Ensino Superior.
- Com o objectivo de garantir que a coordenação de parceiros nacionais e internacionais promova programas de desenvolvimento integrado, foram realizados vários encontros de reflexão nos seguintes Fóruns estabelecidos: (i) Parceiros Nacionais – e-Fórum; (ii) Parceiros

Internacionais; (iii) Sector Privado; (iv) Fórum Inovadores; e (v) Fórum de Jovens.

No âmbito da implementação da Política de Ciência e Tecnologia, foram criados Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT) que serão dotados de centros de excelência e de incubadoras tecnológicas. Estes centros têm em vista promover a integração e transferência de tecnologias nas regiões onde se encontrarem inseridos, servindo não só as capitais províncias, mas também os Distritos.

Com o objectivo de fazer um diagnóstico dos principais obstáculos tecnológicos ao desenvolvimento, foi realizada a primeira expedição piloto de investigadores que abrangeu os distritos de Tsangano, Angónia, Macanga e Changara, na província de Tete e os distritos de Chigubo, Chókwè e Manjacaze, na província de Gaza.

No âmbito dos esforços em curso visando a criação de conselhos científicos sectoriais em quatro áreas prioritárias nomeadamente; água, agricultura, saúde e energia bem como a formulação de planos estratégicos para a investigação nestas quatro áreas. Foram criados os Conselhos Científicos das Águas e da Energia. Estes Conselhos estão a fazer inventários sistematizados dos trabalhos de investigação e da capacidade científica existentes. Com base nestes inventários e na análise dos problemas do sector, serão formuladas estratégias que deverão orientar pesquisas futuras.

Com vista à promoção da participação da mulher e Jovem na investigação, foi instituído o Prémio da Ciência para a Mulher e Jovem nas seguintes categorias: distinção, mérito e prémio do jovem investigador.

Lançamento da gazeta de ciência e tecnologia, denominada "*Inovação & Tecnologia*" virada para a promoção da cultura da ciência, o intercâmbio entre o investigador e o público, e para a inovação.

No quadro da promoção de iniciativas e o financiamento de actividades de investigação aplicada e de processos de inovação, destaque vai para a criação de um fórum denominado "Oficina aberta" onde pequenas e médias empresas e inovadores se reúnem para o desenvolvimento de protótipos, e para a promoção do programa de Fundos de Investigação para Pobreza (FIP), que tem em vista a realização de estudos para a melhoria do conhecimento e entendimento sobre a pobreza em Moçambique.

A expansão do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é um dos objectivos principais na área de Ciência e Tecnologia. Assim, em 2005 foram estabelecidos 8 Centros Multi-Média Comunitários (CMCs) nas províncias de Gaza (Chókwè), Maputo (Xinavane; Moamba), Nampula (Ribauè), Zambézia (Alto Molócuè), Cabo Delgado (Chiúre), Sofala (Dondo) e Niassa (Cuamba).

Com vista a garantir a sustentabilidade dos CMC's foi implementada uma estratégia de formação envolvendo 3 fases: formação básica; realização de workshops e formação em serviço.

Concebido e criado um museu de tecnologia açucareira. Os museus digitais são uma forma específica dos museus científicos e têm a grande vantagem de serem baratos e de serem acessíveis mesmo para aqueles que vivem longe das cidades.

Para dar resposta às questões de natureza ética, sobretudo nas áreas de saúde e biotecnologia, colocadas pelo avanço da ciência e tecnologia foi criada a Comissão de Ética composta por representantes de diferentes áreas científicas. A Comissão elaborou o esboço da Política de Ética da Ciência e Tecnologia e realizou debates de auscultação das sensibilidades através de seminários realizados nas zonas Norte, Centro e Sul do País.

Com o objectivo de estimular o interesse dos estudantes do ensino secundário pela matemática e pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no ensino, foi realizado o concurso Equamat que abrangeu 25 escolas secundárias das províncias de Niassa, Tete, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade.

Realização da terceira edição da Mostra Moçambicana da Ciência e Tecnologia na Escola Secundária Josina Machel, na Cidade de Maputo. No evento participaram 38 instituições e três expositores individuais. Para estimular os expositores, foi promovida a avaliação da qualidade das exposições individuais. A mostra foi visitada por cerca de 10.000 pessoas, das quais cerca de 4.000 participaram na eleição dos melhores *stands*.

No âmbito da promoção da capacidade técnica na área de informática e busca de talentos, foi realizada a olimpíada de informática envolvendo escolas secundárias de Maputo e Matola onde participaram no concurso 120 alunos.

C. SAÚDE

Na área da saúde, para 2005 foram definidos como principais objectivos a melhoria da saúde da população, reduzindo a morbi-mortalidade excessiva através de intervenções que aumentem o acesso aos serviços de saúde, diminuição das desigualdades territoriais, incremento da eficiência na utilização dos recursos e melhoria da qualidade da assistência sanitária prestada.

Prestação de Cuidados de Saúde

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

A actividade global do sistema de prestação de serviços medida em termos de Unidades de Atendimento⁶ cresceu positivamente em cerca de, 5,5%, comparativamente a 2004, bem como as consultas externas que cresceram em 7,8%

Evolução da Actividade Global de Saúde						
Indicadores	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005		Evol. (%) R05/R04
				Plano	Real*	
ACTIVIDADE GLOBAL						
Unidades de Atendimento (Mil)	62,896	67,298	71,721	76,320	75,657	5.5
Unidades de Atendimento/Habitante	3.6	3.8	3.8	3.9	3.9	
CONSULTAS EXTERNAS						
Consultas Externas (Mil)	15,336	17,058	17,907	18,076	19,302	7.8
Consultas Externas/Habitante	0.85	0.92	0.94	0.93	0.99	

Fonte: MISAU/** dados disponíveis de 9 meses projectados para 12 meses

No âmbito da institucionalização do Programa de Garantia de Qualidade, foram definidos alguns indicadores de qualidade, nomeadamente sobre processos de internamento e clínicos, bem como sobre análise mensal de receitas de farmácia. O programa de infecções foi implementado em 6 Unidades Sanitárias adicionais em 2005.

Programa Alargado de Vacinações (PAV)

Os dados de cobertura do Programa Alargado de vacinações (PAV) indicam a não existência de grandes variações relativamente às coberturas atingidas em períodos anteriores, exceptuando a ligeira redução de 95% em 2004 para 92% em 2005, verificada na cobertura com a vacinação anti-sarampo para o grupo de crianças dos 9 a 23 meses.

Evolução das Taxas de Cobertura do Programa Alargado de Vacinação					
Indicadores	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005	
				Plano	Real*
BCG [0-11 Meses]	92%	100%	100%	98%	100%
VAS [9-23 Meses]	94%	97%	95%	98%	92%
DPT/HB (3ª Dose)	87%	92%	91%	95%	92%
Anti-Pólio (3ª Dose)	87%	90%	91%	95%	91%

Fonte: MISAU/** dados semestrais

No âmbito deste Programa há a destacar a realização da Campanha Nacional de Vacinação contra o Sarampo, a Poliomielite e a Suplementação com Vitamina A, realizada entre os meses de Agosto e Outubro de 2005, em todo território nacional e de forma escalonada. Durante a campanha foram vacinadas contra o sarampo 8,189,159 crianças dos 9 meses aos 14 anos de idade correspondente a 94% de cobertura, contra pólio 4,391,090 crianças dos 0 aos 59 meses na primeira volta e 4,305,987 crianças na segunda, o que corresponde

⁶ Soma ponderada das principais actividades realizadas seguindo determinados critérios (ou pesos). A Soma inclui o número de dias de internamento (DCOs) x 9, o número de partos x 12, o número de vacinações x 0.5, o número de consultas de SMI x 1, o número de consultas Externas x 1 e o número de consultas de estomatologia x 2. Trata-se, portanto, de um indicador sumário de actividade.

a 123% e 126% de cobertura, respectivamente. No que concerne à suplementação com Vitamina, esta foi administrada a 3,398,535 crianças dos 6 aos 59 meses, o que corresponde a 105% de cobertura.

Para reforçar a capacidade de conservação das vacinas durante a Campanha de Vacinação e reforço das actividades de rotina, ao longo do ano foram adquiridos e distribuídos 94 congeladores, tendo sido igualmente garantido o fornecimento regular e em tempo útil do material de vacinação.

Programa de Saúde Materno Infantil e Planeamento Familiar (SMI/PF)

Algumas das componentes do programa, exceptuando os partos institucionais e as consultas pós-parto mostram uma tendência de decrescimento nas taxas de cobertura comparativamente ao ano de 2004. Contudo, a cobertura das actividades do programa continuou a mostrar valores superiores a 100% nas componentes Consultas preventivas de crianças com idade inferior a 1 ano, devido a problemas inerentes ao registo e notificação. Para a sua solução, estão sendo desenhados novos instrumentos de registo. A cobertura da componente “Consultas Preventivas de Crianças com idade inferior a 5 anos” apresenta uma evolução decrescente (48%) como se pode ver na tabela que segue, o que é justificado, em parte, devido à realização da campanha contra sarampo, que requereu um número importante de recursos.

os decréscimos citados acima resultam, por um lado, da realização da campanha nacional de vacinação, que absorveu um número significativo de recursos e por outro, pelo facto de os dados até ao final do ano ainda não se encontrarem completamente disponíveis, daí que algumas coberturas poderão vir a crescer.

Evolução das Taxas de Cobertura SMI					
Indicadores	2002	2003	2004	2005	
	Real	Real	Real	Plano	Real
Consultas Pré-Natais	107%	110%	110%	100%	89%
Partos Institucionais	43%	45%	46%	49%	47%
Consultas Pós-Partos	54%	57%	60%	58%	61%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-11 Meses)	149%	145%	143%	98%	129%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-4 Anos)	56%	56%	53%	70%	48%

Fonte: MISAU

No âmbito da saúde materna, o processo de expansão dos cuidados obstétricos de Emergência (COEM) ao nível Provincial, está produzindo alguns resultados satisfatórios, nomeadamente regista-se um maior número de casos com complicações à chegarem as US acreditadas, e um aumento no número de partos a ocorrerem nestas US, devido à melhoria no sistema de referência, da qualidade assistencial, e ao maior número de parturientes que procuram o Serviço Nacional de Saúde. No entanto, persistem alguns problemas que dizem respeito à disponibilidade de rádios, ambulâncias, material médico-cirúrgico, pessoal e infra estruturas básicas.

Em relação ao indicador de qualidade, embora a mortalidade materna mostre uma ligeira melhoria, de 186 por mil em 2004 para 179 por mil em 2005, a taxa de Natimortalidade com foco+ passou de 263 por mil em 2004 para 266 por mil em 2005 (dados de 9 meses).

Foram elaborados manuais e realizados cursos de formação em serviço e em AIDI, visando estabelecer padrões e critérios de qualidade dos serviços prestados à criança,

Programa de Saúde Escolar e do Adolescente

O principal objectivo deste programa é “reduzir a morbi-mortalidade no grupo, promovendo práticas necessárias a uma vida saudável, através de intervenções integradas, preventivas e curativas desde a comunidade até aos níveis de referência dos serviços de saúde”.

Está em preparação a revisão da Estratégia de Saúde Escolar e o Acordo MISAU/MINED que visa melhorar os mecanismos de coordenação entre as duas instituições, bem como a análise situacional e levantamento de boas práticas no concernente a esta componente.

Foi concluída a elaboração da Política e Estratégia de SSRAJ/HIV/SIDA.

Na componente de Saúde Escolar foram realizadas diversas acções, nomeadamente a vacinação anti-tetânica nas escolas e inspecções sanitárias. Contudo os índices de cobertura tanto das crianças em idade escolar bem como de escolas continuam baixos.

No âmbito da expansão dos Serviços de Atendimento aos Adolescentes e Jovens (SAAJs), em 2005, foram criados 18 novos serviços nas províncias de Inhambane (8), Zambézia (2), Gaza (2), Maputo Província (3) e Sofala (3), perfazendo cerca de 150 serviços espalhados por todo o País. Em termos de actividades, até ao 1º semestre de 2005 foram atendidos 87.627 utentes que procuravam serviços de aconselhamento e contracepção.

Nutrição

Os indicadores de vigilância nutricional revelam que o estado nutricional da população moçambicana continua a merecer uma atenção especial. A Taxa de Baixo Peso à Nascimento foi de 10.3% e a de Mau Crescimento foi de 15.8% (Dados até Setembro de 2005 com excepção das Províncias de Tete, Zambézia, Nampula e Niassa). O valor limite para o Baixo Peso à Nascimento é 7,0% e para o Crescimento Insuficiente é 16,0%. Valores acima destes limites são considerados como Situação Grave e Situação de Alarme respectivamente.

A cobertura Nacional da suplementação da Vitamina “A” nas actividades de rotina foi de 60.7% e através da Campanha Nacional de Vacinação atingiu-se uma cobertura de 105%.

Como forma de reduzir as taxas de mortalidade por Desnutrição Infantil aguda grave foram realizados cursos em todas as provinciais do País sobre “Manejo da Malnutrição Aguda Grave” com base nas normas da OMS. Todos os Hospitais Provinciais já iniciaram a implementação do Novo Protocolo da OMS, o que contribuirá para melhorar a actual taxa de letalidade (15,3%). Foram também adquiridos os materiais e equipamentos para este programa, estando-se actualmente na fase de alocação e distribuição às províncias.

No âmbito da prevenção da intoxicação por mandioca amarga foram feitas acções de formação sobre os métodos adequados de desintoxicação da mandioca amarga nas Províncias de Nampula e Zambézia. O treino foi dirigido aos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs), grupos de mulheres da comunidade e aos técnicos de nutrição dos distritos de Memba, Mongicual e Mogovolas - em Nampula - e dos Distritos de Ile, Lugela, Maganja da Costa e Mocuba - na Zambézia, afectados pelo surto de neuropatia tropical (Konzo) devido ao consumo predominante da mandioca amarga mal processada e acompanhada de uma dieta pobre em proteínas.

Grandes Endemias

No âmbito das grandes endemias, em 2005 foi privilegiada a prevenção, o controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população. Assim, entre outras acções foram desenvolvidas as seguintes:

HIV/SIDA

O sector de Aconselhamento e Testagem Voluntária (ATV) dentro do PNC/ITS/SIDA tinha como meta inicial terminar o ano de 2005 com pelo menos mais 76 Unidades de ATV abertas e em pleno funcionamento. Esta meta foi ultrapassada em aproximadamente 49%, tendo sido abertas na totalidade 155 unidades de ATV.

No final do 1º semestre encontravam-se em tratamento antiretroviral cerca de 12.800 doentes padecendo de SIDA. Dados mais recentes indicam que em Novembro de 2005, um total de 17.547 Portadores de HIVS estavam registados no TARV em 32 Unidades Sanitárias do SNS que providenciam este tratamento.

Em 2005 a implementação das actividades de Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) do vírus do HIV das mulheres grávidas infectadas para os recém-nascidos também registou avanços significativos. Com efeito, houve uma

expansão da rede de US com serviços de PTV, existindo actualmente, para além das capitais provinciais, serviços de PTV em 54 distritos do País. assim, o acesso a estes serviços melhorou consideravelmente e como resultado desta expansão, cerca de 5.869 grávidas HIV+ receberam profilaxia, cujas crianças, em número de 4.711 recebeu também profilaxia. Apenas 23% destas crianças chegaram às USs aos 18 meses de idade para testagem (controlo), cujo resultado foi negativo em 97% delas, o que demonstra a eficácia do tratamento profilático, mas também a fraqueza do sistema no seguimento deste grupo alvo.

Malária

Os principais pontos de acção do Programa Nacional de Combate à Malária (PNCM) são a pulverização intradomiciliária com insecticidas residuais, a promoção do uso de redes mosquiteiras impregnadas, o tratamento de febre na comunidade, o enquadramento do tratamento da malária nas crianças dentro do esquema AIDI.

O ano 2005 foi marcado pelo reforço do programa de pulverizações, destacando-se a aprovação das normas para a re-introdução do DDT e pela realização de acções de formação para o manuseio do produto pelos rociadores. Foram igualmente realizados vários estudos sobre efectividade de diferentes insecticidas residuais e inquéritos para avaliação da pulverização intradomiciliária

O retratamento massivo e gratuito de redes mosquiteiras foi organizado nos distritos de Chókwè e Massingir na Província de Gaza em preparação das campanhas de retratamento em Gaza, Inhambane, Tete e Zambézia. Por outro lado, no âmbito da campanha nacional de vacinação, foram distribuídas 400.000 redes à crianças menores de 5 anos.

O sistema nacional de notificação de casos de malária reportou no período de Janeiro a Dezembro de 2005, 5.826.588 casos suspeitos contra 5.589.157 casos notificados em 2004 e 4.139 óbitos por malária contra 4.150 óbitos em 2004. Comparando os dois anos, constata-se um aumento de 4,2% para os casos notificados e uma ligeira redução de 0.2%, para os óbitos.

A taxa de letalidade intrahospitalar por malária em crianças e adultos registada nos Hospitais Rurais/Gerais mostra valores compreendidos entre 6% e 5% nos adultos desde 1993 e entre 4% e 3% nas crianças descendo este valor do nível de 6% verificado no período 1993-95. Esta redução para metade do valor da mortalidade em crianças durante uma década é resultado combinado de um melhor manejo dos casos, de melhores conhecimentos técnicos do pessoal clínico e dum fornecimento mais regular de medicamentos apropriados.

O tratamento integrado das doenças infantís teve início em 2005, assim como o tratamento pré-natal das mulheres, embora ainda não tenha sido introduzido

oficialmente, já está a ser feito em 3 províncias, nomeadamente Sofala, Manica e Gaza.

Tuberculose

Para combater a Tuberculose, em 2005 foi privilegiada a realização de actividades de formação e de supervisão do tratamento ministrado aos doentes nas unidades sanitárias bem como o desenvolvimento de acções de sensibilização aos doentes sobre a necessidade de tratamento desta doença.

O regime de 6 meses de tratamento com medicamentos em doses fixas, combinados e em carteira, foi introduzido em todas as capitais provinciais e, a partir daí o programa será estendido a todas as unidades sanitárias onde se faz o diagnóstico e tratamento dos casos de tuberculose.

Por outro lado, foi iniciada em Sofala a introdução progressiva do Tratamento Preventivo com Cotrimoxazol (TPC) para doentes com HIV e Tuberculose, enquanto que, em Maputo Província, foi realizada a primeira reunião para a região Sul acerca deste tratamento, onde participaram enfermeiros e outro pessoal de saúde.

Pelas características do programa e dos esquemas terapêuticos de longa duração, resulta impossível dispor de uma informação completa no início do ano e, portanto, os dados referem-se sempre ao primeiro semestre do ano anterior ou, em alguns casos, até Setembro. Assim, até Setembro de 2005 foram notificados 25.084 casos de tuberculose e uma taxa de cura dos doentes em tratamento de 76.7%.

Lepra

Moçambique continua na lista dos nove países do mundo onde a Lepra é um problema de saúde pública. A taxa de prevalência actual de Lepra em Moçambique é de 2,6 por 10.000 habitantes, contra os menos de 1/10.000hab preconizados pela OMS.

O total de doentes em tratamento no País é de 4.984 dos quais 2.255 (45,24%) são da Província de Nampula (dados referentes ao III trimestre de 2005).

Apesar do aumento progressivo das actividades desenvolvidas com vista a redução dos níveis da doença, o País ainda não alcançou a meta de ter 1 caso por cada 10.000 habitantes até ao final do ano, tendo actuado como factores negativos (i) o insuficiente conhecimento da população sobre a doença, (ii) a fraca cobertura do País em unidades sanitárias, (menos de 50% nas 4 províncias com maior prevalência) e, (iii) o número ainda insuficiente de pessoal de saúde treinado para o diagnóstico e tratamento da doença e suas complicações. Como forma de se ultrapassar os constrangimentos existentes e

intensificar a aceleração da eliminação da doença, foram delineadas quatro estratégias cuja implementação foi já iniciada em 2005 tendo como componentes as seguintes:

- Mobilização social para a eliminação da Lepra aos níveis nacional, provincial, distrital e nas aldeias;
- Detecção sustentada e tratamento correcto dos casos de Lepra a nível periférico (Centros de Saúde, Postos de Saúde e Pontos de Distribuição de Medicamentos);
- Melhoria do sistema de registo dos casos com revisão e actualização dos registos e fichas clínicas nas províncias onde a relação Prevalência/Detecção for maior do que 1; e
- Implementação de uma nova rede de abastecimento de medicamentos as províncias endémicas.

Ainda no âmbito deste programa, foi expandida a cobertura geográfica em medicamentos TMA (Terapia com Medicamentos Associados) para as províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, através do envolvimento de mais voluntários comunitários.

Área Farmacêutica

O principal objectivo desta área é assegurar a disponibilidade e consumo de medicamentos seguros, eficazes e de boa qualidade. Para este fim, durante o ano de 2005, foi reorganizado o Serviço de Inspeção Farmacêutica através do diagnóstico sobre o seu funcionamento e integração de novos quadros e reorientação de outros.

Foram igualmente realizadas actividades visando assegurar o cumprimento das disposições das convenções internacionais sobre estupefacientes e psicotrópicos assim como a realização de sessões de trabalho entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Interior com a finalidade de encontrar soluções para o controle dos produtos tóxicos e explosivos existente nas farmácias, hospitais, universidades e outros estabelecimentos.

Foi actualizada a base de dados do registo de medicamentos, autorizado o funcionamento de um total de 21 novas farmácias, elaborada a Política Farmacêutica e iniciado o processo de revisão do Formulário Nacional de Medicamentos.

Expansão da Rede Sanitária

No âmbito das actividades de expansão da rede sanitária, em 2005 foram construídas 30 novas infra-estruturas, sendo a maioria Centros de Saúde e casas para os trabalhadores. Em relação as obras de reabilitação e/ou ampliação, foram finalizadas um total de 23 edifícios, sendo 12 na rede primária. O Armazém Entrepósito da Beira já foi concluído.

Tipo de Infraestruturas	Construções	Reabilitação e/ou ampliação
Hospitais Centrais		-
Hospitais especializados		1
Hospitais provinciais		3
Hospitais Rurais e Gerais		2
Centros de Saúde	13	9
Maternidades	2	3
Casa dos trabalhadores	15	5

Fonte:MISAU

Recursos Humanos

Um dos principais objectivos na área de Recursos Humanos é a melhoria da qualidade dos recursos humanos da saúde através de formação e colocação, como elemento crítico para se providenciar cuidados de saúde aceitáveis e equitativamente distribuídos. Assim, ao longo de 2005 foram colocados 594 técnicos de nível básico e médios recém formados e nomeados 613.

As novas colocações e nomeações aumentaram o número total de pessoal nacional no SNS em cerca de 7.6%, que conta neste momento com 21.676 trabalhadores. A disponibilidade de pessoal é cada vez mais crescente nas províncias do Centro e Norte. Contudo, a província mais favorecida continua a ser Maputo Cidade e a menos favorecida a da Zambézia.

No mesmo período, foram graduados 1.015 técnicos (dos quais 118 de nível médio, 105 de nível médio – promoção e 47 de especialização, 718 de nível básico e 27 Médicos Especialistas).

Ainda no âmbito de recursos humanos, destaca-se o início das actividades do Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA), onde são leccionados 4 cursos nomeadamente, Laboratório, Enfermagem, Enfermagem em Pediatria e Administração Hospitalar.

D. TRABALHO

Na área do Trabalho, em 2005 foi privilegiada a melhoria do ambiente geral de negócios de modo a atrair mais investimentos privados para o País, criação de

emprego e a capacitação institucional tendo em vista a redução da pobreza absoluta. A implementação de Leis e regulamentos do Trabalho e a extensão dos serviços de segurança social a todo o território mereceram também uma particular atenção.

Para a realização dos objectivos definidos, foram desenvolvidas as seguintes acções:

Acção Normativa

Neste âmbito, destaque vai para o início do processo de revisão da Lei do Trabalho e para a elaboração da proposta de Diploma para a introdução da Mediação, Conciliação e Arbitragem Laboral.

Emprego, Trabalho e Formação Profissional

Em relação à expansão das infra-estruturas de emprego e formação profissional no país, foi iniciada a construção do Centro de Formação de Vilanculos tendo já sido feita a cobertura de parte das infra-estruturas nomeadamente: 6- Salas de aulas teóricas, 1 bloco administrativo, 1- bloco de sala de professores, 2-blocos de balneários . Prevê-se a conclusão das obras em Junho de 2006.

No que se refere à formação profissional de desempregados e candidatos ao 1º emprego, é de realçar que apenas 1.506 candidatos foram formados em diversas especialidade contra os 2.000 planificados, o que representa 75% de cumprimento do planificado. A distribuição por provinciais é a seguinte: Maputo-Cidade (278); Maputo-Provincia (73); Inhambane (212); Manica (08); Sofala (634); Nampula (113) e Niassa (188). Importa também referir que um total de 384 formandos beneficiaram de estágios profissionais e aprendizagem profissional nas seguintes províncias: Gaza(45), Inhambane(146), Nampula(148), Cabo Delgado(45).

No âmbito da assistência na procura de emprego foram colocados em diferentes empresas 2.918 desempregados inscritos nos diversos Centros de Emprego o que corresponde 73% do planificado. Por outro lado, registou-se a admissão directa de 7.887 desempregados pelas empresas, cuja distribuição por províncias é a que se segue :

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Colocações e admissões directas em 2005

	Colocações	Admissões directas
Total do País	2,918	7,887
Niassa	66	291
Cabo Delgado	10	293
Nampula	87	361
Zambézia	249	-
Tete	163	307
Manica	96	1,144
Sofala	1140	41
Inhambane	131	-
Gaza	97	92
Maputo Prov.	623	771
Maputo Cidade	256	4,587

Relativamente ao trabalho migratório, foram recrutados 47.535 trabalhadores moçambicanos para as minas da República da África do Sul e legalizaram ou renovaram contratos de trabalho 6.785 trabalhadores, todos no ramo da agricultura.

No âmbito da produção de informação sobre o mercado do Trabalho, foi concluído o inquérito da Força do Trabalho e foi lançado o novo Boletim de estatísticas do trabalho, contendo dados sobre o desemprego registado, conflitos laborais, contribuintes e beneficiários de segurança social, formação profissional e outra informação laboral relevante.

Relações Profissionais

Para verificação e controlo do cumprimento das normas laborais, durante o ano de 2005 foram fiscalizados 3.048 estabelecimentos de diversos ramos de actividade, o que corresponde a 61% do planificado. O número de trabalhadores abrangidos neste período foi de 91.979 contra 83.732 do ano de 2004, o que representa um aumento na ordem dos 9,8% comparativamente ao ano anterior. O quadro abaixo mostra a fiscalização desses estabelecimentos por províncias:

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Estabelecimentos fiscalizados em 2005

Províncias	Meta estabelecida	Estabelecimentos fiscalizados
Niassa	200	126
Cabo Delgado	300	233
Nampula	500	398
Zambézia	350	203
Tete	250	212
Manica	200	102
Sofala	500	381
Inhambane	300	200
Gaza	350	136
Maputo Prov.	450	282
Maputo Cidade	1600	775
Total	5,000	3,048

Segurança Social

No âmbito da inscrição de beneficiários, até ao final de 2005 estavam inscritos 609.287 beneficiários, contra 542.582 do ano de 2004, o que representa um crescimento na ordem dos 12,3%. Em relação aos contribuintes estavam inscritos 17.974 contra 17.357 inscritos no ano de 2004, o que corresponde um aumento na ordem de 3,6%. O quadro abaixo mostra a distribuição dos beneficiários e dos contribuintes por províncias durante o ano de 2005.

Contribuintes e beneficiários inscritos no final de 2005

Delegações do INSS	Beneficiários inscritos	Contribuintes inscritos
Niassa	7,815	504
Cabo Delgado	13,162	589
Nampula	34,065	1,410
Zambézia	28,787	1,562
Tete	18,470	617
Manica	28,788	908
Sofala	54,340	1,793
Inhambane	16,078	783
Gaza	18,225	1,038
Maputo Prov.	106,527	1,073
Maputo Cidade	283,030	7,697
Total	609,287	17,974

Em relação aos contribuintes e beneficiários inscritos no ano de 2005, foram inscritos 1.590 contribuintes contra os 1.600 planificados e 66.705 novos beneficiários do sistema de segurança Social contra os 30.000 planificados.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Novos contribuintes e beneficiários inscritos em 2005

Delegações do INSS	Novos beneficiários	Novos contribuintes
Niassa	786	51
Cabo Delgado	1,567	45
Nampula	2,050	119
Zambézia	2,027	122
Tete	2,217	68
Manica	2,357	92
Sofala	2,904	200
Inhambane	1,536	89
Gaza	1,927	101
Maputo Prov.	4,749	121
Maputo Cidade	44,585	582
Total	66,705	1,590

E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Nesta área, ao longo do ano de 2005, as atenções foram concentradas na realização de actividades visando o desenvolvimento e capacitação institucional, a elevação do estatuto da mulher e a promoção da equidade de género, a segurança, assistência e integração social dos grupos alvo em situação de vulnerabilidade, particularmente crianças, mulheres, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência.

Neste contexto e dentre várias acções realizadas, destacam-se as seguintes:

No âmbito do Desenvolvimento e Capacitação Institucional

- Iniciado o processo de reabilitação e reconversão do Centro de Apoio à Velhice (CAV) para o funcionamento do MMAS;
- Concluída a construção e apetrechamento do Instituto Nacional de Deficientes Visuais da Beira (província de Sofala), do Centro Juvenil Madre Maria Clara em Gurué (Província da Zambézia), do Centro de Apoio ao Emprego e Formação Profissional de Momemo-Marracuene, a reabilitação e construção do infantário da Matola e Centro Infantil da Casa do Gaiato, respectivamente, (província do Maputo); e
- Capacitados, em cursos de curta duração, 165 funcionários do sector e concedidas bolsas de estudo para 49 funcionários (27 do ensino médio e 22 do ensino superior).

No Âmbito da Promoção do Estatuto da Mulher

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- Realizadas acções de capacitação visando a integração da perspectiva de género nos programas de desenvolvimento, nas quais participaram representantes das DPMAS e de outras instituições governamentais, ONG's, Instituições Religiosas e Líderes Comunitários (nas províncias de Manica e Cabo Delgado); e
- Assistidas 35.130 mulheres chefes de agregado familiar com fraco poder económico, das quais 25.940 integradas e apoiadas nos cursos de alfabetização e capacitação profissional e as restantes enquadradas em actividades de produção de subsistência e geração de pequenos rendimentos.

No âmbito da Protecção à Criança

Reunificadas, no âmbito do Programa da Localização e Reunificação Familiar, 564 crianças, representando um crescimento de 182% comparativamente ao número reunificado em 2004.

Localização e Reunificação Familiar

Indicadores	2004 Real	2005		Realiz. Plano %	Evol. % R05/R04
		Plano	Real		
Número de Crianças documentadas	673	1,000	4,124	412.4	512.8
Número de Crianças reunificadas	200	300	564	188.0	182.0

Fonte: MMAS

No âmbito da Educação Pré-Escolar:

- Assistidas 1.753 crianças nos 15 centros infantis estatais;
- Assistidas 11.532 crianças nos 111 centros infantis privados; e
- Atendidas 39.935 crianças pelas 558 escolinhas comunitárias que funcionaram em todas as províncias do País.

Educação Pré-Escolar

Indicadores	2004 Real	2005		Realiz. Plano %	Evol. % R05/R04
		Plano	Real		
Número de Centros Infantis (Estatais)	15	15	15	100.0	0.0
Número de Crianças Atendidas	1,144	1,400	1,753	125.2	53.2
Número de Centros Infantis (Privados)	100	100	111	111.0	11.0
Número de Crianças Atendidas	9,178	9,500	11,532	121.4	25.6
Número de Escolinhas Comunitárias	422	500	558	111.6	32.2
Número de Crianças Atendidas	27,195	30,000	39,935	133.1	46.8

Fonte: MMAS

No âmbito do Atendimento à Criança em Situação Difícil

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- Assistidas 15.176 crianças nos 98 centros vocacionados para o atendimento à crianças;
- Assistidas 394 crianças em 8 Infantários do MMAS e 1.795 crianças em 28 infantários privados, sendo estes últimos maioritariamente mantidos pelas instituições religiosas;
- Assistidas, no âmbito do Programa de HIV/SIDA, 48.102 Crianças Órfãs e Vulneráveis (Kit's de material escolar, vestuário, alimentação).
- Construídas 165 casas para famílias chefiadas por crianças e pessoas idosas, sendo 133 na província de Sofala, 28 na província de Manica e 4 na cidade de Tete; e
- Elaborado o Plano Nacional de Acção para a criança.

Criança em Situação Difícil

Indicadores	2004 Real	2005		Realiz. Plano %	Evol. % R05/R04
		Plano	Real		
Número de Centros da/na Rua	80	80	98	122.5	22.5
Número de Crianças Atendidas	7,559	9,000	15,176	168.6	100.8
Número de Infantários (Estatais)	8	8	8	100.0	0.0
Número de Crianças Atendidas	114	300	394	131.3	245.6
Número de Infantários (Privados)	13	13	28	215.4	115.4
Número de Crianças Atendidas	628	650	1,795	276.2	185.8

Fonte: MMAS

No âmbito do Atendimento Institucional ao Idoso

- Atendidos 485 idosos nos 9 centros estatais de apoio a velhice, e 373 idosos nos 16 centros sob a responsabilidade de entidades privadas;
- Realizadas palestras de divulgação da Política da Pessoa Idosa e das estratégias da sua implementação ao nível das comunidades na província de Manica;
- Construídos 4 centros comunitários abertos para o atendimento de pessoas idosas vulneráveis sendo, 1 na Província de Maputo e 3 na província da Zambézia;
- Realizados debates televisivos e radiofónicos de divulgação e sensibilização da sociedade sobre os direitos do idoso; e
- Construídas 47 casas para igual número de idosos, sendo 12 na província da Zambézia, 10 na província de Niassa e 25 na província de Maputo.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Programa de Atendimento ao Idoso

Indicadores	2004 Real	2005		Realiz. Plano %	Evol. % R05/R04
		Plano	Real		
Centros de Apoio à Velhice (Estatais)	9	9	9	100.0	0.0
Nº. de Idosos Atendidos	298	215	485	225.6	62.8
Centros de Apoio à Velhice (Privados)	11	13	16	123.1	45.5
Nº. de Idosos Atendidos	258	400	373	93.3	44.6

Fonte: MMAS

No âmbito do Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência

- Identificadas 7.081 pessoas portadoras de deficiência, das quais 3.533 foram acompanhadas e 1.925 crianças integradas nas escolas e em diferentes programas sócio-familiar e comunitários;
- Atendidas 597 pessoas portadoras de deficiência nos 6 Centros de Trânsito que funcionam no País; e
- Adquiridos e distribuídos 1.105 meios de compensação às pessoas portadoras de deficiência, sendo: 984 cadeiras de rodas, 31 triciclos, 42 muletas, 30 Bengalas e 18 Pares de canadianas.

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência

Indicadores	2004 Real	2005		Realiz. Plano %	Evol. % R05/R04
		Plano	Real		
Deficientes Identificados	7,000	6,000	7,081	118.0	1.2
Deficientes Acompanhados	2,790	1,200	3,533	294.4	26.6
Crianças Deficientes Integradas	4,292	3,000	1,925	64.2	-55.1
Número de Centros de trânsito	6	6	6	100.0	0.0
Deficientes Atendidos	521	100	597	597.0	14.6
Escolas Especiais	3	3	3	100.0	0.0
Número de Alunos	300	300	242	80.7	-19.3

Fonte: MMAS

No âmbito do Apoio aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos

- Distribuídos panfletos de sensibilização e divulgada a Lei 3/97 de 15 de Março, que proíbe a produção, consumo e tráfico ilícito de drogas;
- Realizadas palestras de sensibilização e aconselhamento para prevenção e combate ao consumo de drogas para os reclusos encarcerados nas cadeias de Cabo Delgado, Zambézia, Gaza, Inhambane e Cidade de Maputo; e
- Integrados no Projecto de Alfabetização e Educação de Adultos 245 reclusos, sendo 145 na Cadeia Provincial de Pemba e 100 na Cadeia Distrital de Montepuez, implicando, deste modo, a redistribuição dos fundos previamente planificados.

No âmbito dos Programas de Assistência Social directa e de apoio ao Desenvolvimento Comunitário

Programa Subsídio de Alimentos: prestada assistência a 82.631 agregados familiares (beneficiários directos), o que corresponde a 89,5% de realização do planificado (92.300). Em termos de proporcionalidade por categorias, os idosos representam 91% do total dos agregados assistidos.

Programa Benefício Social pelo Trabalho: realizados pagamentos a 3.632 beneficiários, dos quais 2.853 são mulheres, correspondente a 18,2% do planificado (20.000).

Programa Geração de Rendimento: implementados 238 projectos para cerca de 2.756 beneficiários directos, dos quais 1.558 são mulheres, o que corresponde a 8,6% do planificado (31.911).

Programa Apoio Social Directo: atendidos em todo o País, 7.173 beneficiários directos (20% do planificado), dos quais 4.023 são mulheres.

Programa de Desenvolvimento Comunitário: continuada a implementação de diferentes projectos comunitários envolvendo 171 comunidades.

Paralelamente à implementação destes programas, foram desenvolvidas acções em benefício de pessoas afectadas por calamidades naturais que assolaram o País durante o ano de 2005.

F. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFECIENTES DE GUERRA

Nesta área, em 2005, o Governo continuou a orientar os seus esforços na valorização da história e melhor inserção dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, através da realização das seguintes actividades:

No âmbito da inserção social dos Combatentes

- Teve continuidade o processo de inserção social dos Deficientes de Guerra através das várias instituições do Estado;
- Foram iniciados os trabalhos preparatórios para a elaboração da Lei que fixa os direitos previstos nos artigos 15 e 16 da Constituição da República;
- Foram realizadas acções de capacitação sobre princípios básicos de gestão de pequenos negócios e sobre legislação inerente ao Fundo de Inserção

Social do Antigo Combatente (FISAC) nas Províncias de Maputo e Inhambane;

- Foi distribuído aos combatentes de Cabo Delgado diverso equipamento para a prática de actividades de geração de rendimento, nomeadamente 3 motobombas para os distritos de Muidumbe, Macomia e Pemba-Metuge, 3 redes de pesca para os distritos de Macomia e Pemba-Metuge, 3 moageiras para os distritos de Nangade, Mueda e Muidumbe e 5 bicicletas para os distritos de Nangade, Mueda, Muidumbe, Macomia e Pemba-Metuge; e
- Foram lançados dois concursos públicos destinados a elaboração dos termos de referência do projecto de construção do Centro Escola de Formação de Combatentes em Manica e a elaboração do respectivo projecto arquitectónico.

Património da História da Luta de Libertação Nacional

- Procedeu-se a localização de 101 locais Históricos nas províncias da Zambézia, Inhambane, Cabo Delgado e Niassa; e à sinalização das bases da Luta Armada de Libertação Nacional de Nhabuto em Bárue e Machacaile em Macossa, na Província de Manica; e
- Foi iniciada a elaboração da proposta de Lei sobre a protecção, preservação e valorização do Património da Luta de Libertação Nacional.

Recolha de depoimentos e pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional

- Foram recolhidos depoimentos sobre a história aos combatentes a nível nacional; e
- Foi iniciada a elaboração do primeiro livro de história denominado: História 0.da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, 1960 – 1974.

Implementar o Estatuto do Combatente

- Emitidos 4.678 cartões de identificação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional e tramitados 19.368 pedidos de fixação de pensões provenientes de todas as províncias do país.

G. CULTURA

Na área da Cultura, em 2005 os esforços continuaram concentrados na preservação e divulgação do património cultural nacional e no desenvolvimento da criatividade e promoção cultural. Para a realização destes objectivos, foram desenvolvidas as seguintes acções:

Património Cultural

No âmbito da identificação, registo e preservação de obras e valores culturais representativos do património cultural e natural

- Foi elaborado o Regulamento sobre Pesquisas de Arqueologia Subaquática no quadro da redefinição de mecanismos de aplicação da Lei de Protecção do Património Cultural;
- Sob proposta do Governo de Moçambique a Timbila foi proclamada como obra prima do património oral e imaterial da humanidade. A par da ilha de Moçambique, proclamado Património Mundial em 1991, o país tem uma porque possui agora outro património da humanidade: a Timbila;
- Foram elaborados os Estatutos Específicos da Ilha de Moçambique e do Gabinete de Conservação e Restauro;
- Introdução no Curriculum do Ensino básico das línguas nacionais como veículo de ensino;
- Reforço da obrigatoriedade da presença dos símbolos nacionais(foto do Chefe de Estado e a Bandeira Nacional) nas escolas,bem como a entoação do Hino Nacional.

No âmbito do incentivo a utilização de monumentos, museus e outras instituições de preservação e divulgação cultural

- Foi iniciada a definição e padronização dos termos e conceitos utilizados na área do património cultural tangível e intangível;
- Teve continuidade a divulgação de procedimentos sobre a conservação, preservação e valorização do património tangível e intangível; e
- Foram elaborados manuais sobre as técnicas de conservação preventiva do património cultural tangível.

Acção Cultural

No âmbito da divulgação do vasto potencial artístico-cultural, instituições e fazedores culturais nacionais

- Foi iniciada a actualização do Banco de Dados sobre o movimento e potencial artístico-cultural nacional e concluída a Base de Dados sobre Artesanato em Moçambique;
- Foram comemoradas as seguintes datas Culturais: *Dia Mundial da Poesia; Dia Mundial do Teatro; Dia Internacional da Dança; Dia Mundial da Diversidade Cultural; Dia Nacional de Cultura; Dia Internacional da Música e os Dias Internacionais de Monumentos;*
- Datas festivas das cidades capitais provinciais e sedes distritais comemoradas com diversas manifestações culturais, desde o canto, a dança, o teatro, a poesia, a gastronomia, com destaque especial para os trinta anos da Independência Nacional;
- Deslocações da Companhia Nacional de Canto e Dança para as Repúblicas da China, Angola, Venezuela e Brasil no âmbito do intercâmbio cultural.

No quadro da melhoria das condições e ampliação da oferta de espaços públicos para a realização de actividades culturais, foi concluída a construção da Casa de Cultura de Nampula, a construção de dois Palcos a Céu-Aberto na província de Maputo, nos distritos de Namaacha e Manhiça e iniciada a construção do Centro Cultural de Manica.

Em relação a criação de um ambiente jurídico favorável ao desenvolvimento da criatividade artística e da indústria cultural, destaque vai para o início da revisão do Regulamento de Espectáculos através da realização de seminários nas províncias de Nampula, Sofala e Maputo.

H. JUVENTUDE E DESPORTOS

Nesta área, ao longo do ano de 2005, foi privilegiado o enquadramento da juventude no processo de desenvolvimento do País, o combate ao HIV/SIDA, a massificação da actividade física e desportiva, o desenvolvimento de programas de inserção laboral e formação profissional para jovens, a promoção de intercâmbio sócio-cultural e a prática do desporto de massas e de alta competição.

Neste contexto e dentre várias acções realizadas, destacam-se as seguintes:

Desenvolvimento Institucional

Foi concluída a formulação do Plano Estratégico do sector estando em curso a sua operacionalização.

No Domínio da Juventude

- Prestada assistência técnica e metodológica na constituição de 768 associações que congregam 39.749 membros, no âmbito do movimento associativo juvenil;
- Implementados, em todo o País, 52 projectos que beneficiaram 2.882 indivíduos nas áreas de comércio, agro-pecuária, pesca, carpintaria, alfaiataria e áreas sócio-cultural e recreativo, no âmbito do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis (FAIJ);
- Assinado um Contrato Programa entre o Governo e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), visando a operacionalização das actividades do CNJ.
- Formados e capacitados 550 jovens associados em liderança e gestão associativa e em pequenos negócios;
- Disseminados conhecimentos sobre a sexualidade e os meios para a prevenção do HIV/SIDA, formados/capacitados 16.272 educadores de pares/activistas, dos quais 15.000 formados no âmbito do programa “Meu Futuro é Minha Escolha”, e, 1.272 no âmbito do programa “Geração Biz”. Realizadas palestras e debates de educação e aconselhamento sobre saúde sexual e reprodutiva e HIV/SIDA aos adolescentes e jovens nas comunidades;
- Implementados a nível nacional 45 projectos beneficiando directamente 1.678 jovens, dos quais 815 são do sexo feminino, e indirectamente 8.470 jovens em diversas actividades geradoras de rendimento, no âmbito do Programa Integrado da Acção Social, Emprego e Juventude;
- Formados 50 jovens em informática, nos 4 Centros Juvenis de Divulgação das Tecnologias de Informação e Comunicação que funcionam nas Cidades de Pemba, Nampula, Beira e Maputo;
- Prestada assistência técnica e financeira à Liga dos Escuteiros de Moçambique (LEMO) para a realização do 5º Festival Africano dos Escuteiros. No quadro da preparação do V Acampamento Africano de Escuteiros (Jamboree), procedeu-se ao lançamento do 5º Jamboree Africano (acampamento dos Escuteiros da África);

Referir que, os acampamentos têm sido realizados com o apoio técnico e financeiro dos Governos Provinciais. Estes acampamentos são realizados durante as celebrações do dia 12 de Agosto, Dia Internacional da Juventude, visando permitir a criação de oportunidades para os jovens partilharem experiências, hábitos e costumes culturais, unir os seus ideais em torno de um

interesse comum. Assim, foram realizados no presente ano um total de 8 acampamentos juvenis sendo 7 Provinciais e 1 regional (Norte) onde participaram jovens das províncias de Niassa, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado como anfitriã sob o lema “Quebrando a Passividade no Combate à Pobreza e HIV/SIDA”, que congregaram um total de 1.552 jovens dos quais 1.013 são do sexo masculino e 539 do sexo feminino.

No Domínio do Desporto

- Realizados a nível nacional, torneios desportivos infanto-juvenil, vulgo BEBEC's, e torneios de férias desportivas escolares, que envolveram 39.482 crianças, das quais 9.690 do sexo feminino;
- Importa também destacar a realização do VII Festival Nacional dos Jogos Escolares na província de Inhambane envolvendo perto de 2.000 participantes entre dirigentes, técnicos, árbitros e atletas nas modalidades de futebol, basquetebol, andebol, atletismo e voleibol;
- Formados a nível nacional 403 treinadores, dos quais 73 de basquetebol, 196 de futebol, 21 de hóquei em patins, 83 de ginástica e 30 de andebol; 12 árbitros de hóquei em patins e 42 gestores desportivos;
- Realizados diversos torneios ao nível das comunidades, movimentando cerca de 56.663 atletas, dos quais 53.199 são do sexo masculino e 3.464 são do sexo feminino, organizados em 2.504 equipas de diversas modalidades desportivas, no âmbito da promoção da actividade física e desportiva;
- A Reabilitação dos pavilhões de Tete e Lichinga (1ª fase) e a conclusão da 1ª fase de construção do campo de futebol e da pista de atletismo de Xai-Xai. É de destacar também, o apetrechamento realizado nos pavilhões de desportos da Beira e Tete;
- Está em curso a Campanha de candidatura para o acolhimento da realização do CAN 2010, bem como a implementação do projecto de identificação dos espaços para a construção dos estádios e o Plano de revitalização do Desporto em particular do futebol.

I. MEIO AMBIENTE

Na área do ambiente, ao longo do ano de 2005, prosseguiu a realização de acções visando garantir a preservação ambiental e uma adequada utilização dos recursos naturais privilegiando a gestão/inspecção ambiental, coordenação intersectorial e o envolvimento das comunidades na planificação e utilização dos recursos naturais.

Neste contexto, entre outras acções, foram realizadas as seguintes:

Coordenação Intersectorial

- Elaborada a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique;
- Finalizado o processo de preparação do documento sobre a integração da agenda ambiental no PARPA II;
- Iniciada a preparação de indicadores ambientais;
- Finalizada a integração da componente ambiental nos órgãos centrais e locais do Estado, autarquias e sociedade civil e sector privado; e
- Elaborado e em apreciação o primeiro “draft” do compêndio sobre estatística ambiental.

Gestão Ambiental

- Em curso a implementação das convenções internacionais sobre a seca e desertificação;
- Em revisão a proposta da Estratégia de Combate à Erosão de Solos e Queimadas Descontroladas;
- Actualizada a Estratégia para a Conservação da Biodiversidade em Moçambique;
- Iniciados os trabalhos preparatórios para a elaboração da Estratégia Nacional de Gestão Comunitária Integrada dos Recursos Naturais;
- Divulgadas e implementadas as convenções sobre Biodiversidade, UNFCCC e Ramsar;
- Elaborados os planos de Gestão dos Distritos Costeiros de Sofala;
- Iniciada a preparação de planos de gestão de terras húmidas em Sofala;
- Divulgada a Estratégia Nacional de Gestão do Ambiente Urbano e Estratégia Nacional de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Elaborados manuais sobre espaços verdes e sobre resíduos sólidos urbanos;

- Realizadas acções de capacitação e assistência técnica na elaboração dos planos Municipais de Gestão Ambiental das cidades de Nacala e Nampula; e
- Realizados cursos de capacitação sobre gestão do ambiente urbano e gestão de recursos naturais para os técnicos dos municípios.

Avaliação do Impacto Ambiental

- Procedeu-se a pré-avaliação de 299 projectos de desenvolvimento e a revisão de 24 relatórios de estudo de impacto ambiental;
- Elaborados 12 Planos de Gestão Ambiental (EAS), licenciados 5 consultores ambientais e aprovados 218 projectos de nível provincial em todo o País;
- Concluída a Avaliação Ambiental Estratégica do PROAGRI II; e
- Operacionalizado o aterro industrial de Mavoco.

Planeamento e Ordenamento Territorial

- Realizado o acompanhamento da elaboração dos planos de ordenamento territorial na cidade de Nacala-Porto, Mandlakaze, Manhiça e Ponta Dóuro;
- Formados 66 técnicos dos municípios das regiões Norte e Sul em matéria de gestão do solo urbano;
- Formados 16 administradores distritais e 27 chefes de postos administrativos em matéria de ordenamento territorial;
- Formados 58 educadores ambientais para a divulgação de metodologias de prevenção e redução da vulnerabilidade às cheias;
- Formados 167 técnicos em Planeamento e Ordenamento Territorial e Gestão dos Recursos Naturais no contexto da Planificação Distrital;
- Concluída a elaboração do plano de estrutura das vilas de Metangula, Muembe, Mandimba e cidade de Mocuba;
- Realizados os planos parciais para o reassentamento da população no âmbito de Projecto de construção da ponte sobre o Rio Zambeze; e
- Iniciada a elaboração dos planos de desenvolvimento distrital em 26 distritos das províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala no âmbito do Projecto de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD).

Promoção Ambiental

Neste âmbito foram realizadas campanhas de educação e sensibilização ambiental em todas as províncias através de meios radiofónicos, edição de boletins informativos, palestras, teatro e danças promovidas pelos clubes e núcleos de ambiente.

Assim, foi produzida e distribuída a Revista MoçAmbiente; editados e distribuídos os boletins informativos a nível central e provincial; realizadas actividades de divulgação e sensibilização ambiental no dia Mundial do Ambiente, dia Mundial da Terra e dia da Meteorologia.

Inspecção Geral do Ambiente

Neste âmbito foi estabelecida a inspecção ambiental em Sofala, e realizadas acções de inspecção e auditoria ambiental aos diferentes empreendimentos industriais existentes a nível nacional (são os casos de Ginwala & Filhos, Somoil, Sabimo, Lusovinhos, Family Fun, Sociedade Moçambicana de Detergentes, Aterro Industrial de Mavoco, Cimentos de Moçambique, Mozal, Pleasure Bay Guest House Complex, Projectos Turístico Dolphin Lodge, Sol de Ligogo, Jonro Clu 2, LM Barra, Lua Lodge, Areias Pesadas de Moma, Açucareiras da Maragra e Xinavane, Indústria de Óleo Farm, Indústria de Compostos e Centro de Processamento de Gás em Temane).

Legislação Ambiental

Foi concluída a elaboração de Regulamentos sobre inspecção ambiental e gestão dos resíduos sólidos, sobre a prevenção da poluição marinha e costeira, Normas para a implementação do regulamento de Avaliação do Impacto Ambiental e a Política e Lei do Ordenamento Territorial.

Está em curso a elaboração do Regulamento da Lei do Ordenamento Territorial.

V.2 ÁREA ECONÓMICA

A. AGRICULTURA

Neste sector, as acções desenvolvidas em 2005, privilegiaram as actividades de uso sustentável de recursos naturais com participação comunitária, a assistência pecuária, o fomento de fruteiras, de culturas de rendimento como algodão, paprica e tabaco, o reflorestamento comunitário, a disponibilização de tecnologias apropriadas a baixo custo ao alcance dos pequenos produtores através de ligação entre a pesquisa e a Extensão Rural, a simplificação do processo de obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), particularmente, para os pequenos produtores e, desenvolvimento de acções

visando a conservação de produtos agrícolas com vista a redução de perdas pós-colheitas. Portanto, foram as seguintes as acções desenvolvidas:

- Inspeções aos campos de produção local de sementes nas culturas de arroz milho, feijão vulgar, amendoim e gergelim numa área de cerca de 1.338 ha nas províncias de Maputo Inhambane, Sofala, Nampula e Cabo delgado;
- Multiplicação de sementes (feijões e cereais) nas províncias de Maputo, Gaza, C. Delgado e Niassa. O grau de realização reportado durante o primeiro semestre foi de 15,6% referente a produção de cereais efectivamente comercializadas pelo sector formal;
- Certificação da semente de milho, 15 ha, em Maputo nos distritos de Matutuine e Manhiça, 20 ha e 5 ha de amendoim e milho respectivamente em Inhambane nos distritos de Mabote e Inhassoro;
- Distribuição de maquinetas de agro processamento de mandioca a mais de 1500 produtores nos distritos de Inharrime, Vilanculos, Mabote na Província de Inhambane e Rapale em Nampula;
- Construção e povoamento de cerca de 1260 tanques piscívoras pelos serviços de extensão, e demonstração de mais de 300 currais melhorados e cerca de 800 celeiros, dos quais aproximadamente 60% em Sofala;
- Realização de 4 campanhas radiofónicas em todo o país tendo como mensagem de base: a) vacinação das galinhas contra newcastle; b) o combate as queimadas descontroladas; c) o prognóstico da campanha agrícola e precaução dos produtores aos efeitos da estiagem, realizadas 2,035,101 vacinações contra Newcastle (68% da meta); e lançada a campanha de combate ao oídeo do cajueiro nas províncias com maior potencial produtivo;
- Produção e distribuição de cerca de 904.869 mudas enxertadas de cajueiros, o que representa 90% da meta, e tratadas 2,620,052 árvores, 58% da meta, beneficiando cerca de 87,000 famílias;
- Divulgação dos princípios sobre a campanha de manejo integrado e novos plantios, formação e demonstração aos camponeses sobre podas, limpezas, pragas e doenças associadas ao caju e seu tratamento, e reposição e expansão do parque cajuícola através de novos plantios utilizando técnicas e material relativamente melhorados;

- Monitoria da campanha de comercialização, e elaboração de um programa de assistência técnica à unidade de processamento de castanha de caju da União Geral das Cooperativas; e supervisionado projectos realizados no âmbito do *outsourcing*;
- Demonstração de 41 unidades de agricultura de conservação e montagem de 3.488 CDR's de diferentes tecnologias e culturas o que representa 100% da meta;
- Distribuição de 184,607 mudas de diversas fruteiras a várias Escolas e comunidades, no âmbito do projecto de Fomento de Fruteiras, nas províncias de Maputo, Inhambane, Nampula e Cabo Delegado;
- Aumento da produção de fruteiras diversas, das quais citrinos, mangueiras, abacateiras, abacaxi, litchi e cajueiros, com destaque nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Inhambane e Maputo, iniciado o seu processamento e industrialização.
- Distribuição de fertilizantes aos agricultores das províncias de Maputo e Inhambane;
- Promovida a criação de núcleos comunitários de gestão e demonstrados e construídos 460 currais melhorados (66% da meta), e Cobertos 66 distritos em todo o país e assistidos a 196.729 camponeses, por um efectivo de 629 extensionistas;
- Facilitação e demonstração do processamento mecanizado de mandioca em 6 distritos, sendo 4 em Inhambane e 2 em Nampula;

Quanto ao fomento do uso da tracção animal, a campanha de vacinação e ao registo animal, foram:

- Formados 10 técnicos em registo de marcação de gado, na Província do Niassa. Marcado e registado gado nas Províncias de Maputo, Gaza e Tete e, distribuídas cerca de 1500 cabeças de gado para tracção animal;
- Realizadas vacinações obrigatórias de bovinos contra carbúnculo hemático, 502,371 isto é, 76% da meta e, carbúnculo sintomático 198,145, 79% da meta;
- Disponibilizados equipamentos e materiais agrícolas diversos, tais como: 10 balanças de gado, 70 carroças, 100 Charruas de tracção animal e 1200 rolos de arame farpado às províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala no âmbito do projecto financiado pelo Banco Islâmico e feita a prospecção da Peste Suína Africana;

- Realizadas investigações de surtos de doenças: Theileriose em Chibuto, Província de Gaza e, de tripanossomoses em Magude, Província de Maputo;
- Realizados concursos para a construção de 10 feiras de gado nas Províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala e a reabilitação dos matadouros municipais de Nampula, Zambézia, Tete e Manica.

Referir que estão em curso:

- O estudo de produtividade de galinhas Landim no sector familiar no distrito de Guro na província de Manica;
- A delimitação integral da reserva de Chirindzene e, da campanha radiofónica em línguas locais contra as queimadas descontroladas em todo o país;

Ainda neste âmbito foi:

- Elaborado o levantamento florestal e faunístico e o seu respectivo zoneamento na reserva de Matibane em Nampula;
- Feita a formação de duas brigadas móveis de fiscalização, para ensaio da Estratégia Nacional de Fiscalização participava de floresta e fauna bravia, na província de Maputo, sendo uma em Moamba e outra em Magude; bem como,
- A aprovação de 11 Concessões Florestais 3 Planos de Maneio Florestal;

Referente ao apoio na identificação e promoção de actividades geradoras de receitas derivadas do maneio sustentável de recursos naturais, destaque vai para:

- Capacitação de 37 técnicos, extensionistas dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia, Serviços Provinciais de Extensão Rural, ONG's e Associações, nas Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane em Análise e Desenvolvimento de mercados para produtos florestais e faunísticos;
- Capacitação de 33 técnicos, extensionistas dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia e membros das comunidades em tecnologias de Maneio, Propagação, Plantação e Tratamento de Bambú;

Quanto à garantia do acesso efectivo à terra a todas entidades singulares e colectivas nacionais e estrangeiras que tenham iniciativas económicas e sociais para o desenvolvimento do país foram:

- Submetidos, em todo o país, um total de 745 processos de pedidos para autorização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para diversos fins;
- Levantadas e fiscalizadas 31 parcelas no distrito de Marracuene das quais 8 estão a ser totalmente aproveitadas, 11 parcialmente aproveitadas e 10 não aproveitadas; e
- Levantadas e fiscalizadas 17 parcelas no distrito de Manhiça das quais 4 estão a ser totalmente aproveitadas, 10 parcialmente aproveitadas e 3 não aproveitadas; e
- Divulgada a legislação assim como preparada e actualizada a informação geo-cadastral a nível provincial;
- Realizadas as consultas as comunidades locais a nível nacional, e remetidos 3,239 pedidos de direito de uso e aproveitamento de terra (108% da meta), recebidos 70% dos processos e tramitados no prazo de 90 dias (78% da meta);
- Construídos e/ou reabilitados cerca de 2, 514 ha de novos sistemas de rega na província de Gaza, Niassa e Nampula;
- Realizadas diferentes palestras sobre HIV/SIDA com a participação de produtores cujos os temas eram abstinência e sua prevenção; e
- Reforçada a capacitação organizacional e financeira de organizações de base a nível distrital, em todo o país.

No que diz respeito a melhoria da capacidade de produção de Mapas de modo a garantir a quantidade suficiente e de boa qualidade nas várias escalas e aumentar a capacidade de resposta à demanda de informação básica geo-referenciada:

- Foram Impressos 214 exemplares de cartas em várias escalas e formatos; fornecidas 1206 folhas de cartas em diversas escalas a vários utentes; e concluídos os trabalhos topogeodésicos nos aeródromos de Quelimane e de Tete para ajuda à navegação aérea.

B. INFRAESTRUTURAS

Estradas e Pontes

O principal objectivo do PES 2005 na área de Estradas e Pontes consistia no prosseguimento dos trabalhos definidos na 1ª fase do Terceiro Programa de

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Estradas que teve o seu início em 2002. Durante o ano de 2005, a área de Estradas e Pontes teve as seguintes realizações conforme ilustra a tabela seguinte:

REABILITAÇÃO E MANUNTENÇÃO DE ESTRADAS (KM)					
Designação	2001	2002	2003	2004	2005
Reabilitação de Estradas	1,096	714	827	819	1,375
Primárias	237	132	64	172	76
Secundárias	239	206	171	140	498
Terciárias	620	376	592	507	801
Manutenção Periódica	190	844	396	514	1004
Manutenção de Rotina	12,313	11,613	10,592	9,653	10,705

Durante o período em análise foram reabilitados 1,375km de estradas, sendo 76km de estradas primárias, 498km de estradas secundárias e 801km de estradas terciárias, com destaque na conclusão das seguintes obras: EN1 entre Manhiça e Incoluane (fase I Manhiça e 3 de Fevereiro), N220 Chissano-Chibuto e N304 Mussacama-Calomué.

No que concerne a estradas primárias, o detalhe do desempenho registado, consta da tabela seguinte:

REABILITAÇÃO DE ESTRADAS PRIMÁRIAS (KM)				
Designação	Plano 2005		Execução 2005	
	(Km)	(Km)	(Km)	(%)
N1 Maputo - Marracuene	18	9	50	
N1 Manhiça - 3 de Fevereiro	30	36	120	
N1 Maxixe - Massinga	62	4	6	
N1 Nhachegue - Pambara	40	27	68	
EN7 Vanduzi Changara	16	0	0	
En1 Namacura - Rio Ligonha	55	0	0	
Total	221	76	34	

Fonte: MOPH, Relatório de Balanço do PES 2005

Foram concluídas as obras no troço da estrada N1 Manhiça – 3 de Fevereiro e estão em curso as obras nos seguintes troços: N1 Maputo – Marracuene, N1 Maxixe – Massinga, N1 Nhachegue – Pambara, EN7 Vanduzi – Changara e EN1 Namacura – Rio Ligonha.

Para além das actividades realizadas no âmbito do PES 2005 na reabilitação de estradas primárias, estão em curso trabalhos de reabilitação no troço N1 Muxungué-Inchope onde foram concluídos 50 Km de Base.

Relativamente a reabilitação de Estradas Secundárias, as actividades incidiram em 199 Km dos 336 Km previstos no PES 2005.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

REABILITAÇÃO DE ESTRADAS SECUNDÁRIAS (KM)			
Designação	Plano 2005		Execução 2005
	(Km)	(Km)	(%)
Bene - Fingoé	36	0	0
Chissano - Chibuto	22	35	159
Mussacama - Calómue	71	25	35
Nametil - Angoche	49	0	0
Litunde - Ruaça	145	139	96
Chókwè - Lagoa Nova	13	0	0
Total	336	199	59

Fonte: MOPH, Relatório de Balanço do PES 2005

Adicionalmete, foram executado 299,2 Km, o que totaliza 498km de estradas secundárias.

OUTRAS REABILITAÇÃO DE ESTRADAS SECUNDÁRIAS (KM)			
Designação	Plano 2005		Execução 2005
	(Km)	(Km)	(%)
N283 Vila Sena-Chemba-Chiramba	84	60.1	71.5
N280 Tica-Buzi	65	18.1	27.8
R564/5 Gorongoza-Piro-Maringue-Chemba	246	221	89.8
Total	395	299.2	75.7

Fonte: MOPH, Relatório de Balanço do PES 2005

Foram igualmente realizados trabalhos de manutenção de rotina de 10,705 Km e a manutenção periódica de 1,004 km, onde se destaca:

Conclusão dos trabalhos na EN1 entre Incoluane e Zandamela (fase I-Incoluane e Chicumbane); e trabalhos em curso também na EN1 nos troços Marracuene e Manhixa; Zandamela e Maxixe cujos progressos foram inicialmente afectados por atrasos nos pagamentos das facturas, problema já ultrapassado.

Em relação a construção e reabilitação de **pontes**, destaca-se:

- O início das obras de construção da Ponte da Unidade sobre o rio Rovuma, da Ponte sobre o Rio Meluli, da Ponte sobre o Rio Zambeze e da Ponte de Guijá sobre o Rio Limpopo;
- Em curso a segunda fase de reabilitação da Ponte da Ilha de Moçambique, e as as obras de construção da Ponte de Lugela, cujo término está previsto para Fevereiro de 2006.

- Reparação de emergência dos pontos críticos da Ponte sobre o Rio Zambeze em Tete.
- Montadas 5 pontes metálicas, nomeadamente sobre os rios Cuacua entre Mopeia/Luabo, Zimuco entre Morrumbala/Chire e Munhamade entre Namarroi/Lugela, na província da Zambézia e sobre o rio Mecucuza entre Nametil/Chalaua, na província de Nampula,

Abastecimento de Água e Saneamento

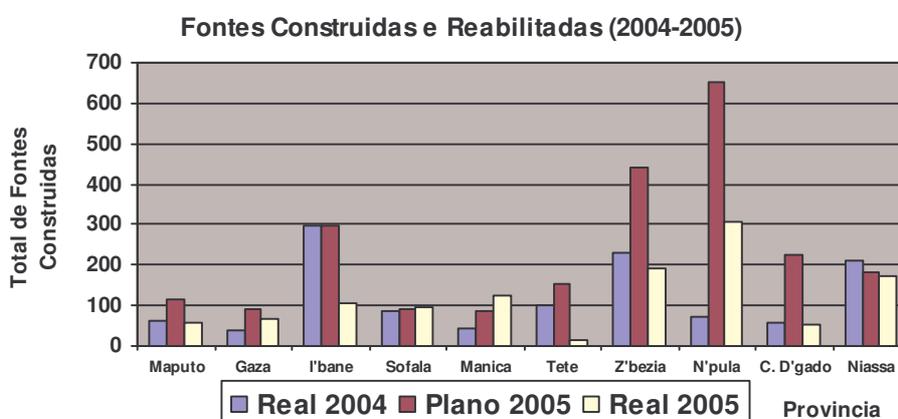
Em 2005 foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- **Obras hidráulicas:** continuação das obras de reabilitação da barragem de Massingir em Gaza, e, da barragem de Corumana, em Maputo e conclusão do estudo de viabilidade para a reabilitação da barragem de Chipembe em Cabo Delgado. Em preparação o início das obras da reabilitação da barragem de Macarretane na Província de Gaza;
- **Rede hidroclimatologica:** reabilitadas 77 estações, sendo 42 pluviométricas e 35 hidrométricas;
- **Gestão operacional dos recursos hídricos:** teve início o processo da instalação das Administrações Regionais das Águas (ARAs) Centro-Norte e Norte. A ARA Centro-Norte será responsável pela administração das águas nas Províncias da Zambézia e Nampula, e a ARA Norte pelas Províncias de Niassa e Cabo Delgado.
- **Gestão de Rios Internacionais:** Elaborados os *Drafts* de projectos no âmbito da implementação do Acordo INCOMAPUTO e concluído o projecto de Apoio das bacias dos rios Buzi, Pungué e Rovuma.
- Construção de 18 represas e 45 sistemas públicos para a captação de água das chuvas em todo o País. Está em curso a preparação de projectos executivos e documentos de concurso para a construção de 10 represas e 10 sistemas de captação de água das chuvas nas Províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA AS ZONAS RURAIS

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Com o objectivo de alcançar as metas previstas no PARPA 2001-2005, em 2005 foram construídas e/ou reabilitadas nas zonas rurais 1189 fontes sendo 95 poços novos, 520 furos, 574 reabilitados, beneficiando cerca de 6.547 famílias elevando assim a percentagem total da população com acesso à água potável para 42,1%. De acordo com a tabela abaixo, o aumento da disponibilidade das fontes em algumas províncias como Nampula, Manica, Sofala proporcionaram uma melhoria na taxa de cobertura quando comparado com os anos anteriores. Contudo numa análise cuidadosa e comparativa dos últimos 4 anos pode-se concluir que o sector em termos reais está dentro dos limites das suas capacidades de execução, que normalmente situa-se na ordem de 1,300 fontes anuais.



A situação de abastecimento de água às zonas rurais por províncias é ilustrada na tabela seguinte:

ABASTECIMENTO DE ÁGUAS										
Designação	Poços		Furos		Reabilitações		Total			
	Real	Plano	Real	Plano	Real	Real 2004	Plano 2005	Real 2005	%Exec.	Taxa de Cob.
Niassa	11	50	29	110	135	211	183	175	95.6	62.9

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

C. Delegado	10	55	4	120	41	59	225	55	24.4	50.5
Nampula	28	180	195	380	85	74	650	308	47.4	22
Zambezia	37	170	85	190	69	229	440	191	43.4	28.5
Tete	0	42	13	85	0	103	152	13	8.6	41.8
Manica	1	30	34	50	90	45	85	125	147.1	41.1
Sofala	0	30	60	25	35	84	90	95	105.6	65.9
Inhambane	0	115	80	140	24	299	295	104	35.3	67.1
Gaza	8	25	15	55	43	36	90	66	73.3	50.5
Maputo	0	25	5	80	52	64	115	57	49.6	60.8
TOTAL	95	722	520	1.235	574	1204	2.325	1.189	51.1	42.1

Fonte: MOPH, Relatório de Balanço do PES 2005

Saneamento a Baixo Custo

Das 8 mil latrinas melhoradas previstas para as zonas peri-urbanas foram construídas 7871, beneficiando cerca de 39 mil pessoas. A cobertura actual dos serviços de saneamento adequado nas zonas peri-urbanas do país situa-se em cerca de 40%. De referir que a província de Maputo é a que apresenta a cobertura mais baixa do país, 2%.

Relativamente ao saneamento nas zonas rurais, das 2 mil latrinas planificadas, foram construídas e contabilizadas ao nível nacional cerca de 8,300 latrinas melhoradas, beneficiando igual número de famílias ou seja cerca de 42 mil pessoas.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Neste âmbito foi concluído o processo de revisão da Política Nacional de Águas, e de elaboração do regulamento de licenças e concessões de águas. Espera-se que estes instrumentos sejam aprovados pelo Conselho de Ministros no próximo ano.

Foi concluída a elaboração do texto do acordo para o estabelecimento da comissão conjunta Moçambique - Tanzânia e a sua assinatura está prevista para o 1º trimestre de 2006.

ENERGIA

Com vista a garantir o aumento do acesso à energia tanto para uso doméstico como para a realização de actividades económicas, foram desenvolvidas acções orientadas para a expansão da rede eléctrica nacional, da rede de distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, assim como a materialização dos

projectos energéticos identificados e de reformas do sector. Assim, durante o 2005 foram realizadas as seguintes acções:

No âmbito da Expansão da Rede Eléctrica Nacional, destaca-se:

Em Niassa- A cidade de Lichinga passou a beneficiar de energia eléctrica da rede nacional através da construção da linha Gurúè-Cuamba-Lichinga de 110 kV. A vila sede de Metangula foi energizada a partir de Dezembro de 2005 passando a ser alimentada através de uma linha de 33kV de 105km, a partir da Subestação de Lichinga.

Em Cabo Delgado: - Concluída a construção da Subestação de 110 kV/33 kV em Pemba e da linha de transporte de 110 kV interligando Nampula-Pemba, bem como a electrificação do distrito de Pemba-Metuge;

Está em curso a construção da Subestação de Metoro a partir da qual será feita a ligação das sedes distritais de Montepuez, Ancuabe, Chiúre e o posto administrativo de Metoro;

Em Nampula- Concluídos os trabalhos topográficos para fins de extensão da linha de transmissão de energia á vila sede de Murrupula. Decorrem trabalhos topográficos para a electrificação das sedes distritais de Moma, Nacarôa, e Muecate e o Posto Administrativo de Netia.

Na Zambézia-Foram interligadas à Rede Nacional de Energia Eléctrica da HCB, as sedes dos Distritos Namacurra, Maganja da Costa, Inhassunge e os Postos Administrativos de Macuze e Maquivale e Localidade de Zalala(Praia de zalala).

Foi reforçado o fornecimento de energia eléctrica à Cidade de Quelimane e á sede do Distrito de Nicoadala através de uma segunda linha de 33 kV.

- Construída uma Mini-subestação junto da Central Eléctrica de Quelimane, e
- Concluída a electrificação da sede do Distrito do Ile.

Em Tete - Concluída a electrificação do Posto Administrativo de Mukumbura (o fornecimento é feito a partir do Zimbabwe);

No âmbito do Projecto Electricidade III, para a reabilitação e expansão da rede eléctrica do Posto Administrativo de Chitima efectuou-se a montagem de 12km da rede de MT (Média Tensão) e iniciado trabalhos de topografia, desenho e importação de materiais e equipamentos para a electrificação da localidade de Chicoa;

Em Manica: Decorre o processo de aprovação dos contratos de empreitadas para a electrificação das sedes distritais de Guro, Bárue e localidades de Cruzamento, Nhazónia e Nhansacala.

Em Sofala:

- Electrificada a Localidade de Guara-Guara, Distrito de Búzi e estabelecido o sistema de fornecimento de energia eléctrica em Gorongosa;
- Realizado o estudo de viabilidade para extensão da rede eléctrica nacional de Guara-guara para Nova Sofala (Estaquinha) e Guara-guara para Muxúnguè, no distrito de Chibabava;
- Em curso trabalhos de topografia das sedes distritais de Caia e Marromeu;
- Foi concluído o processo de selecção dos empreiteiros para a electrificação de Inhaminga, Posto Administrativo de Inhamitanga e Localidade de Missana no Distrito de Cheringoma;
- Foi elaborado o projecto de electrificação do P.A. de Chupanga, Distrito de Marromeu, estando em curso a mobilização de financiamentos para o efeito;

Em Inhambane:

- Decorrem trabalhos de desminagem no troço Morrumbene/Massinga e estão em curso trabalhos de topografia, desenho e importação de materiais e equipamentos para electrificação da sede do distrito de Morrumbene, P.A de Cambine, Sede do Distrito de Massinga e P.A de Morrungulo.
- No âmbito do Projecto Electricidade III, iniciaram os trabalhos de topografia, desenho e importação de materiais e equipamentos, para a electrificação das Localidades de Nhacoongo, Závora e sede do Distrito de Panda, P.A. de Zandamela e Localidades de Mavila e Chissibuca.

Em Gaza - Continuam trabalhos de topografia, desenho e importação de materiais e equipamentos para a electrificação da sede do Distrito de Massingir e Aldeias do vale do Limpopo.

Em Maputo - Concluído o estudo da segunda linha de 110 kV Infulene-Manhiça-Macia e está em curso a mobilização de financiamento;

- Decorrem trabalhos de topografia, desenho e importação de materiais e equipamentos.

Electrificação com base em sistemas isolados

Concluído o levantamento e análise de dados técnicos e sócio-económicos para identificar melhores alternativas de funcionamento dos sistemas com base em grupos geradores, no que concerne a operação, manutenção e gestão;

- Electrificação dos seguintes locais: Tete – Distritos de Mutarara, P.A. de Dôa, e, Mágoé, P.A. de Dómuè; Manica – Distritos de Guro, P.A. de Mungari e Manica, P.A. de Mavonde; **Sofala** – Distritos de Búzi, P.A. de Estaquinha, e Chibabava, P.A. de Muxúnguè e **Inhambane** – Distrito de Govuro, P.A. de Vila Franca do Save.
 - Elaborado o projecto, caderno de encargos e lançamento do concurso com vista a electrificação do P.A de Dôa;
 - Foi já concluída a obra de construção da central eléctrica da Vila Franca do Save e foram implantados os apoios das linhas e as respectivas ferragens no âmbito do processo de electrificação;
 - Decorre o estudo de viabilidade para identificação das alternativas para electrificação dos P.A. de Dómuè, Estaquinha, Muxúnguè, Mavonde e Mungari;

Está em curso a implementação do projecto de construção do Centro de Despacho tendo o empreiteiro iniciado com o processo de importação de equipamento no âmbito da Southern Africa Power Pool (SAPP). Este projecto irá permitir a gestão centralizada da Rede Nacional de Transporte e melhor coordenação com o sistema regional.

Quanto as acções visando a implementação de projectos energéticos no âmbito do Memorando de Entendimento entre Moçambique e África do Sul sobre a iniciativa NMPD (North Mozambique Power Development Initiative), nomeadamente Mphanda Nkuwa, Cahora Bassa Norte e Central Térmica de Moatize, destaque vai;

- Projecto Hidroeléctrico Mphanda NKuwa:
 - Foi concluído o Memorando de Entendimento entre a Electricidade de Moçambique e a Eskom da África do Sul, tendo em vista a implementação dos projectos energéticos;
 - Assinado em Outubro de 2005 um Memorando de Entendimento para formalização da intenção e acções práticas subsequentes de implementação do Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa;
 - Está em fase de conclusão a avaliação das alternativas de fornecimento à Mozal III de 520 MW, a coberto do Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique e a BHP Billiton assinado em Maio de 2005; e

- Concluída a actualização do Estudo sobre a linha de transporte de energia eléctrica Songo-Maputo.
- Central Térmica de Moatize:
 - Foi concluído o estudo de pré-viabilidade para a construção da Central Térmica com uma potência estimada em 1.500MW, pela concessionária para o desenvolvimento do projecto de carvão de Moatize;
- Foi concluído o estudo de viabilidade do Projecto Hidroeléctrico de Massingir.

No âmbito das reformas do sector de energia, foram realizadas várias acções com principal destaque para as seguintes:

- Assinatura de um contrato de investimento para a construção de uma central de produção de energia eléctrica junto á refinaria de Gás Natural em Temane;
- Aprovação pelo Conselho de Ministros do Regulamento da Lei de Electricidade e o Decreto que designa a EDM Gestora da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica;
- Conclusão da actualização do Estudo de Viabilidade no âmbito da interligação Moçambique-Malawi. Em curso o processo de contratação do consultor para a fiscalização e preparação dos cadernos de encargo com vista ao lançamento do concurso para o execução das obras;
- Apresentada à Corridor Sands a proposta sobre as condições de fornecimento de energia eléctrica ao projecto de Areias Pesadas de Chibuto;

Relativo ao desenvolvimento de mecanismos de incentivo para expansão da rede de distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, em particular para o petróleo de iluminação e GPL, com incidência para as zonas rurais, bem como assegurar o fornecimento da gasolina sem chumbo a escala nacional, destaca-se:

- Início da construção de infraestrutura de armazenagem de produtos petrolíferos no Porto da Beira, prevendo-se a sua conclusão no final do I semestre de 2006;
- Elaboração dos Termos de referência com vista ao desenvolvimento do projecto de distribuição de GPL e petróleo de iluminação nas zonas rurais;
- Aprovação pelo Conselho de Ministros do Regulamento de Distribuição e Comercialização do gás Natural.

No domínio das energias novas e renováveis foram levadas a cabo programas e acções para a promoção da energia solar, eólica e outras:

- Electrificação com base em sistemas isolados das seguintes localidades: Bajone, Micaune na Zambézia e Aúbe em Nampula;

Nampula

- Reiniciada a electrificação do P.A. de Aúbe, Distrito de Angoche, e, concluídos 800m de rede da electrificação através de sistema solar;

Zambézia

- Em estudo a viabilidade técnica para uso de geradores de energia cujo combustível na base da casca de coco nas sedes de Bajone e Micaúne,

Sofala

- Instalados painéis solares em 100 casas na localidade de Guaraguara, distrito de Buzi;
- Identificadas as necessidades para instalação de painéis solares no centro de reassentamento no distrito de Marromeu (P.A. de Chupanga) e identificadas 152 famílias incluindo unidades sanitárias e escolares;
- Apresentação do projecto de electrificação através de painéis solares às autoridades de Estaquinha (Distrito do Búzi) para 83 consumidores e Muxúnguè (Distrito de Chibabava) para 186 consumidores.

Outras Realizações

- Assinado um Memorando de Entendimento entre o Governo de Moçambique e de Portugal no âmbito da Reestruturação da Hidroeléctrica de Cahora Bassa visando a reversão e transferência do controlo sobre o empreendimento para o Estado Moçambicano. Actualmente decorrem acções para finalização do processo de reversão do empreendimento.
- Em curso o processo de avaliação das propostas para selecção do consultor que irá realizar o estudo para a implementação do Projecto Hidroeléctrico do Lúrio.
- Em fase final a discussão, a nível das equipas técnicas, do projecto de Alteração do Memorando Inter – Governamental que cria o sistema de Pool de Energia da SADC.

- Iniciada a implementação de um projecto-piloto de electrificação de baixo custo com a testagem da tecnologia que utiliza cabos de guarda das linhas de alta tensão 110kV e 220kV (**Shield Wire Scheme-SWS**) com vista a aumentar o acesso da energia a um maior número de consumidores de energia eléctrica.
- Concluídas as infra-estruturas destinadas a melhorar a qualidade do fornecimento de energia eléctrica, sendo de destacar, as subestações de Laulane e Mahotas na Cidade de Maputo e Matola-Gare no Município da Matola.

Região Norte:

- Foram instalados 5.920 aparelhos de pré-pagamento no âmbito da expansão do projecto CREDELEC, sendo: 2.020 aparelhos na Cidade de Nampula; 723 em Nacala-porto; e 3.177 em Pemba;

Região Centro:

- Foram ligados 12.142 novos consumidores, dos quais, 4.886 do sistema CREDELEC, sendo 1.493 em Sofala, 467 em Manica, 174 em Tete e 2.752 na Zambézia. Deste total, 842 consumidores são do sistema QUADRELEC, sendo 390 em Quelimane, 132 no Gurúè, 114 no Milange, 80 em Morrumbala, 53 em Mocuba, 40 em Mopeia e 33 no Alto Molócuè;
- Foram montados 399 pontos de luz na EN6, sendo 96 em Manica e os restantes 303 em Sofala (Cerâmica, Mafambisse, Nhamantanda);
- Foram ligados 2.484 novos consumidores no âmbito da expansão do projecto CREDELEC, sendo: - 1.252 na Zambézia; 591 em Sofala; 467 em Manica e 174 em Tete, e Montados 339 pontos de luz na EN6, sendo: 96 na EN6 (Manica); 185 na EN6, nomeadamente na antiga N6, Cerâmica, Mafambisse, Nhamatanda e Chipanga; e 29 na EN6 (Tica);

Região Sul:

- Efectuadas 13.842 novas ligações entre os quais 8.391 são do sistema CREDELEC e 2.500 consumidores do sistema QUADRELEC;
- Foram instalados 1013 aparelhos do sistema “CREDELEC” sendo 208 na Macia, 229 em Chókwé, 258 em Xai-Xai e 318 em Inhambane.

Como forma de garantir o uso racional e sustentável dos recursos da biomassa lenhosa desenvolveu-se um projecto – piloto de produção de carvão vegetal através de fornos melhorados nas províncias de Sofala e Maputo.

C. PESCAS

Neste sector, as acções desenvolvidas orientaram-se para o aumento do volume de pescado desembarcado, de produção de aquacultura e redução das perdas pós-captura, para assegurar a melhoria do abastecimento interno. Assim, durante 2005 foram realizadas as seguintes acções:

No âmbito da Pesca Artesanal:

- Quanto ao desenvolvimento das condições de valorização da produção pesqueira artesanal, destaque vai para:
 - Construção de treze (13) centros de demonstração de técnicas de processamento de pescado nas zonas centro e sul do país, sendo um (1) em Cabo Delgado, três (3) em Nampula, seis (6) em Zambézia e três (3) em Sofala;
 - Instalação de um revendedor e demonstração de técnicas de construção de caixas isotérmicas de baixo custo para a conservação do pescado com gelo em Pemba;
 - Implantação de um novo estabelecimento comercial na região de Quinga, província de Nampula e assistidos dois (2) operadores para a implantação experimental de fábricas de gelo em Nampula e Zambézia;
- Quanto ao aumento do rendimento económico dos pescadores,
 - Foi realizada a experimentação da rede de tresmalhe em Maganja da Costa, na Zambézia;
 - Foram montadas redes de tresmalhe em Zalala, Gazelas e Madingo e emelhar simples em Pebane na Zambézia;
 - Foi feita a divulgação e extensão de técnicas e artes de pesca, o que resultou na adesão de 2 operadores privados na arte de tresmalhe em Angoche e a construção de 24 redes;
- Quanto ao prosseguimento de acções de melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras:
 - Concluídas 34 novas fontes de água, sendo 14 em Buzí e 20 em Machanga, na província de Sofala;
 - Construídas 28 fontes de água na província da zambézia das quais 11 na Maganja da Costa e 17 em Pebane, estando em curso a construção das restantes 2;
 - Construídas 45 fontes de água na província de Nampula, das quais 24 em Mongicual, 2 em Angoche e 19 em Moma;

- Concluída a construção de 3 posto de saúde 1 em Buzí-Sofala e os outros 2 Nampula (Mongincual e Angoche);
- Concluída a construção de 7 escolas de primeiro grau 2 em Maganja da Costa e Pebane nas regiões de Nomíua e Tomeia respectivamente, 3 em Moma (regiões de Mucoroge, Nacololo e Maganha) 1 em Mongicual na região de Murazawe e 1 em Machanga na região de Chiloane, estando em fase de construção a de Búzi;
- Concluído o processamento de dados do censo nacional da pesca artesanal para melhor apoio a este sector;
- Capacitados 33 membros incluindo mulheres, em Nampula e 274 em Maganja da Costa e Nicoadala;
- Criados e identificados grupos de interesses de poupança e crédito em Nampula e Cabo Delgado;
- Concedidos créditos a 2 pescadores em Pebane e aprovados 63 projectos para financiamento;
- Concluída a reabilitação de 118kms de estrada em Pebane na província de Zambézia, estando em curso a reabilitação dos restantes 20kms;
- Concluída a reabilitação de 78kms de estrada em Búzi e Machanga em Sofala, estando em curso a reabilitação dos restantes 44 kms;
- Quanto `a conclusão do tratamento dos dados do censo nacional da pesca artesanal e harmonização dos resultados no âmbito do Sistema Estatístico Nacional em coordenação com o INE, foi feito o processamento de dados e divulgados os resultados brutos do censo das águas interiores realizadas em 2003;
- No que diz respeito a continuação das acções de micro-crédito nas zonas abrangidas e expansão para novas zonas de fomento pesqueiro, destaque vai para:
 - Promoção e consolidação de 44 associações de pescadores artesanais, sendo 12 em Cabo Delgado, 2 em Niassa, 8 em Nampula, 4 na Zambézia, 1 em Tete, 14 em Manica, 1 Inhambane e 2 em Maputo;
 - Promoção e assistência de 72 grupos de poupança e créditos, sendo 27 em Cabo Delegado, 15 Nampula, 5 Zambézia e 29 em Sofala;
 - Contratação de 2 instituições de micro-finanças para fornecimento de crédito aos pescadores artesanais na província de Sofala e Zambézia;

- Concessão de créditos a 27,30 e 40 mutuários nas províncias de Zambézia (Pebane e Maganja da Costa), Nampula (Angoche, Moma e Mongicual) e Sofala (Búzi, machanga e Beira) respectivamente;
- Quanto à realização de seminários e palestras de capacitação das associações de pescadores com prioridade nas zonas de implantação dos projectos integrados e na promoção de formação de conselhos comunitários e fóruns distritais de co-gestão, destaca-se:
 - A realização de 15 sessões de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP's), nas regiões de Ibo (Sede, Matemo e Quirimba), Quissanga (Quissanga-sede, Mahate e Arimba), Pemba-Metugi (Nantau, Bandar e Miezi), Mecufi (Zaulane, Maticane, e Natuco) e na Baía de Pemba (Ruela, Mahate e Chuiba);
 - A promoção de 29 novos Concelhos Comunitários de Pesca, (CCP's); capacitação de 43 CCP's em matéria de recursos pesqueiros e criados ainda 32 novos CCP's em Cabo Delegado (8), Nampula (6), zambézia (6), Sofala (6), Inhambane (2), Niassa (2) e Maputo (2);

No âmbito da Pesca semi-industrial e industrial:

- No que diz respeito ao desenvolvimento de acções de investigação e experimentação de novas zonas de pesca:
 - Monitorização do estado de exploração dos principais recursos acessíveis à pesca semi-industrial e industrial, designadamente camarão e gamba;
 - Realização da pesca experimental de gamba com rede de cerco;
 - Realização da pesca experimental da lagosta e produção do respectivo relatório;
 - Contactos com a Comissão de Atum do Oceano Índico (IOTC), para obtenção de dados sobre o atum das nossas águas;
 - Acompanhamento e monitorização da pesca à linha e do estado de exploração dos principais recursos acessíveis à pesca artesanal;
 - Operações de patrulha na Baía do Maputo e no Banco de Sofala;
 - Cursos de fiscalização de nível I e II para 32 fiscais de pesca e de tecnologias de informação de nível I e II para 24 fiscais;
- Quanto a revisão dos procedimentos relativos a tramitação das infracções de pesca e do quadro sancionatório:

- Aprovado na 13ª Reunião Nacional da Administração Pesqueira a versão do Diploma que aprova o processo de Infracção à Legislação pesqueira;
- Elaborado o Manual Prático do Instrutor, e em curso a elaboração do Diploma que fixa o quadro sancionatório e que regula o Sistema de Monitorização das Embarcações de pesca;
- Realização de patrulha marítimas, aéreas e terrestre nas águas jurisdicionais Moçambicanas e monitorização das embarcações vias satélite;
- Quanto a introdução de artes de pesca compatíveis com a protecção de tartarugas na pesca por arrasto a motor, e, adopção de medidas combinadas de redução das capturas de fauna acompanhante (peixe) do arrasto de camarão e maximização do aproveitamento económico da fauna acompanhante capturada, desta-se:
 - A realização de sessões práticas de montagem do dispositivo de exclusão de tartarugas nas províncias de Maputo e Sofala;
 - A elaboração de um Diploma que vai regular as especificações do TED (Técnicas do Dispositivos de Exclusão de Tartarugas) em Moçambique;

No âmbito da Aquacultura e Investigação Pesqueira

- No que diz respeito a continuação da promoção do desenvolvimento do cultivo sustentável do camarão e de algas marinhas, com vista ao aumento do volume de exportações, foram acções:
 - Realizado um estudo preliminar para a concepção de um instrumento de planificação das actividades aquícolas;
 - Realizado o plano de prevenção de riscos em aspectos epidemiológicos;
 - Em curso o apoio às iniciativas de desenvolvimento da piscicultura nas zonas do interior para garantir o aumento da produção de peixe para o auto consumo e de excedentes para exportação;
 - Realizado o cruzeiro de camarão, e feita a apresentação dos resultados preliminares da campanha de pesca do camarão de 2004 e suas perspectivas para 2005;
- No que diz respeito a continuação do apoio às iniciativas de desenvolvimento da piscicultura nas zonas do interior para garantir o aumento da produção de peixe para o auto consumo e de excedentes para exportação, foram acções:

- A formulação da versão preliminar da política de desenvolvimento da aquacultura artesanal;
- A realização do curso para piscicultores em Niassa, realização de assistência técnica aos piscicultores mediante visitas a algumas associações e piscicultores individuais e ainda transmitidas novas técnicas de cultivo e melhoramento de técnicas em uso;
- Quanto a continuação da promoção de condições de acesso aos mercados de exportação dos produtos da aquacultura, as acções centraram-se no Plano Nacional de Controle de resíduos de drogas veterinárias e contaminantes ambientais, assim como na adopção do Protocolo de auto controlo aos produtores;
- Quanto ao alargamento das acções de organização de sistema de micro-crédito para a promoção da aquacultura artesanal, foram acções:
 - A organização e capacitação dos produtores artesanais das províncias de Manica e Niassa;
 - A realização do levantamento do potencial da piscicultura nas províncias de Niassa, Tete, Manica e Sofala;
 - A realização de visitas de monitoria e avaliação dos projectos de piscicultura em Macanga e prospecção á pequenos projectos no distrito de Moatize, Macanga e Tsangano, na província de Tete;
- No referente a monitoria e avaliação do estado de exportação dos recursos de camarão, gamba e peixe, incluindo a kapenta de Cahora Bassa com vista a apoiar nas medidas de sua gestão, as acções foram as seguintes:
 - Realização do cruzeiro de estimação da biomassa do camarão banana e definição da ocorrência do marfil;
 - Realização de um teste de grade e malha quadrada para redução da fauna acompanhante (tubarões, raias, etc);
 - Realização do cruzeiro hidroacústicos, do acompanhamento e monitorização da pesca de Kapenta;
- Quanto a consolidação da aplicação do sistema de amostragem no âmbito das estatísticas da pesca artesanal, destaque vai para:
 - Ampliação do tamanho da amostra mediante o aumento de novas áreas de amostragem;
 - Realização da estratificação no seguintes locais: Maputo, Bazaruto- Inhambane, Cheringoma- Sofala, Lago Niassa, em Niassa, Cahora- Bassa em Tete;

- Realização de acções de formação de amostradores em Massingir e Bazaruto;
- Quanto a avaliação dos potenciais de desenvolvimento da aquacultura marinha e de água doce, foi realizada a prospecção do lago Chiúra para o desenvolvimento da piscicultura extensiva ao nível comunitário;
 - Realização do estudo de enguias africanas (formulação da proposta e realização da colheita de espécimes);
 - Realização da assessoria técnica ao projecto de cultura de algas marinhas em Nampula (KULIMA);

No que diz respeito à administração pública, infra-estruturas e equipamento pesqueiro:

- A continuação da revisão e elaboração da regulamentação geral e específica da Lei das Pescas, designadamente o Regulamento de Pesca de Águas Interiores, é uma acção que transita para 2006;
- Quanto a continuação do processo de saneamento e reestruturação do sector empresarial do Estado, designadamente a Emopesca e os Portos de Pesca, foram acções:
 - Concluída a consultoria sobre a valorização do património dos Portos de Pesca e está em processo a liquidação da Emopesca;
 - Concedidas as certidões de concessão dos terrenos ocupados pelos portos de pescas de Angoche, Quelimane e Doca Seca de Quelimane;
 - Em curso acções tendentes à obtenção das certidões dos Portos de Pesca da Beira e de Maputo;
 - Elaborada a proposta de Diploma Ministerial Conjunto para a passagem da titularidade da área ocupada pelo Porto de Pesca da Beira, da Empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P. para o Ministério das Pescas;
- Aprovado o Decreto e Estatuto do Instituto Nacional de Inspeção de Pescado e a reabilitação das futuras instalações do Instituto;
- Implementado o sistema de Monitoria, Controle e Fiscalização (MCV) para a actividade de fiscalização via satélite (VMS);
- Concluído o Plano Director de Estatísticas, da Metodologia de Planificação e Monitoria das actividades do sector no quadro do Sistema

Estatístico Nacional, carecendo de aprovação do INE e Interna respectivamente;

- Em curso a análise de candidaturas para o serviço de consultoria do projecto de reabilitação do Porto de Pesca da Beira e iniciado o processo para a construção das instalações dos Serviços Provinciais de Pescas de Cabo Delgado;
- Em curso contactos com empresas de construção para a preparação do caderno de encargos com vista ao lançamento do concurso de reabilitação da escola de pesca;
- Em fase de preparação da documentação para o lançamento do concurso de construção das novas instalações do Ministério das Pescas e reabilitação do Porto de Pesca de Angoche.

D. RECURSOS MINERAIS

Neste sector, em 2005 as acções estavam centradas no incremento da produção e exportações, através do fomento da actividade mineira, divulgação e promoção do potencial geológico mineiro do país para atração de investimento e no incremento das acções de inspecção da actividade mineira.

No âmbito do sector mineiro:

- Quanto ao prosseguimento com as acções visando o desenvolvimento dos projectos das areias pesadas em Moma, Chibuto e Moebase, bem como a promoção do licenciamento de novas áreas de prospecção e pesquisa mineira, destaque vai para:
 - Realização de testes metalúrgicos adicionais, optimização do plano mineiro, revisão de dados geo-estatísticos e estudos analíticos para controle de teores das areias pesadas de Chibuto. O Estudo de Impacto Ambiental para a Estrada dedicada ao projecto e a ponte cais em Chongoene foi já aprovado tendo sido emitida a respectiva licença ambiental;
 - Estão em curso contactos com vista ao fornecimento de energia eléctrica ao projecto das Areias pesadas de Chibuto, bem como negociações para obtenção para a concessão mineira;
 - Realizados contactos sobre a possibilidade de geração de energia eléctrica ao empreendimento apartir do gás natural dos jazigos de Pande e Temane;
 - Inciou, em Janeiro 2005, a construção de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do Projecto de Areias Pesadas de Moma em 90%, foi concluída a construção do acampamento e a

- asfaltagem de 1600m da pista de aterragem, empregando até o fim de 2005 cerca de 1352 pessoas. Com vista a garantir o início da produção no último trimestre de 2006, iniciou o processo de recrutamento de técnicos.
- Está em curso um programa de sondagens nas dunas antigas para o aumento de reservas do Projecto das Areias Pesadas de Moebase ,fora das zonas de protecção parcial (margens do mar), tendo sido realizados igualmente investimentos para ensaios tecnológicos, colheita da amostra industrial e testes de radioactividade;
 - No referente ao estabelecimento de mecanismos de incentivos para o aumento, processamento e de transformação primária de produtos minerais, tais como de tântalo, grafites, diatomites, granitos, titânio, berilo industrial, entre outros minerais, foram acções:
 - Identificação, na província de Tete, de um jazigo de granito de cor azul, tendo já iniciado a lavra piloto bem como a prospecção de mercado;
 - Promoção de uso de diatomite na agricultura, tendo sido seleccionadas algumas áreas para o arranque do projecto no Posto Administrativo de Mafuiane, Distrito de Namaacha. Decorrem contactos com vista a utilização da bentonite e do calcário na industria nacional.
 - Foram realizadas acções de promoção do projecto das grafites de Ancuabe e da instalação da refinaria de tântalo na Zambézia perante vários investidores. A extensão da linha de energia para Cabo Delgado abre uma perspectiva para a reactivação da mina de Grafite;
 - Quanto a implementação de um regime fiscal mais atractivo ao investimento, prosseguiram os trabalhos com vista a adopção de um regime mais consentâneo com a dinâmica da actividade mineira.
 - No domínio da promoção da exploração mineira em pequena escala e artesanal, através do apoio aos pequenos operadores nacionais, pela via da assistência técnica, facilitação de investimentos, educação ambiental e treinamento, foram realizadas as seguintes acções:
 - Revisão do Decreto de Comercialização de Minerais e Metais Preciosos e do Estatuto do Fundo de Fomento Mineiro;
 - Realizados cursos de treinamento de operadores mineiros na área de cerâmica, tendo beneficiado 50 operadores, das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Cabo Delgado, em matérias ligadas a extracção, processamento e comercialização de produtos diversificados para o aumento dos rendimentos;
 - Realização da terceira feira de gemas e ouro em Nampula;

- Afectação de técnicos nos Distritos de maior concentração da actividade mineira artesanal;
- Alocados meios circulantes para o apoio aos projectos de mineração artesanal nas províncias de Gaza, Inhambane, Manica, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado;
- Distribuídas 4 bicicletas à Rádio Comunitária de Macequece, em Manica, para apoio na divulgação da legislação Mineira e programas educativos com enfoque na mineração, meio ambiente, saúde ocupacional e segurança mineira;
- Treinados pontos focais das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane em matéria de HIV/SIDA e vidas positivas;
- Distribuídos de oito rádios para a disseminação de matéria ligada ao HIV/SIDA para as comunidades mineiras de Mutamba em Inhambane e Macupulane, Chibuto e Licílo em Gaza;
- Preparados pacotes fiscais mais atractivo para actividade mineira, e seleccionados e capacitados 20 operadores mineiros na área de cerâmica das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Cabo Delgado para participar no segundo curso de cerâmica;
- No âmbito da promoção da exploração de jazigos de apatites, fosfatos, tendo em vista a instalação no país de indústria de fertilizantes, destaque vai para:
 - Realização de um estudo sobre a tecnologia para a redução do cloro na apatite bem como ações de promoção junto de diversas companhias para a instalação da fábrica de fertilizantes em Nacala, província de Nampula;
 - Recolha de amostras de guano para ensaios tecnológicos tendo em vista a sua utilização como fertilizante;
- No domínio da extracção e processamento de forma organizada de pedras preciosas e semi-preciosas no país, foram realizadas as seguintes acções:
 - Incremento das acções de inspecção e supervisão nas zonas de maior actividade mineira;
 - Realização de um curso de Gemologia em Nampula, no qual participaram técnicos da Direcção Provincial, membros das Associações de MUVA (Mogovolas) e Mecuburi e operadores mineiros locais;
 - Prosseguiu o apoio na constituição de associações no Niassa, Tete, Zambézia, Nampula e Manica;

- No que diz respeito a implementação no terreno do Projecto de Carvão de Moatize através da (i) transferência dos títulos mineiros da área ao concessionário e (ii) assinatura de Acordos relevantes ao início de trabalhos geológico-mineiros no âmbito do estudo de viabilidade técnico-económica, foram realizadas as seguintes acções:
 - Emissão de uma nova Licença de Prospecção e Pesquisa a favor da empresa Rio Doce Moçambique, no âmbito da implementação do Projecto de Carvão de Moatize;
 - Início de actividades de campo que irão conduzir a realização do estudo de viabilidade incluindo uma pesquisa geológica adicional;
 - Aprovação do pacote de projectos para as áreas de educação, saúde, acção social e recreação no valor de 6,475 milhões de dólares americanos a serem implementados na província de Tete, onde alguns projectos estão em curso.

No que diz respeito ao sector geológico, foram acção ao longo de 2005 as seguintes:

- Referente a prosseguimento da inventariação e cartografia geológica na âmbito do projecto de Capacitação e Reforma do Sector Geológico-Mineiro, destaque vai para:
 - Realização de trabalhos de campo que incluem o treinamento de técnicos nacionais através de participação em cursos e *workshops*, nas seguintes folhas:
 - Lote 1 – Muidume (1039); Palma (1040) Mueda (1139); Mocímboa da praia (1140); Meluco (1239); Quissanga-Pemba (1240), Mecúfi (1340);
 - Lote 2 – Extensão Malema (1437); Ribáue-Mecuburi (1438),
 - Lote 2 – Revisão de algumas folhas da província de Tete;
 - Lote 3 – Bela-Vista (2632), Maputo (2532);
 - Realizados trabalhos de campo para a identificação e colheita de amostras em áreas promissoras dos distritos de Monapo, Nacala, Muecate, Meconta, Mecubúri, Memba, Nampula, Angoche, Eráti, Ribaué, Mogovolas, Nacala Velha, Namapa, Mogincual, onde se colheu cerca de 60 amostras para testes laboratoriais, no âmbito da prospecção e pesquisa em áreas seleccionadas.
 - Realizados trabalhos de campo referente a inventariação de minerais não metálicos nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane;
 - Participação na promoção da prospecção e pesquisa de minerais pesados nas áreas potenciais ao longo da faixa costeira que vai de

Quelimane à Quinga nas províncias de Zambézia e Nampula respectivamente, com vista a promover o seu desenvolvimento.

- Continuaram os trabalhos de mapeamento geológico em todo o território nacional na escala 1:250.000 e do levantamento aerogeofísico do mesmo;
- Conclusão do levantamento aerogeofísico de modo a dotar o país de 76% de novos dados magnéticos e espectrométricos de raios-gama;
- Esta em curso trabalhos de reabilitação institucional do Museu Nacional de Geologia;
- Realização de trabalhos de mapeamento Geológico Ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000;
- Lançado o concurso para a expansão, capacitação e manutenção das estações sismográficas das províncias de Maputo, Manica, Nampula e Niassa;

Quanto ao sector de Hidrocarbonetos, foram acções:

- Na bacia de Moçambique prosseguiram as negociações para os seguintes blocos: Onshore Zambezi, Offshore Zambezi, M10 e Bacia de Sofala e assinados acordos para os blocos 16 e 19;
- Na bacia do Rovuma, foi aprovado o contrato de Pesquisa e Produção pelo Conselho de Ministros e lançado concurso público para o licenciamento das áreas de pesquisa 1,3,4,6;
- Quanto a pesquisa adicional nos blocos de Pande e Temane, incluindo abertura de furos de pesquisa e produção de modo a incrementar as reservas e maximizar o aproveitamento dos recursos gasíferos desses blocos, foi adquirida sísmica em todo bloco (PSA e PPA) no total de 1150km com objectivo de correlacionar e maximizar a informação geológica entre os campos de Temane, Inhassoro e Pande, bem como nos arredores das descobertas, especialmente a norte do Pande (Rio Save) e a Oeste de Campo de Tamane;
- Conclusão do estudo de opções de aproveitamento de condensado de Pande-Temane, e esta em curso um estudo de viabilidade para a montagem de uma torre de destilação para o processamento deste produto;
- Actualização das reservas dos jazigos de gás no Bloco Pande-Temane e perspectiva-se a conexão do jazigo de Inhassoro ao CPF de Temane;
- Concluída a construção dos gasodutos de transmissão e de distribuição em Ressano Garcia;

- Conclusão da construção do gasoduto de transmissão e parte do gasoduto de distribuição do Gás Natural no troço Matola/Ressano Garcia;
- Tendo em vista a expansão do Centro de Dados, de forma a torná-lo centro de referência nacional e internacional que providencie assistência as companhias interessadas em investir no sector de petróleos,
 - Está em curso o projecto de transcrição de dados sísmicos de cassetes de menor capacidade (IBM 3480/3490) para cassetes de maior capacidade (IBM 3590);
 - Actualizada a licença do software usados para a cópia de dados;
 - Foram digitalizados relatórios contendo informação relevante relativa a pesquisa de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma, e esta processo de cópia de dados de hidrocarbonetos e sua disponibilização ao público interessado.
- No âmbito da consolidação do quadro legal do sector iniciou a elaboração do Regulamento de Licenciamento de Instalações e Actividades Petrolíferas bem como o Regulamento Ambiental;
- Quanto a Monitorar a produção de gás natural de Temane, e sua exploração para África do Sul, foram conduzidas auditorias aos sistemas de medição de Gás Natural tanto na RSA como em Temane e tem recebidos relatórios mensais da produção e Venda do Gás;
- No que diz respeito a promoção do licenciamento de novas áreas para a pesquisa de hidrocarbonetos, o INP tem feito a promoção dos blocos em livres em eventos nacionais e internacionais;
- Realizada a IX Conferência Internacional de Petróleo e Gas;

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Neste sector constituíram objectivos específicos para 2005 a regulamentação da concorrência, reformulação da política e Estratégia Industrial, a integração do sector informal no sistema formal, a facilitação e garantia do acesso permanente às fontes internacionais de informação sobre preços, tendências dos mercados e estatísticas nacionais e melhoramento da qualidade e competitividade dos produtos e serviços nacionais. Nestes termos, foram desenvolvidas em 2005 as seguintes acções:

- Elaboração da Estratégia da Comercialização Agrícola e do Código da Propriedade Industrial, cujos documentos foram submetidos ao Conselho de Ministros para aprovação;

- Elaboração da Política e Estratégia Industrial, da Estratégia do Sector Têxtil e Vestuário, e da Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas, estando em curso a sua harmonização;
- Finalização do processo de Reestruturação do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), estando neste momento em curso a harmonização do documento final;
- Início da elaboração da Política da Concorrência e Estratégia do Sector Metal-mecânico, cuja conclusão está prevista para 2006;
- Continuação do processo de reestruturação do Fundo de Fomento à Pequena Indústria (FFPI), cuja abordagem se enquadra no âmbito da Estratégia para as pequenas e médias empresas;
- Aprovação e implementação da Estratégia para o Desenvolvimento das Exportações de Produtos Processados de Madeira de Moçambique. Neste âmbito importa destacar:
 - A divulgação da estratégia;
 - O levantamento de necessidades de despesa pública em móveis e material de construção para promover o fornecimento local;
 - A elaboração da estratégia de fiscalização de florestas e fauna bravia e o respectivo plano de acção;
 - O levantamento de necessidades de treinamento nas indústrias florestais, tendo-se identificado como áreas críticas o manuseamento da serra principal, afiação de serras e o acabamento dos produtos;
 - A realização de um curso regional de treinamento, direccionado aos concessionários, em matéria de gestão de concessões;
 - A introdução no mercado internacional de duas espécies secundárias, Muaga e Messinge, e outras duas no mercado doméstico, Sumauma e Metonha;
 - A recolha de amostras das espécies madeiras existentes no país para a sua testagem laboratorial e comparação, com vista à sua valorização;
 - No âmbito do Reflorestamento, destaque vai para o levantamento das potencialidades do país para o estabelecimento de plantações industriais e comerciais, e, para a elaboração da estratégia nacional de reflorestamento.
 - No contexto do controlo da qualidade dos produtos:
 - Formação de comissões técnicas de normalização, com a tarefa de elaborar normas moçambicanas da qualidade de produtos madeiros e da gestão florestal; e

- Compilação de especificações técnicas de base para a elaboração de normas, que também poderão ser adoptadas provisoriamente como padrões para o fornecimento de móveis e material de construção ao sector público a médio prazo.
- Realização de uma avaliação da situação da produção e comercialização agrícola e da disponibilidade de alimentos através de uma missão conjunta - Governo, FAO e PMA;
- Simplificação dos procedimentos para o licenciamento da actividade comercial e industrial, tendo sido feita:
 - a divulgação e implementação do novo regulamento do licenciamento comercial, e criação e expansão dos balcões únicos de atendimento ao público para todas as Províncias do País e início do processo de informatização do cadastro industrial e comercial;
 - desenvolvimento da base de dados do Sistema Computarizado do Licenciamento Comercial e Industrial (SISCAL) e testada ao nível do Ministério, Maputo e Cidade de Maputo, como forma de capacitar os técnicos para a sua utilização;
- Divulgação e implementação, à escala nacional, do novo regulamento de licenciamento comercial, tendo sido licenciados 21.332 operadores do comércio rural e 1.876 estabelecimentos do comércio urbano;
- Participação em fóruns regionais e internacionais nomeadamente: nos contextos da Organização Mundial do Comércio, dos Acordos de Parceria Económica e da Integração Regional (SADC);
- Assinatura do acordo comercial com Malawi, e divulgação e implementação do acordo comercial com Zimbabwe;
- No âmbito do controlo das actividades industrial e comercial, foram realizadas as seguintes acções:
 - Divulgação da legislação da Indústria e Comércio ao nível das Direcções Provinciais;
 - Fiscalização das unidades fabris e de comércio pelas Inspecções Provinciais e sob a monitoria da Inspecção Geral;
 - Inspecção Geral, em acções coordenadas com outros órgãos do Estado e em parceria com o sector privado, no combate à pirataria e contrafacção.
- Quanto à implementação e monitoria da Política e Estratégia de Qualidade foram realizadas as seguintes acções:
 - Apoio as associações económicas e os sectores produtivos em matéria de qualidade para melhorar a sua competitividade

- através de seminários de sensibilização e promoção de 8 cursos de formação em matéria de gestão de qualidade;
 - Realização da reunião regional da SADC sobre qualidade;
 - Aprovação de 17 normas gerais e 3 específicas no âmbito da construção, electrotecnia, gestão da qualidade, laboratórios, caju, copra, transporte de banana, papaia e ananás;
 - No contexto da Metrologia foi elaborado o primeiro esboço da lei base e aprovadas três normas harmonizadas na região da SADC que são a base da regulamentação técnica.
- Monitoria da campanha de comercialização agrícola, e
 - Prosseguimento do trabalho de inventariação de antigas lojas e cantinas rurais ao nível do país estando em curso a criação de mecanismos simplificados com vista a promover a sua alienação ou reabilitação.

F. TURISMO

Neste sector, as acções centraram-se na prossecução e no complemento das acções já iniciadas. Tendo em conta as oportunidades existentes na perspectiva de uma evolução crescente do sector, da actividade turística e da promoção do desenvolvimento sustentável do turismo e do seu papel fundamental na redução da pobreza através da oferta de emprego e contributo para atenuar os desequilíbrios de desenvolvimento regional, para o ano 2005 foi realizado o seguinte:

No Domínio da Capacitação Institucional

- Disseminação da Política de Turismo, e Plano Estratégico a nível nacional, na perspectiva de mobilização de financiamento para as actividades contidas no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, foram realizados Seminários de divulgação da Política de Turismo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (PEDT) para o período 2004-2013, abrangendo as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Tete, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo Província;
- Aprovação do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo da Província do Niassa;
- Conclusão do processo de avaliação funcional e adequação da estrutura institucional do Turismo para melhor responder as necessidades da indústria, assim como iniciada escutação dos vários parceiros do Ministério do Turismo com vista a criação de condições para a realização do Forum Nacional de Turismo;

No Domínio dos Recursos Humanos

- Foi elaborada a Estratégia dos Recursos Humanos para o sector do Turismo para dar enquadramento as acções que estimulem o desenvolvimento da formação de nível médio nas áreas de hotelaria, turismo e conservação;
- Descentralização do Orçamento para as províncias com vista a um melhor enquadramento dos fiscais afectos as áreas de conservação, para o efeito foram realizadas formações nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Zambézia, envolvendo 25 técnicos entre os quais das Direcções Provinciais do Turismo de Gaza (3), de Inhambane (2), de Sofala (2), de Manica (2) e da Zambézia (4) e Parques e Reservas Nacionais do Banhine (1), do Limpopo (1), do Bazaruto (3), do Zinave (2), de Gorongosa (4) e da Reserva de Marromeu (1).
- Com vista estimular a participação do sector privado na provisão de formação, educação e capacitação profissional no sector do Turismo, está na fase conclusiva o Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos do sector do turismo, instrumento que servirá de comunicação entre a Instituição e o sector empresarial em matérias de formação no sector. Paralelamente, em coordenação com INFTUR (Instituto de Formação Profissional de Portugal), COMPENDITUR (Estudos e Formação em Hotelaria e Turismo) foram formados mais de 20 formadores da indústria hoteleira e similar.
- Está em curso a revitalização do Centro de Formação do Parque Nacional de Gorongosa e a escola básica de formação dos fiscais da Reserva Especial de Maputo;
- Formação e capacitação de 171 fiscais e guardas das áreas de conservação, nas províncias de Nampula e Cabo Delgado
- Lançado o concurso para cessão de exploração à privados do Hotel Escola Andalucia;
- Concessão de 13 bolsas de estudo a funcionários do Ministério e trabalhadores do sector do turismo para a Faculdade de Gestão de Turismo e Informática da Universidade Católica;
- Formação para a capacitação técnico-profissional abrangeram 280 funcionários do Ministério e trabalhadores do sector do turismo beneficiaram de capacitação técnico-profissional;

- Aprovação de Decretos que regulamentam os estabelecimentos hoteleiros, bebidas e restauração, assim como, o das Agências de Viagens e Turismo;
- Lançamento de concursos para aquisição de consultoria com vista a elaboração do Sistema de Classificação de Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros;
- Contratação de um Administrador para a gestão da reserva de Chimanimani, em Manica, e, feita a descentralização da gestão orçamental do nível central para o nível provincial das reservas de Pomene (Inhambane) e Gilé (Zambézia)
- Criação de uma equipe que procedeu ao levantamento dos desmandos na zona costeira, das Províncias de Inhambane, Nampula e Cabo Delgado incluindo o Arquipélago das Quirimbas;
- Fiscalização de 591 estabelecimentos de indústria hoteleira e similares;
- Desembolso de 4.575 mil contos pelo Fundo Nacional de Turismo (Futur), beneficiando 19 empresas do sector localizadas nas províncias, de Maputo (6), Sofala (5), Manica e Inhambane (4);
- Descentralização do Fundo do Turismo para pequenas e médias empresas nas províncias de Nampula, Manica e Inhambane e elaborado o caderno de encargo para investimento no Parque do Limpopo, no âmbito da gestão e exploração económica das áreas de conservação.

No Domínio das áreas de Conservação

- Aprovado o projecto de Áreas de Conservação Transfronteira e Desenvolvimento do Turismo e assinado o acordo em Dezembro de 2005;
- Cobradas receitas no valor global de 13.280 milhões de meticais resultante da cobrança das licenças de caça e caçador guia, senhas de abate de animais, taxas de exploração das coutadas, cobrança de taxas diversas nos Parques e Reservas, Multas aplicadas;
- Elaborada uma metodologia de monitoramento e avaliação que consiste num modelo de relatório trimestral a ser apresentado pelos Parques e Reservas e definido um modelo de registos de fauna bravia no sentido de no final de cada ano elaborar-se o livro de ocorrências;
- No que concerne ao estabelecimento de infra-estruturas de maneio e recreativas;
 - No Parque Nacional do Limpopo

Construção de acampamentos de Massingir e Machampane, no âmbito da implementação da fase I do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Parque, e do Posto Transfronteiriço do Giryiondo;

- No Parque Nacional das Quirimbas

Reabilitação e apetrechamento do escritório do PNQ na cidade de Pemba, e aprovação do projecto de construção do escritório central em Quissanga;

- Na Reserva Especial de Maputo

Conclusão da reconstrução da cerca de 30km de vedação desde o rio Maputo na Bela Vista localidade de Massoane, até o rio Futi no âmbito da mitigação do conflito homem animal ao longo do corredor do Futi e feita a abertura de um furo para o abastecimento de água potável a Reserva.

No Parque Nacional de Gorongosa

- Inicia a reabilitação de algumas infra-estruturas (rondáveis e reabilitação da vedação do acampamento de Chitengo, e aquisição equipamento de rádio e geradores) na sequência do Memorando de Entendimento assinado entre o MITUR e a Fundação Carr;
- Assinado um Memorando de Entendimento com o Ministério da Defesa, para a garantir uma efectiva fiscalização nas Áreas de Conservação;
- Início do zoneamento na Coutada oficial nº9 (Manica-Distrito de Macossa) que está sendo usada como experiência piloto, para a revisão dos contratos das restantes coutadas;
- Mobilizados fundos para o início do processo de estabelecimento de novas áreas de conservação transfronteira, nomeadamente: ZIMOZA e Niassa/Cabo Delgado;

Ainda no âmbito das áreas de conservação;

- Aprovado o Plano de desenvolvimento do Turismo do Parque Nacional do Limpopo;

- Revisto o Estudo sobre Estrutura do Processo e de Política de Reassentamento que permitiu avaliar a existência de cerca de 400 mil pessoas residindo nas 5 Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACTF's) definidas como zonas protegidas e interstersticiais;
- Aprovada a consignação dos 20% das receitas cobradas ao abrigo da legislação florestal e faunística para as comunidades locais, e, o início do processo da consignação com as comunidades localizadas em Manica (Distrito de Macossa, Coutada 9).
- Finalizado o plano de Maneio de Goba, *Área de Conservação Transfronteira dos Libombos*;

No Domínio da Promoção Turística

Para Desenvolver mecanismos de aproveitamento dos serviços das representações no exterior nas acções de promoção do Turismo, foram realizadas as seguintes acções:

- Realização da 4^a edição da Bolsa de Turismo de Maputo (BTL) com o objectivo de dar oportunidade aos operadores turísticos e agências de viagens para exporem os seus produtos, bem como apresentar a oferta turística de cada província do País, e atrair investidores;
- Participação na Bolsa de Turismo de Beijing para estudar o mercado turístico Chinês, como forma de estabelecer contactos com os operadores turísticos da China e reforçar a iniciativa da realização de seminários de promoção e divulgação das potencialidades turísticas de Moçambique em Hong-Kong e Macau;
- Participação nas feiras internacionais de Turismo de Indaba - em Durban na África de Sul; Vakantiesbeurs – Holanda; Bolsa de Turismo de Lisboa- Portugal (BTL); BIT- Milão na Itália; FITUR (Espanha);
- Instalação de balcões de informação para os viajantes no Posto Fronteiriço de Ressano Garcia;
- Realizada a 4^a edição da Bolsa de Turismo de Maputo com participação de todas as Províncias do país com a excepção de Manica.
- Foi realizado o encontro de Ministros do Turismo da região com o objectivo de definição da estratégia de melhoramento de infraestruturas na qual foram seleccionadas 7 áreas de conservação transfronteiriças compartilhadas bilateral ou trilateralmente;
- Instalação de um *Portal* para “Turismo em Moçambique”;

- Elaboração do Plano Estratégico de Marketing do Turismo;
- No âmbito da consolidação de parecerias para a implementação do programa do turismo cultural e de eventos foi realizado o Festival Musical do Wimbe em colaboração com o governo provincial de Inhambane;
- Realização do Congresso das Agências de Viagens que movimentou milhares de agentes económicos e profissionais de comunicação social, que serve de veículo para o incremento do número de turistas e receitas nos próximos anos, bem como também, colocar o País no mercado turístico internacional.
- No âmbito do esforço da promoção do país com envolvimento de jornalistas internacionais foram registadas três visitas ao país de vários jornalistas representando os seguintes órgãos de informação: SABC NEWS, Africa Report e CNBC Europe.

No Âmbito da Cooperação e Assistência Técnica Internacional

Em termos de acções, foram destaque as seguintes:

- Participação do MITUR na Assembleia da Organização Mundial do Turismo que teve lugar no Senegal onde Moçambique foi eleito membro do Conselho Executivo
- Participação do MITUR, na 42ª Reunião da OMT- Comissão Regional para África 20-23 de Abril 2005, Gaborone-Botswana, para análise, discussão e recomendações sobre várias acções para desenvolvimento do sector do turismo em África e seminário em paralelo sobre o sector do turismo e o transporte aéreo no Continente.
- Participação na 2ª Reunião Anual dos Ministros do Turismo da Commonwealth, de 27-28 de Abril de 2005, Abudja-Nigéria. Nesta reunião decidiu-se avançar com a criação do Centro de Promoção do Turismo da Commonwealth (CPTC) a sediar-se em Kwala Lumpur – Malasia.

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Neste sector, as acções programadas para 2005 continuaram a pautar-se pela melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas áreas urbanas e rurais. Numa participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores e desenvolvimento rápido do sector através da

actualização da legislação, adaptando-o às mudanças/exigências que ocorrem tornando-a mais abrangente e dinâmica. Assim sendo, em 2005 foram realizadas as seguintes acções:

No Domínio das Comunicações procedeu-se:

- A revisão da Proposta de Política das Telecomunicações para posterior submissão à aprovação;
- A elaboração da Política sobre Acesso Universal, foi feita uma auscultação pública nas zonas Norte (Cabo Delgado), Centro (Zambézia) e Sul (Inhambane), estando em fase de harmonização pelos principais intervenientes;
- Ao estudo de demanda na Província da Zambézia para a implantação de um Projecto Piloto de Acesso Universal;
- A elaboração da Política do Sector Postal, estando a ser negociados os contratos de financiamento;
- A elaboração da Lei do Serviço Postal, estando em curso o processo de discussão e apreciação das propostas da Lei Postal e legislação complementar (Proposta de Regulamento de Licenciamento dos Operadores Postais);
- A elaboração da proposta da Estratégia de Reestruturação da Empresa Correios de Moçambique, e, Privatização das TDM;

No âmbito de reestruturação, a TDM adoptou o seu Plano Estratégico, foi iniciado o estudo para rever a estrutura e os processos de gestão e de trabalho actuais, bem como os recursos humanos necessários para o seu funcionamento;

- Concluída a expansão da cobertura da rede móvel celular ao longo do Corredor da Beira, no troço que vai da Cidade da Beira à Vila de Machipanda, bem como no Corredor do Limpopo, no troço que vai da Cidade de Maputo à Cidade do Chokwé;
- Concluída a expansão da cobertura da rede móvel celular, nas províncias de Maputo, Chibututuine, Michafutene e Boquisso; Gaza, Bilene, Chibuto e Chókwe; Inhambane, Govuro, Inharrime, Jangamo, Vilankulo e Zavala; Sofala, Dondo, Cheringoma e Caia; Manica, Guro, Machaze, Sussundenga, Manica e Bárué; Tete, Mágoe, Moatize, Mutarara e Songo; Zambézia, Maganja da Costa, Inhassunge, Namacurra, Mocuba, Gurué e

Gilé; Nampula, Murrupula, Eráti, Nacala-Porto e Moma; e Cabo Delgado, Mecúfi, Montepuez e Macomia;

- No âmbito da implementação do Programa da Rede Nacional das Telecomunicações (RNT), sistema de rádio, via fibra óptica, cobrindo os troços, Maputo/Xaixai/Chókwe; e Nampula/Nacala, foram assinados os contratos de adjudicação;
- Instalado o sistema de comunicação via satélite (VSAT), nas províncias de Gaza, Massingir; Inhambane, Nova Mambone; Manica, Catandica; Sofala, Inhaminga e Caia; Tete, Zóbuè, Ulónguè e Mutarara; Zambézia, Morrumbala, Milange e Alto Molócuè; Nampula, Moma e Ríbauè.

No Domínio da Aviação Civil

- Referente ao desenvolvimento de Aeroporto Internacional de Nacala, foi feito o levantamento das condições existentes no terreno, com vista à operação de aeronaves de grande porte;
- Relativo ao melhoramento das condições de segurança à navegação aérea, foi feita a extensão da cobertura das comunicações em VHF, nos Aeródromos de Songo, Lichinga e Inhambane;
 - Formados em Maputo 20 controladores de tráfego Aéreo e rectificado o manual Técnicas de Informação e Comunicações Aeronáuticas(TICA);
 - Aprovada a proposta relativa à prestação do Serviço de Controlo de Aproximação, cuja implementação começa em 2006;
 - Repostas as luzes de aproximação do Aeroporto de Maputo e Aeródromo de Vilankulo;
- Está em processo a elaboração do Regulamento sobre o Licenciamento e Certificação dos Aeroportos;

No Domínio do Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre

- Realizado levantamentos hidrográficos nos portos de Maputo, Beira, Inhambane, Quelimane, Bazaruto e Mocímboa da Praia, Chinde e lago Niassa;
- Concluídos os trabalhos de campo para a reedição do roteiro da Zona Sul e assinado o Acordo com o Governo de Malawi para a disponibilização do

navio de sondagem, com vista à realização dos trabalhos do levantamentos hidrográfico e produção de cartas náuticas do Lago Niassa;

- Construída a torre do Farol Chinde na Zambézia;
- Reabilitado o Farol de Mafamede em Angoche, em Nampula, e, feita a manutenção da rede de ajudas à navegação dos Portos de Nacala, Beira e Maputo;
- Iniciado o estudo da circulação geral em Maputo e Sofala;
- Efectuada uma intervenção de emergência na Ponte Cais de Maxixe, para a reabilitação de infra-estrutura de acostagem que desabara nos princípios de Maio;
- Actualização do estudo e desenho das construções, das travessias Maputo/Catembe e Inhambane/Maxixe;
- Realizado um estudo e lançado o concurso para a aquisição de embarcações para as travessias;

No Domínio dos transportes Rodoviários

- Aprovado o Regulamento da Lei do Seguro Obrigatório;
- Realizada a revisão pontual do valor das multas e taxas estabelecidas no Regulamento de Transporte em Automóveis (RTA);
- Aprovado o Regulamento dos Terminais de Transportes de Passageiros;
- Introduzidos no transporte semi-colectivos, elementos de identificação dos veículos por rota;
- Financiada a aquisição de dez (10) camiões para o sector privado na Província da Zambézia com vista a apoiar os camponeses na comercialização de excedentes agrícolas;
- Adquiridos dez (10) autocarros, tendo sido alocados às Empresas TPM e TPB 6 e 4 respectivamente;
- No que diz respeito a redefinição da política de assistência técnica ao parque automóvel, esta em discussão a elaboração da legislação que obrigue os importadores e agentes de marca no sentido de nas suas operações de importações de veículos automóveis para efeito de venda, contemplarem as respectivas peças sobressalentes;
- Esta em curso o processo de revitalização dos comités de transporte rodoviário, como forma de consolidar o funcionamento dos sub-comités de gestão de rotas e monitorar a correcta implementação dos acordos bilaterais e multilaterais;

- Iniciada a revisão dos acordos bilaterais com a África do Sul;
- Concluída a discussão e harmonização dos textos para acordos bilaterais com a Tanzânia e assinados acordos bilaterais com a Zâmbia em Lusaka;

No Domínio da Segurança Rodoviária

- Introduzido o sistema de controlo do álcool no sangue (TAS), aos automobilistas de modo a melhorar as condições de segurança rodoviária;
- Em curso serviços de consultoria para a produção e informatização da carta de condução no âmbito da SADC;

No Domínio dos Portos e Caminhos de Ferro

- Prosseguimento das obras de reabilitação da Linha de Sena;
- Concessão do Porto de Nacala e a linha férrea e o Porto de Quelimane,
- Prosseguimento da mobilização de fundos para dragagem do Porto da Beira;

No Domínio da Meteorologia

- Instalado em Maputo o receptor digital de imagens de satélite meteorológico de 2ª geração, que substituí o receptor analógico;
- Adquirido um sistema automático de produção e disseminação de previsões meteorológicas aos utilizadores;
- Esta em processo de implementação o projecto RANET (projecto que usa internet e tecnologia de satélite para a comunicação), em Govuro, Inhambane, e Pebane, Zambézia com vista a melhorar o sistema de comunicação da informação meteorológica para as comunidades das zonas rurais;
- Concluídas as instalações sinópticas automáticas de Zitundo e Combomune nas Províncias de Maputo e Gaza respectivamente;
- Instalado e operacionalizado o radar meteorológico da Beira; e aquisição do sistema automático de produção de previsões meteorológicas.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

O Programa Quinquenal do Governo aponta de forma clara a estratégia de combate a pobreza absoluta, através do apoio ao desenvolvimento do sector empresarial.

Assim, durante o período em análise foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Aprovação de 247 projectos de Pequena Indústria; e desembolso de cerca de 7.702,8 milhões de contos e criação 574 postos de emprego;
- No âmbito de apoio ao empresariado nacional dentre as acções desenvolvidas pelo PoDE, Instituto de Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL), Fundo de Fomento a Pequena Indústria (FFPI) e FARE, destacam-se as seguintes:
 - Componente de aprendizagem técnica: realizadas no III trimestre 125 projectos contra os 119 do II trimestre e assinados contratos através do Gabinete de *Linkage* que totalizaram pouco mais de 4 milhões de dólares superando a meta em 33.3%;
 - Componente financeira: (i) desembolsados cerca de 351 mil dólares a créditos aprovados, e (ii) aprovados outros créditos no valor de 360 mil dólares americanos;
 - componente social, destaque vai para:
 - Entrega ao Hospital Central de Nampula de um laboratório completo para análises de água e alimentos, pelo Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Indústria Local;
 - Colocadas duas máquinas de 3.500 tons/ano uma em Cabo Delgado para os pequenos produtores e outra atribuída à associação dos produtores da Ilha de Moçambique, em Nampula;
 - Importados 2.600 tons de iodo que estão sendo distribuídos pelos produtores de todo o país, e
 - Realizados 2 cursos de formação sobre a produção de sal de qualidade e gestão de pequenas negócios na província de Zambézia, onde estiveram envolvidos 14 produtores de sal sendo 2 de Sofala e os restantes da Zambézia, e em Nampula com a participação de 32 produtores sendo 11 de Cabo Delgado e 21 de Nampula.
- Realizados 114 projectos contra 122 planificados e, mais de 27 mil pessoas treinadas ao longo do período em análise;

- Implementado o Programa de Facilidades de Crédito nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, pela associação Moçambicana para o Desenvolvimento Rural (AMODER) e o Gabinete de Apoio aos Pequenos Projectos de Investimentos (GAPI);
- Construídas e ou reabilitadas cantinas rurais, das quais 8 na Zambézia, 2 em Niassa, Nampula e Gaza, e uma em Cabo Delgado, Sofala, Inhambane, Maputo incluindo a aquisição de mercadorias para o início de actividade comercial;

Promoção da competitividade do frango nacional:

- Desembolso de 900 milhões de Meticais para o financiamento de actividades de produção e processamento de frango, na Cidade de Maputo;
- Instituída a obrigatoriedade de inspecção pré-embarque na importação de frango congelado e resolvida a questão de subfacturação por parte de alguns importadores de frango;
- Redução do preço da ração em 30%, em consequência das medidas de promoção e concertação de posições entre os intervenientes; e
- Eliminação de cobrança de taxas e multas não regulamentadas.

Valorização da Produção Agrícola Nacional:

- Criados mecanismos de ligação entre produtores agrícolas e consumidores, com vista a promover o estabelecimento de parcerias e de acordos para o fornecimento e consumo de produtos nacionais, com grande impacto na criação de oportunidades de negócios, geração de emprego e redução de preços ao consumidor;
- Implementada a estratégia para o desenvolvimento de exportação de produtos processados de madeira nacional, com vista a promoção da indústria de madeira, e
- Em curso a promoção do consumo de produtos nacionais.

No âmbito da remoção de barreiras administrativas e criação de um ambiente favorável ao negócio, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Consolidação do diálogo permanente com o sector privado, em parceria com a CTA, a realização de conferências regionais nas zonas Centro, Norte e Sul para além de encontros regulares entre o Governo e o Sector Privado;
- Abertos Balcões de Atendimento Único (BAU's) em todas as províncias com o objectivo de: (i) facilitar cada vez mais os utentes dos serviços públicos através do atendimento aos utentes de serviços públicos num único local, (ii) reduzir o tempo de tramitação de processos, (iii) redução dos níveis de corrupção; e (iv) melhorar a qualidade de prestação de serviços;

V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A boa governação é um dos componentes fundamentais do Programa do Governo e um dos instrumentos fulcrais nos esforços inerentes ao combate a pobreza absoluta. Especificamente, a descentralização e desconcentração, reforma da Administração Pública para melhor responderem às necessidades dos cidadãos, o reforço da capacidade e eficiência do sistema legal e judicial, o melhoramento da segurança pública e o desenvolvimento dum programa focalizado na redução da corrupção a todos os níveis, são os elementos principais através dos quais esta componente é abordada.

A.REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.

As actividades deste subcomponente se subdividem em três âmbitos principais, nomeadamente: descentralização e desconcentração; racionalização de estruturas e processo de prestação de serviços; e regulamentação do pacote autárquico.

No geral e tendo em conta estes âmbitos, para o ano 2005 foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Criação de 11 brigadas de divulgação da Lei 8/2003 e do respectivo regulamento, tendo as mesmas procedido à capacitação de equipas técnicas provinciais para monitorar a implementação da Lei e seu regulamento;

- Elaboração da estrutura mínima (evolutiva) do Governo Distrital e o diploma legal para sua aprovação que seguirá para o Conselho de Ministros ainda no primeiro trimestre de 2006;
- Início da análise funcional e reestruturação dos Governos Provinciais;
- Nomeação e tomada de posse dos Secretários Permanentes Provinciais e Distritais;
- Aprovação dos qualificadores das funções criadas no âmbito da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE)
- Início do processo de Planificação da Reestruturação nos seguintes ministérios: MIC, MEC, MF, MINAG e MAE. Importa salientar que em relação a este ponto, já se nota em alguns destes ministérios à concretização de acções com vista a sua adequação aos resultados da Análise Funcional bem como às novas estruturas resultantes das Análises Funcionais.
- Conclusão da análise funcional do MISAU e MICOA;
- Início da Análise Funcional nos Ministérios de Energia, Recursos Minerais, Pescas, e, Juventude e Desportos;
- Aprovação dos Estatutos Orgânicos dos Ministérios da Educação e Cultura; da Ciência e Tecnologia; dos Recursos Minerais; da Energia; da Agricultura; das Finanças e da Planificação e Desenvolvimento.

Em relação ao início da implementação de unidades concentradas de serviços públicos nas cidades de Maputo, Beira e Nampula:

- Foi assinado o Contrato de arrendamento de instalações entre o MAE e os Correios de Moçambique para a instalação do Balcão Único da Cidade de Maputo e em curso a elaboração do projecto de reabilitação das mesmas;
- Está em curso a constituição da Unidade de Gestão do Balcão Único da cidade de Maputo;
- Foram realizadas visitas aos Balcões Únicos de Atendimento de Maputo, Beira e Nampula para levantamento da realidade actual e recolha de subsídios para o enriquecimento da Política Nacional dos Balcões Únicos.
- Elaboração do projecto de Lei do Sistema de Previdência Social dos Titulares dos órgãos das autarquias locais já submetido ao Conselho Nacional da Função Pública;
- Elaboração do Projecto de Regulamento sobre a criação e funcionamento da polícia municipal, já submetido ao Conselho de Ministros;

- Elaboração do Documento sobre a Política e estratégia de desenvolvimento Autárquico em Moçambique também já submetido ao Conselho de Ministros;
- Conclusão do endereçamento das Cidades de Maputo, Beira, Quelimane, Nampula, Pemba e Matola, esta em curso o endereçamento na vila da Manhiça;
- Conclusão da adequação do Projecto do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE) para o formato de projecto de Lei e submetido ao Conselho Nacional de Função Pública;
- Conclusão do relatório dos resultados do estudo sobre a Política Salarial na Função Pública;
- Início do diagnóstico da situação actual para reconciliação das Bases de Dados do MAE, MF e TA no âmbito do Sistema de Informação de Pessoal (SIP). De referir que esta constitui a primeira fase do processo da operacionalização do SIP em rede entre as três instituições já referidas;
- Elaboração da proposta do Projecto de Resolução para a criação das Comissões de Avaliação de Documentos e submissão à aprovação ao Conselho Nacional da Função Pública.
- Elaboração da proposta de Resolução do Código de Conduta dos Titulares dos Cargos Governativos, Dirigentes Superiores do Estado e funcionários que exercem funções de Direcção e Chefia;
- Conclusão da proposta da Carta da Função Pública Moçambicana.

B. JUSTIÇA

As actividades do sector da justiça estiveram repartidas nas seguintes estratégias: Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional, Acesso à Justiça, Formação, Reforma Legal, Infra-estruturas e Equipamento, Documentação Jurídica, Modernização e informatização Recursos Humanos e Estratégia de Controlo da Legalidade.

Neste âmbito, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Elevação da eficiência na provisão de serviços judiciais que resultaram no seguinte:
 - O número de processos findos passaram de 25079 em 2004 para 33901 em 2005;
 - Incrementado para 23.877, o número de processos despachados pelo Ministério Público, contra 12039 de 2004;

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- Reduzido o número de reclusos aguardando julgamento ao atingir-se uma média de 53% dos reclusos aguardando julgamento contra 57% que constituía a meta;
- Criadas as secções comerciais nos Tribunais Judiciais através da adopção do Decreto que cria as secções de competência especializada em matéria comercial nos Tribunais Judiciais;
- Eleição de novos juizes que resultou na criação de novos Tribunais Comunitários nas Províncias de Nampula (1), Manica (96), Inhambane (20), Gaza (4) e Maputo;
- Aumentada a capacidade de resposta dos Serviços de Registos e Notariado em 77% em relação ao período anterior, conforme se ilustra na tabela seguinte:

Tabela S. Crescimento do acesso aos serviços de registos

DESCRIÇÃO	TOTAIS ANO 2005	TOTAIS ANO 2004	VARIÇÃO (%)
REGISTO CIVIL			
a) Nascimentos	521,615	370,833	40,64%
b) Óbitos	37,567	28,888	30,04%
c) Casamentos	4,672	3,418	36,69
REGISTO COMERCIAL			
a) S. Comerciais	1,631	1,115	46,28%
b) Matr. em nome invid	603	420	43,57%
c) Associações	241	64	276,56%
REGISTO PREDIAL			
a) Propriedade(aquisição)	3,692	2,200	67,82%
b) Hipotecas	575	479	20,04%
REGISTO AUTOMÓVEL			
a) Propriedade(aquisição)	33,642	15,903	11,54%
b) Registo de 2ª via	2,580	2,942	-12,30%
REGISTOS CENTRAIS			
a) Partidos Políticos	3	10	-70,00%
b) Nacionalidade:	183	130	40,77%
b2:Readqui	63	63	-44,25%
b3:Perda	63	56	12,50%
REGISTO CRIMINAL			
Emissão de Certificados	151,981	1,224	12316,75%
TOTAL	759,111	427,845	77,43%

- Reduzido o período da emissão de certificados de registo criminal de 30 para o prazo de 3 dias, relativamente à data de recepção dos pedidos na Repartição Central do Registo Criminal;
- Registadas 59 Confissões Religiosas e 14 Organizações afins, elevando-se para 703 o número de Confissões Religiosas inscritas e para 144 de Organizações afins;

- Divulgados os dispositivos legais sobre o casamento tradicional e religioso respectivamente, no âmbito da entrada em vigor do novo Código de Registo Civil, em 8 províncias;
- Realizado o seminário sobre Processo Civil, Insolvência e Recuperação de Empresas, com participação de delegados dos Países de Língua Oficial Portuguesa no qual participaram advogados, juizes e técnicos nessa matéria;
- Institucionalizado o Conselho de Coordenação da Legalidade e Justiça através do Decreto Presidencial n. º25/2005, de 27 de Abril;
- Reactivadas as Comissões Provinciais de Controlo da Legalidade;
- Retomado o processo de formulação da Visão e conseqüente reformulação do Plano Estratégico Integrado, no contexto da definição de uma estratégia de desenvolvimento integrado do Sector da Justiça;
- Iniciado o processo da concepção e estabelecimento de um Sistema Harmonizado de Monitoria e Avaliação
- Formação de:
 - 40 Magistrados Judiciais e do Ministério Público;
 - 60 oficiais de Justiça;
 - 82 Magistrados participantes em vários cursos de capacitação nas áreas do Direito Penal, Direito de Terra, Direito de Consumo e sobre a técnica de mediação e resolução de conflitos;
 - 50 técnicos do Tribunal Administrativo, designadamente auditores (Contadores Verificadores Superiores e Técnicos);
 - 64 técnicos sobre o SISTAFE;
- No âmbito de recrutamento e promoção de pessoal:
 - Nomeação de 14 Magistrados Judiciais e 23 magistrados do Ministério Público;
 - Nomeação do Inspector-geral e Inspector-geral adjunto da Inspeção do Ministério Público;
 - Nomeação de 167 funcionários para o aparelho judicial;
 - Iniciado os procedimentos para a nomeação de 302 funcionários, dentre os quais 13 juristas que, no âmbito da reforma do judiciário, irão exercer as funções de administradores judiciais;
 - Formação e nomeação de 450 guardas prisionais;
 - Iniciado os procedimentos para a nomeação de 30 juristas para o Ministério da Justiça.
- Formulada a Lei que regula o funcionamento do Conselho de Estado;

- Submetida à apreciação da Assembleia da República a proposta de Lei que regula o estatuto, procedimentos e organização do Provedor da Justiça;
- Submetida à Assembleia da República, a proposta da reforma da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais que integra um pacote mais vasto de novos projectos legislativos ou de revisão de diplomas já existentes, relacionados com o tema da administração da justiça e visando criar mecanismos para tornar a justiça mais próxima dos cidadãos, mais acessível, mas também mais eficiente e transparente;
- Concluído o Projecto de Lei Orgânica do Ministério Público e do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público;
- Formulado o Projecto de Lei Orgânica dos Tribunais Comunitários;
- Aprovado o Código de Processo Civil, através do Decreto-Lei de 27.12.05, que simplifica os procedimentos, dita uma marcha de processo desburocratizada e simplificada, de forma a que os procedimentos cautelares respondam ao seu carácter urgente e confira efectividade às mesmas;
- Aprovado o novo Código Comercial orientado para estimular o desenvolvimento e a expansão do sector empresarial, um dos vectores essenciais no desenvolvimento da economia nacional e na criação de postos de emprego;
- Elaborado o Projecto de Reforma do Código de Registo Comercial visando a simplificação dos procedimentos do Registo;
- Elaborado o projecto de Decreto-lei do Código do Notariado, que adopta formalismos mais flexíveis para a realização de certos actos e celebração de certos contratos;
- Formulado o projecto de emendas pontuais ao Código Civil e Lei do Inquilinato;
- Formulado o projecto de lei de Liberdade Religiosa;
- Aprovado o Decreto sobre a regulamentação da Lei de Combate à Corrupção que regulamenta a Lei nº 6/2004, de 17 de Junho, criando as condições para a entrada em funcionamento do Gabinete Central de Combate a Corrupção e para a criação dos Gabinetes Regionais em Maputo, Beira e Nampula;
- Aprovado o Decreto sobre o Quadro do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Revisto o quadro de pessoal do Tribunal Administrativo;
- Elaborado o Plano Trienal da Reforma prisional que inclui:

- Diploma que cria os Serviços de Administração Prisional, a definição de mecanismos de transição do pessoal prisional do Ministério do Interior para o Ministério da Justiça;
- Inventário classificado do património do Sistema Prisional;
- As infraestruturas prisionais e edificação de novas, a Lei da organização prisional e a reforma da legislação atinente a execução das penas;
- Continuada a reabilitação das Penitenciárias Agrícolas de Mabalane, Penitenciária de Manica e da Penitenciária Industrial de Nampula, e está na fase conclusiva a construção do Centro Prisional de Matutuine, numa acção que permitirá a expansão em 1.500 a capacidade instalada;
- Construída a Conservatória do Registo Civil de Manica;
- Realizadas as obras de Construção da Conservatória do Registo Civil de Metangula, estando na fase de conclusão;
- Reabilitados os edifícios do 3º e 4º Cartórios Notariais em Maputo e do Ministério da Justiça.
- Construído o novo edifício do Tribunal Judicial do Distrito da Moamba.
- Desenvolvido um Software para dar maior celeridade no envio electrónico das impressões digitais, processo cuja implementação iniciará no primeiro trimestre de 2006, em todas as províncias, à excepção de Inhambane e Gaza, por razões técnicas;
- Iniciado o processo de estabelecimento de um sistema de gestão e monitoria integrada;
- Iniciada a implementação e informatização dos serviços de registos e notariado, com o objectivo de eliminar a duplicação de registo de firmas na área do Registo Comercial, criação de base de dados que permita melhor segurança na identificação dos cidadãos e maior celeridade na oferta de serviços ao público;
- Iniciado o processo de informatização dos Serviços do Tribunal Administrativo, nomeadamente, o edifício Sede, o da Conta Geral do Estado e o da área da verificação interna de Contas e Auditoria Financeira;
- Informatizada a base de dados para a gestão processual, pessoal e entidades, para a área do Visto e Contas;
- Entrada em funcionamento do Gabinete Central e de três gabinetes regionais de Combate à Corrupção;
- Revitalizadas as Comissões Provinciais do Controlo da Legalidade;
- Instalados os Serviços de Inspeção do Ministério Público;

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

- Emitido o Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2004;
- Apreciadas as contas públicas e dos processos de visto;
- Realizadas auditorias.

C. CONTROLO DA LEGALIDADE

Para o ano 2005, o plano de actividades contemplava as seguintes actividades:

O reforçar e a garantia da protecção e segurança de pessoas; a expansão do programa de policiamento comunitário, a elaboração da política e estratégia de segurança interna; a construção e reabilitação de infra-estruturas e a introdução o passaporte biometrico.

Neste âmbito, a PRM intensificou acções de patrulhamento e de educação cívica em todas cidades e vilas, localidades e bairros, através das Polícias Populares e de Trânsito.

- Foram criados, pelos comandos provinciais, 366 novos conselhos de policiamento comunitário totalizando 1255 fóruns contra 889 registados no final do ano 2004.
- Foram realizadas 3845 campanhas de educação cívica aos utentes da via pública, bem como automobilistas peões e ciclistas através de reuniões nas escolas, empresas, bairros e outros locais de aglomeração populacional, com vista à redução de índices de mortalidade por acidentes de viação⁷.
- Em curso a construção de Direcção de Identificação Civil de Inhambane e Comandos Distritais de Muembe, Meluco e Nicoadala. Em fase de preparação para o inicio das obras se encontram o Comando de Bombeiros de Tete, Comando Distrital de Mossuril e Direcções de Identificação de Cabo Delgado e Sofala; serviços provinciais de Migração de Tete e Comando Distrital de Chigubo.
- Concluída a reabilitação da Escola Prática da Polícia de Matalane e em fase de conclusão a reabilitação da Cadeia Civil de Maputo.
- Em preparação a reparação do Comando da Polícia de Investigação Criminal de Maputo, laboratório da Polícia de Investigação Criminal de Nampula e a Cadeia de Máxima Segurança (BO).
- Contactos com empresas especializadas, no âmbito da introdução do passaporte biométrico.

⁷ Os indicadores referentes ao ano de 2005 são ainda estimativas, uma vez que entre Janeiro e Março de 2006 os dados poderão ser actualizados.

V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA

Para o conjunto dos países africanos, 2005 foi considerado como o ano de grandes oportunidades onde foi reafirmada a vontade da comunidade internacional de redobrar seus esforços para a redução, pela metade, da pobreza no mundo até 2015, com particular ênfase para a África Sub-Sahariana.

Neste contexto, foi anunciado o cancelamento da dívida externa de 14 Países Pobres, incluindo Moçambique, e existe um interesse cada vez maior de os países desenvolvidos duplicarem, até 2010, a sua assistência para os países em desenvolvimento para um valor de cerca de USD 50 biliões, sendo a metade daquele montante destinado a África, o que evidencia a cooperação internacional para o combate a pobreza.

No âmbito do reforço da cooperação bilateral o destaque vai para a realização das seguintes acções:

- Visitas oficiais e de trabalho efectuadas pelo Chefe de Estado às Repúblicas de Angola, África do Sul, Botswana, Zimbabwe, Zambia, Malawi, Tanzania e ao Reino da Swazilândia, que reforçaram as relações de amizade e cooperação entre Moçambique e esses países da SADC e culminaram com:
 - A assinatura de Acordos de Supressão de Vistos com todos os países limítrofes com excepção do Zimbabwe. Estes acordos visam a facilitação da circulação de pessoas no contexto do Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na Região da SADC;
 - A assinatura do contracto e o lançamento da 1ª pedra para a construção da Ponte de Unidade sobre o Rio Rovuma;
- Visita do Chefe de Estado a Portugal que culminou com a assinatura do Memorando de Entendimento referente a passagem da Hidroeléctrica de Cabora Bassa em 85% do capital para Moçambique e os 15 % remanescentes para Portugal;
- Realização de Sessões de Comissões Mistas de Cooperação com as Repúblicas de Angola, África do Sul, Brasil, Cuba, Zâmbia, Reinos da Espanha e Swazilândia;
- Mobilização de apoios ao Orçamento do Estado que resultou no aumento de parceiros de 15 para 17;
- Financiamento a projectos de impacto imediato às populações, como são os casos de reabilitação de escolas, centros de saúde, entre outros;

No contexto das Relações Multilaterais, o destaque vai para a participação de Moçambique em vários *fora* regionais e internacionais:

- Participação em *fora* internacionais no âmbito das reformas do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- Mobilização de fundos para a aplicação em projectos seleccionados;
- Participação em cimeiras da SADC, União Africana, Nações Unidas, G-77+China e NEPAD;
- Negociações com vista ao perdão da dívida externa e mobilização dos recursos sustentáveis à redução da pobreza absoluta no País.

Com o objectivo de assegurar a promoção e aplicação do Direito Internacional sobre as Convenções e Tratados nas quais Moçambique é parte integrante e membro de pleno direito, o país participou em vários fora internacionais, a destacar:

- Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal;
- 7ª Cimeira Internacional sobre o Crime Transnacional;
- Seminário Regional sobre o Direito Internacional Humanitário;
- Forum Global de Combate à Corrupção;
- 67ª Sessão da Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;
- Reunião da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.

Destaca-se ainda em 2005:

- A assinatura do Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na Região da SADC e nomeação de moçambicanos para o executivo da SADC;
- A decisão dos parceiros de desenvolvimento reforçarem a cooperação com NEPAD através da oferta de um apoio coerente aos programas definidos pelos líderes africanos, e da mobilização de recursos financeiros domésticos e externos;
- A determinação de assegurar a realização plena e no prazo estabelecido dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e, de galvanizar os esforços com vista à erradicação da pobreza.

No âmbito de assistência às comunidades moçambicanas na diáspora foram realizadas as seguintes acções:

- Visitas de trabalho e contacto com as Comunidades na África do Sul, Swazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Portugal, com o objectivo de acompanhar as actividades das Associações de moçambicanos na

Diáspora, apoiar e aconselhar para o seu melhor funcionamento, igualmente trabalhou-se com as autoridades dos países acolhedores de grande concentração de moçambicanos emigrantes com vista a encontrar entendimentos nos processos de repatriamento de cidadãos nacionais em situação ilegal;

- Criação de um Programa radiofónico do Emigrante denominado “Moçambicanos na Diáspora”, em Português na Emissora Nacional-Rádio Moçambique, visando moçambicanos emigrantes particularmente nos países vizinhos na transmissão de informações relevantes da vida política económica e social do País.
- Apoio às Associações de emigrantes e início do processo do seu reconhecimento (legalização) junto das autoridades dos países de acolhimento;
- Assistência consular às Associações e emigrantes.

No âmbito da operacionalização da estratégia da política externa, o Governo desencadeou um conjunto de acções orientadas para a promoção e defesa dos interesses de Moçambique nos organismos internacionais e nas regiões geopolíticas do mundo, nomeadamente, (i) Ásia e Oceânia, (ii) África e Médio Oriente, (iii) Europa e (iv) Américas. Das acções desencadeadas pelo Governo, neste âmbito, resultaram, entre outros, no:

- Reforço das relações de amizade e de cooperação junto de parceiros internacionais estatais e não estatais;
- Disseminação de informação sobre oportunidades e clima de investimentos em Moçambique;
- Negociações para o perdão da dívida externa;
- Mobilização de recursos e meios para acções de desenvolvimento e combate à pobreza absoluta;
- A promoção da imagem de Moçambique nos planos regional e internacional;
- Desenvolvimento de acções de Prevenção e Gestão de Conflitos, de Manutenção e Consolidação da Paz e Segurança Regionais;
- Promoção da candidatura de Moçambique para o acolhimento do CAN 2010;
- Promoção de quadros moçambicanos para a sua integração em Organizações regionais e Internacionais;
- Promoção da Agenda Nacional no sistema das Nações Unidas.

Tendo em conta a celebração de acordos de supressão de vistos com a maior parte dos países da região austral da África, e tendo em conta a racionalização das missões diplomáticas e consulares, o Governo iniciou igualmente uma acção de racionalização das missões diplomáticas e consulares, com vista a uma melhor utilização dos recursos disponíveis e das oportunidades de cooperação, de acordo com as prioridades actuais da política externa.

No âmbito das acções realizadas para o prosseguimento das negociações sobre a delimitação da fronteira marítima e reafirmação das fronteiras continentais com os países vizinhos, destacam-se:

- Levantamentos para o apuramento da situação da fronteira entre Moçambique e África do Sul, no distrito de Matutuine;
- Pesquisas e recolha de informação sobre o ponto de situação da Fronteira Continental nas Províncias de Tete⁸, Manica⁹ e de Gaza¹⁰, para a reafirmação das Fronteiras Continentais da República de Moçambique com a República da África do Sul, República do Zimbabwe, da Zâmbia e do Malawi.

No âmbito da **Defesa** foram realizadas as seguintes actividades:

- Reabertura do Centro de Instrução Básica Militar de Montepuez, o segundo no país;
- Participação em missões de manutenção da paz tanto sob a égide da União Africana como das Nações Unidas na República Democrática do Congo, Burundi e Sudão;
- Enviados para diferentes países 10 militares entre Oficiais e Observadores, para formação em matéria de Manutenção da Paz;
- Reforçada a cooperação internacional na área militar, sobretudo com a China, Estados Unidos da América, Portugal, Reino Unido e com os países membros da SADC e CPLP, o que resultou entre outros aspectos no seguinte:
 - Formação de um batalhão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique para missões de apoio à paz;

⁸ “Marco Tripartido” que serve de Fronteira entre Moçambique-Zâmbia- Malawi; Posto fronteiriço de Namilamba; Posto de Travessia de Colomue; Posto fronteiriço de Cuchamano; Marcos que se situam ao longo dos troços fronteiriços.

⁹ Posto fronteiriço de Machipanda; Posto fronteiriço de Masvissanga; Posto fronteiriço de Espungabera; Posição de Guarda Fronteira de Mudododo (Penhalonga); Posição de Guarda fronteira de Zónue.

¹⁰ Povoação fronteiriça de Chale; Povoação fronteiriça de Dumela; Posto fronteiriço de Pafuri; Povoação Fronteiriça de Mabuzana.

- Implantação de dois Gabinetes de Aconselhamento e Testagem Voluntária (GATV), nas cidades da Beira e Nampula e de um Hospital-Dia no Hospital Militar do Maputo;
- Reabilitação das infra-estruturas da Academia Militar Marechal Samora Machel;
- Participação nas actividades conducentes à criação da Brigada regional da SADC no quadro da criação da Força Africana em Estado de Alerta, na Missão de Observadores da SADC para as eleições gerais na República Unida da Tanzânia, na 26ª Sessão ordinária anual do Comité Inter-Estatal de Defesa e Segurança e na 7ª Reunião do Comité Ministerial do Órgão da SADC para Questões Políticas, de Defesa e Segurança;
- Realização da VIII Reunião dos Ministros da Defesa dos Países da CPLP, em Maputo;
- Reabilitação, apetrechamento e entrada em funcionamento da Academia Militar em Nampula;
- Participação em missões humanitárias com destaque para o apoio às populações na travessia do rio Zambeze, Caia-Chimuará e nas acções de desminagem nos distritos de Chókwe e de Matutuíne, nas Províncias de Gaza e Maputo;
- Incorporação de 1.200 jovens para as fileiras das FADM. Para além destes foram também incorporados mais 2.155 jovens. De referir que dos 1.896 jovens incorporados no ano 2003 1.225 passaram à disponibilidade;
- Foram convocados às Provas de Classificação e Selecção (PCS's) 15.110 mancebos dos quais 3.020 do sexo feminino e 12.090 do sexo masculino. Do contingente convocado, fizeram-se presentes 6.302 mancebos de ambos sexos e 8.808 estão na condição de compelidos;

Das acções complementares, importa destacar o seguinte:

- Formação de 76 educadores de pares nas Unidades Militares bem como de 33 Técnicos de Saúde de todas Unidades Militares das zonas Norte, Centro e Sul em matéria do Pacote Clínico (diagnóstico e tratamento das DTS);
- Formação de 20 Conselheiros Militares para os Gabinetes de Aconselhamento e Testagem Voluntária bem como de 3 Médicos em matéria do Tratamento com Anti-retrovirais e seguimento dos doentes padecendo do SIDA;
- Pulverização do Centro de Instrução Básica Militar da Manhiça, Hospital Militar de Maputo e do Quartel de Boane; e

- Realização de acções no tocante a promoção das actividades de logística de produção em Gaza, Projecto Agro-Pecuário de Chókwè; Tete, Projecto Agro-Pecuário de Tete; Niassa, Projecto Agro-Florestal de Unango, e, Zambézia, Projecto Agro-Pecuário de Mopeia.

VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento de Estado no ano de 2005, iniciou com a recondução do Orçamento de 2004. **A política orçamental** continuou a orientar-se para o alcance dos objectivos estabelecidos no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, manutenção de um desenvolvimento económico e social sustentável e aumento da disponibilidade e utilização cada vez mais racional dos recursos públicos, com vista a permitir uma melhoria do ambiente económico e maior competitividade da nossa economia com o exterior.

No âmbito das reformas do sector público e da descentralização administrativa e financeira do Estado, destacam-se como medidas de política relevantes, a implementação do e-SISTAFE no Ministério das Finanças, da Educação e Cultura, e, da Planificação e Desenvolvimento, bem como a adopção de novas medidas para a racionalização das despesas públicas, a aprovação, do novo Regulamento de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, e que visa a implementação de um sistema moderno de procurement de acordo com as melhores práticas internacionais.

No âmbito da cooperação bilateral e multilateral, estreitou-se o estabelecimento de parcerias de desenvolvimento eficaz, baseada no empenho, confiança e respeito mútuos com os diferentes parceiros do Governo. Estas relações consubstanciaram-se fundamentalmente no comprimento das contribuições financeiras dos parceiros ao Orçamento do Estado com vista à implementação de políticas macro-económicas e sociais nas diversas esferas de desenvolvimento em Moçambique.

A execução do Orçamento do Estado em 2005, de Janeiro até Maio, decorreu sob a forma de recondução orçamental.

O Orçamento do Estado para 2005, previa a cobrança de 22.226,0 mdc de receita do Estado, sendo 21.544,0 mdc de receitas correntes e 682,0 mdc de receitas de capital. Por outro lado, foram fixadas despesas, excluindo operações financeiras, num montante global de 41.605,0 mdc, das quais 22.604,0 mdc correntes e 19.001,0 mdc de investimento. Os empréstimos líquidos foram fixados em 5.178,0 mdc.

Em termos de execução, os dados apresentados no presente balanço são ainda provisórios.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

ORÇAMENTO DO ESTADO - 10 ⁹ MT	Lei 2004	LEI 2005	Realizado 2005	Taxa de Realização	cres 2004/05
DESPESA:	33,739	46,783	37,485	80.1%	11.1
Despesa Corrente	19,270	22,604	21,682	95.9%	12.5
Despesa de Investimento	14,332	19,001	13,802	72.6%	-3.7
Empréstimos a Empresas (líquido)	137	5,178	2,001	38.6%	1360.5
FINANCIAMENTO:	33,739	46,783	37,485	80.1%	11.1
Receita	17,811	22,226	21,618	97.3%	21.4
Donativos	10,948	11,804	11,194	94.8%	2.2
Transf. BM HIPC	329	398	358	89.9%	8.8
Crédito Externo	4,987	8,692	5,214	60.0%	4.6
Crédito Interno Líquido	-336	3,663	-899	-24.5%	167.4

A execução das receitas do Estado situou-se em 21.618.0 mdc correspondente a 97,3% do valor programado na Lei Orçamental. Comparativamente ao exercício de 2004, esta cobrança representa um crescimento de 11,1%. Deste valor 17.385,0 são referentes às receitas fiscais, sendo de destacar para esta categoria de receitas, os impostos sobre o comércio externo onde se alcançou uma realização de 102,6%.

Nas receitas fiscais, o incumprimento deveu-se fundamentalmente ao facto de:

- Algumas das empresas terem declarado prejuízos;
- A proliferação do mercado informal que em grande medida diminui as vendas do sector formal;
- A crescente manobra de vendas sem a respectiva emissão de facturas por parte da maioria dos contribuintes no Mercado;
- Algumas das grandes empresas têm vindo, sistematicamente, a reportar crédito devido à investimentos e grandes aquisições realizados no exercício em análise, tendo o IVA suportado ultrapassado o liquidado;

Destaca-se também a Taxa sobre os Combustíveis cujo plano estava fixado em 1.982,9 mdc. Foram cobrados 1.805,7 mdc, o correspondente a 91,1%, devido, de entre outras razões, a não actualização regular das taxas sobre os combustíveis, com o objetivo de minimizar o impacto da subida dos preços no mercado interno, em resultado da subida galopante dos preços no mercado internacional. Contudo, comparativamente a 2004, a cobrança da Taxa sobre os Combustíveis registou um aumento de 8,9% em termos nominais.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Receita do Estado - 10 ⁹ MT	Lei 2004	LEI 2005	Realizado 2005	Taxa de Realização	cres 2004/05
RECEITAS CORRENTES	17,753	21,544	20,494	95.1%	15.4
RECEITAS FISCAIS	16,692	18,409	17,385	94.4%	4.1
Impostos sobre o Rendimento	3,860	4,694	4,431	94.4%	14.8
Impostos sobre Bens e Serviços	8,242	9,520	9,068	95.3%	10.0
Impostos sobre o Comércio Externo	2,421	2,765	2,816	101.9%	16.3
Outros Impostos	2,169	1,430	1,070	74.8%	-50.7
RECEITAS NAO FISCAIS	787	1,388	859	61.9%	9.2
RECEITAS CONSIGNADAS	274	1,747	1,543	88.3%	463.0
RECEITAS PROPRIAS			707		
RECEITAS DE CAPITAL	58	682	1,124	164.8%	1837.4
TOTAL	17,811	22,226	21,618	97.3%	21.4

A execução das Despesas Correntes incluindo os encargos da dívida atingiu 21.682,0 mdc. Esta execução enquadra-se nos limites das despesas correntes fixadas pela lei orçamental em 22.604,0 mdc.

Despesa Corrente - 10 ⁹ MT	Lei 2004	LEI 2005	Realizado 2005	Taxa de Realização	cres 2004/05
Despesas com Pessoal	9,165	11,045	10,947	99.1%	19.4
Bens e Serviços	4,193	5,308	4,853	91.4%	15.7
Encargos da Dívida	1,228	1,284	1,314	102.4%	7.0
Transferências Correntes	3,611	4,003	3,700	92.4%	2.5
Subsídios	193	222	222	100.1%	15.0
Outras Despesas Correntes	692	603	510	84.5%	-26.3
Exercícios Findos	120	0			
Despesas de Capital	68	140	136	97.4%	100.0
TOTAL	19,270	22,604	21,682	95.9%	12.5
TOTAL EXCL. ENC. DA DÍVIDA	18,042	21,321	20,368	95.5%	12.9

As despesas de investimento situaram-se em 13.802,0 mdc, sendo 4.934,0 mdc para a componente interna e 8.868, mdc para a componente externa, correspondendo em 72,6% do valor Total previsto pela Lei Orçamental. Por outro lado, esta cifra representa um decréscimo nominal na ordem dos 3,7% relativamente ao ano anterior. De notar, que este é o segundo ano consecutivo em que a realização desta componente vem ficando aquém das previsões. Em 2004 a taxa de realização foi de aproximadamente de 90%.

O baixo nível de realização foi influenciado, fundamentalmente, pela aprovação tardia do Orçamento do Estado.

Despesa de Investimento - 10 ⁹ MT	Lei 2004	LEI 2005	Realizado 2005	Taxa de Realização	cres 2004/05
Financiamento Interno	4,126	5,763	4,934	85.6%	19.6
Financiamento Externo	10,206	13,239	8,868	67.0%	-13.1
Donativos		7,576			
Créditos		5,662			
TOTAL (Ano Civil)	14,332	19,001	13,802	72.6%	-3.7

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

QUADRO ORÇAMENTAL GLOBAL

O programa orçamental para 2005 aprovou a arrecadação de um volume de receitas na ordem dos 22.226 mdc e um volume de despesa total incluindo os empréstimos líquidos de 46.783,0 mdc, sendo que cerca de 45% da despesa total seria financiada por recursos externos.

A taxa de execução das receitas totais situou-se em 97,3%, o que traduz um crescimento nominal em relação a 2004 de 21,4%.

Quadro Orçamental - 10 ⁹ MT	Lei 2004	LEI 2005	2005	Taxa de Realização	cres 2004/05
RECEITA	17,811	22,226	21,618	97.3%	21.4
DESPESA CORRENTE	19,270	22,604	21,682	95.9%	12.5
DESPESA DE INVESTIMENTO	14,332	19,001	13,802	72.6%	-3.7
EMPRÉSTIMOS LIQUIDOS	137	5,178	2,001	38.6%	1360.5
DESPESA TOTAL	33,602	41,605	35,484	85.3%	5.6
DESPESA TOTAL E EMPRESTIMOS LIQUIDOS	33,739	46,783	37,485	80.1%	11.1
SALDO CORRENTE	-1,459	-378	-65	17.0%	-95.6
DÉFICE GLOBAL ANTES DE DONATIVOS	-15,928	-24,557	-15,867	64.6%	-0.4
DONATIVOS	10,948	11,804	11,194	94.8%	2.2
DÉFICE GLOBAL APÓS DONATIVOS	-4,980	-12,753	-4,673	36.6%	-6.2
TRANSFERÊNCIA DO BM A HIPC	329	398	358	89.9%	8.8
CRÉDITOS	4,987	8,692	5,214	60.0%	4.6
Desembolsos	5,745	7,803	5,948	76.2%	3.5
Amortizações	-758	-889	-734	82.6%	-3.2
CRÉDITO INTERNO LÍQUIDO	-336	3,663	-899	-24.5%	167.4

No que se refere a absorção interna, registou-se um nível de execução da despesa na ordem de 96.0% tendo a taxa de execução da despesa de investimento se situado em 72.6%, o que representa um decréscimo em termos nominais na ordem dos 3,7% face ao ano anterior.

EXECUÇÃO DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS DO PARPA

Em 2005, foram aprovados 26.814 mdc para as áreas prioritárias do PARPA, dos quais 68,9% destinados às instituições de âmbito central e 31,1% às instituições de âmbito provincial.

Em termos globais, em 2005, a taxa de execução da despesa programada de Janeiro à Setembro situou-se em 15.006 mdc, sendo os sectores da Educação, Infra-estruturas, Saúde, Segurança e Ordem Públicas os maiores responsáveis por esta execução, respectivamente com 40,7%, 24,1%, 20,6% e 15,2%, como se pode observar no quadro a seguir.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL DE 2005

Quadro 1: Despesa nas Áreas Prioritárias do PARPA (milhões de contos)

Em Milhoes de Contos	2004	2005	
	RE	Lei	Real. Jan-Set
DESPESA TOTAL	29,208.0	46,783.4	14,161.0
Juros da Dívida Pública	1,228.0	1,283.7	1,004.0
DESPESA TOTAL EXCLUINDO JUROS DA DÍVIDA	27,980.0	45,499.7	13,157.0
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	17,601.0	26,814.0	15,006.0
Em percentagem do PIB	14.0	17.5	9.8
Em percentagem da despesa total	60.3	57.3	106.0
Em percentagem da despesa total excluindo juros da dívida pública	62.9	58.9	114.1
EDUCAÇÃO	6,092.0	7,639.0	5,360.0
ENSINO GERAL	5,203.0	6,447.0	4,768.0
ENSINO SUPERIOR	889.0	1,192.0	592.0
SAÚDE	3,205.0	5,110.0	2,704.0
HIV/SIDA	116.0	268.0	157.0
INFRASTRUTURAS	3,224.0	7,534.0	3,176.0
ESTRADAS	2,574.0	5,703.0	1,978.0
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	650.0	1,831.0	1,198.0
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1,249.0	1,791.0	1,084.0
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	2,742.0	3,579.0	2,002.0
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	1,640.0	1,785.0	1,224.0
GOVERNAÇÃO ¹	426.0	739.0	236.0
SISTEMA JUDICIAL	676.0	1,055.0	542.0
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	973.0	893.0	523.0
ACÇÃO SOCIAL ²	183.0	258.0	135.0
TRABALHO E EMPREGO	118.0	133.0	82.0
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	672.0	502.0	306.0
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS			
EM % DO TOTAL DA DESPESA (excl. Juros da Dívida)			
EDUCAÇÃO	21.8	16.8	40.7
ENSINO GERAL	18.6	14.2	36.2
ENSINO SUPERIOR	3.2	2.6	4.5
SAÚDE	11.5	11.2	20.6
HIV/SIDA	0.4	0.6	1.2
INFRASTRUTURAS	11.5	16.6	24.1
ESTRADAS	9.2	12.5	15.0
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	2.3	4.0	9.1
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	4.5	3.9	8.2
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	9.8	7.9	15.2
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	5.9	3.9	9.3
GOVERNAÇÃO	1.5	1.6	1.8
SISTEMA JUDICIAL	2.4	2.3	4.1
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	3.5	2.0	4.0
ACÇÃO SOCIAL	0.7	0.6	1.0
TRABALHO E EMPREGO	0.4	0.3	0.6
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	2.4	1.1	2.3

No quadro da implementação da **Lei dos Órgãos Locais do Estado**, no Orçamento do Estado, as componentes orçamentais vão gradualmente sendo desconcentradas para os órgãos locais do Estado, em particular para os distritos como pólos de desenvolvimento do País. Em 2005, o Governo iniciou este processo através da descentralização para o Distrito da componente despesas de funcionamento.

Por outro lado, no exercício de 2005, o Orçamento do Estado foi elaborado e executado em ambiente do e-SISTAFE, e com base em procedimentos do novo Sistema de Administração Financeira.

A par destes desenvolvimentos, a recondução do Orçamento do Estado de 2004 até Maio de 2005 trouxe maiores desafios na gestão do Orçamento do Estado para 2005, destacando-se os seguintes:

- Regularização da execução orçamental feita no 1º. Semestre com base no sistema anterior e posteriormente integrado no ambiente do e-SISTAFE;
- Formação dos funcionários utilizadores do novo sistema de gestão orçamental, ao nível central e provincial;
- Criação e divulgação de novos procedimentos de gestão orçamental, compatíveis com o novo sistema.

Não se tratou apenas de experimentar novas regras e procedimentos de gestão e execução orçamental e de trazer para dentro do Orçamento do Estado novos actores de gestão orçamental, mas também, de fazer-se uma gestão de transição orçamental de 2004 para 2005.

Os dados de execução aqui apresentados referem-se ao período até Setembro. Com os resultados da execução até Dezembro, estas estimativas irão alterar uma vez que se trata de números preliminares.

Os resultados acima referidos, foram em grande medida possíveis de alcançar devido á implementação das seguintes medidas de política.

No âmbito da organização interna:

- Implantada a Direcção Geral da Administração Tributária dos Impostos. Com efeito, foram aprovados diversos diplomas, nomeadamente, o Decreto nº 14/2005 de 17 de Junho, que aprova o Estatuto do Funcionário da Administração Tributária dos Impostos, o Decreto nº 19/2005 que aprova o Regulamento do Procedimento de Fiscalização Tributária, e, ainda o Regulamento interno da Administração Tributária dos Impostos. Estima-se que até finais de Setembro, os serviços Centrais e Locais da DGI estejam em pleno funcionamento;
- Continuação da atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) aos contribuintes. Com efeito, em 2005 foram atribuídos cerca de 124.090 novos NUIT's sendo 121.446 à pessoas singulares e 2.644 à pessoas colectivas. No total, até 2005 foram atribuídos 295.086 NUIT's sendo 280.902 à pessoas singulares e 14.181 à pessoas colectivas;
- A aplicação do sistema de transferências automáticas diárias das receitas cobradas, para o Tesouro, não foi realizada porque, no âmbito do SISTAFE, as transferências de dinheiro cobrado pelas Recebedorias das Finanças para a Conta Única do Tesouro devem ser acompanhadas da classificação da receita o que implica a alteração de alguns procedimentos técnicos. Com efeito, no ano em causa foram realizados

trabalhos necessários para permitir brevemente a realização dessas transferências;

- No âmbito da consolidação do funcionamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Tributário, com o objectivo de melhor capacitação dos funcionários da Administração Tributária visando a melhoria do atendimento dos contribuintes, foram realizadas várias acções de formação em matéria de novos impostos e demais legislação fiscal;
- Realização de pesquisas para o redimensionamento identificação de novas áreas fiscais. Com efeito, foi definido o redimensionamento das áreas fiscais da Cidade de Maputo e identificadas novas áreas nas províncias de Nampula, Tete, Sofala e Maputo.
- Criação do Serviço de Informação ao Contribuinte na Cidade de Maputo visando proporcionar maior informação e comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais;
- No âmbito da Implementação da Legislação específica que regula o funcionamento da Direcção Geral da Administração Tributária dos Impostos, foram aprovados os seguintes dispositivos legais:
 - Estatuto dos Funcionários dos Tribunais Fiscais, Carreiras e Qualificadores dos Magistrados dos Tribunais Fiscais através do Decreto nº 48/2005, de 22 de Novembro;
 - Lei que cria a Autoridade Tributária de Moçambique;
 - Lei Geral Tributária;
- Introdução de um novo sistema informático de cobrança de receitas Sistema Interino de Cobrança de Receitas (SICR), com vista a melhoria da gestão e simplificação de procedimentos na prestação de serviços pela Administração Tributária aos contribuintes;
- Relativamente a autonomização dos Tribunais Aduaneiros:
 - Aprovados os orçamentos, para os Tribunais Aduaneiros da Cidade de Maputo, Sofala e Nampula.
 - Submetidas ao Conselho Superior da Magistratura, as propostas de nomeação de Juizes Profissionais e de Juizes Presidentes para os Tribunais Aduaneiros da Cidade de Maputo, Sofala e Nampula;
- Criadas infra-estruturas físicas para a instalação provisória dos Tribunais Aduaneiros da Cidade de Maputo, Sofala e Nampula, bem como para os Cartórios Aduaneiros de Tete, Quelimane e Manica;
- Actualização dos dados do inventário do Património do Estado referentes aos anos 2003 e 2004;
- Em curso a análise e correção dos dados do sistema informático do Cadastro e Inventário do Património do Estado, com vista à criação de

condições e mecanismos para assegurarem a fiabilidade da elaboração do inventário de 2005 e subsequentes;

Fiscalização Aduaneira

Aplicação de novos procedimentos relativos ao trânsito internacional:

- Iniciadas conversações com os países vizinhos, priorizando-se devido a dimensão do tráfego, negociações com as autoridades Sul Africanas. O propósito final é o da troca de informação de forma contínua e digital sobre o movimento de trânsito. Tem havido encontros regulares entre os dois países, dos quais já ficou decidido que a implementação deste projecto ocorrerá em 2006. A plena realização desta actividade ficou condicionada a agenda de trabalho dos parceiros do país vizinho.

As discussões estão agora centradas na harmonização do modelo documental a ser utilizado, pois se pretende que seja o mesmo para os dois países. Posteriormente, seguir-se-á a fase de informatização, na qual se deverá decidir pelo aplicativo à ser usado e pela forma como será feita a troca de informação entre os dois países. A fase mais avançada do projecto será a sua extensão aos outros países membros da SADC, após implementação bem sucedida com a RSA.

Intensificação das operações anti-contrabando em todas as regiões do país:

- Foram realizadas diversas operações anti-contrabando nas regiões sul, centro e norte, que culminaram com a apreensão de mercadorias tais como óleo alimentar, açúcar, vestuário, bebidas alcoólicas, viaturas, estimadas em 105,655 mdc e que resultaram numa receita adicional na ordem dos 27,496 mdc.
No segundo semestre intensificaram-se estas operações especificamente nas áreas de combate ao contrabando de drogas, falsificação de manifestos de carga, descaminho de viaturas e exportações ilícitas, com resultados expressivos em termos de apreensões e ainda com um efeito persuasivo bastante forte, desencorajando tais práticas.

Implementação da Rede Nacional das Alfândegas - RENA e comunicações em VSAT:

- As Alfândegas de todas as Províncias já se encontram interligadas, estando-se presentemente a trabalhar na melhoria da qualidade do fluxo de informação com recurso a RENA que já interliga as principais fronteiras e terminais aduaneiras do país.

Realização de auditorias pós-desembaraço aduaneiro:

- Seleccionados e formados 23 funcionários para constituírem as equipas de auditorias pós-desembarço. Durante o ano, foram realizadas auditorias experimentais, a título de formação prática, cujos resultados são indicativos da pertinência desta actividade. Os auditores entrarão em funções em 2006.

Sobre a implantação de scanners nos principais portos e terminais do país e criação de um porto-seco em Ressano-Garcia:

- Lançado um concurso público internacional para a contratação de um operador de scanners, tendo já sido seleccionada uma empresa para o efeito. Presentemente, e em virtude da complexidade técnica que o dossier envolve, estão a decorrer negociações do contrato, esperando-se para o primeiro trimestre de 2006 a instalação dos scanners nos principais portos de Moçambique.
- Iniciadas negociações com a contraparte sul-africana e criadas equipas técnicas que estão a realizar estudos de viabilidade e de análise legislativa para o posterior lançamento do concurso.

Programa de educação dos Contribuintes para aderência voluntária ao cumprimento das obrigações fiscais:

- Produzidos diversos panfletos e distribuídos e colados em todas estâncias aduaneiras, explicando a necessidade de pagamento dos impostos devidos. Está, em preparação o lançamento de programas na televisão e campanhas de sensibilização junto das fronteiras de maior movimento.

Simplificação dos procedimentos aduaneiros:

- Implementação do Diploma Ministerial nº 262/2004 que aprova novas regras simplificadas de desembarço aduaneiro;
- Lançamento do Sistema de Envio Electrónico do Documento Único de Desembarço Aduaneiro, que teve a fase piloto na Alfândega de Maputo, prevendo-se para 2006, a efectiva aplicação desta metodologia de interacção entre as Alfândegas e os Despachantes Aduaneiros nas sedes das regiões centro e norte.

No âmbito da prevenção e combate ao HIV/SIDA:

- Formados em todas as províncias do País, pontos focais que têm desenvolvido trabalho de aconselhamento e de incentivo a testagem voluntária.

No que respeita as Infraestruturas:

- Iniciada a reabilitação do posto fronteiriço de Zóbuè ;
- Negociado com o Município de Tete, a obtenção de um terreno para a construção do Terminal Internacional Rodoviário. Espera-se ainda para 2006, o início das obras;
- Concluídas as obras de reabilitação e construção de residências em Mandimba, estando prevista para 2006, a construção de escritórios e habitação no Posto Fiscal de Namoto.
- Integrada a construção do complexo fronteiriço na Ponta do Ouro, o projecto de construção de uma Fronteira Comum de Paragem Única entre Moçambique e África do Sul, encontrando-se actualmente na fase de trabalho conjunto entre Grupos Técnicos dos dois países para a preparação do Memorando de Entendimento sobre Procedimentos a vigorar nos Postos Fronteiriços de Paragem Única entre Moçambique e RSA. Está também em curso, o projecto do edifício para escritórios e de instalações para o alojamento de todo o pessoal, prevendo-se a conclusão do projecto e o seu lançamento em 2006.
- Iniciada a segunda fase de construção do Complexo Residencial em Nacala, cuja conclusão está prevista para 2007.

No campo da Cooperação Internacional e Facilitação ao Comércio Legítimo:

- Desenvolvidos procedimentos aduaneiros simplificados e alinhados aos princípios da Convenção de Kyoto sobre a simplificação de procedimentos aduaneiros, com vista a responder as necessidades de implementação do Diploma Ministerial nº 262/2004 que aprova novas regras simplificadas de desembaraço aduaneiro.
- Aprovado o Regulamento de Implementação do Acordo de Comércio Preferencial entre Moçambique e Zimbabwe e o mesmo já se encontra em aplicação, tendo, em certa medida, dinamizado as trocas comerciais entre os dois países.
- No que respeita ao incremento da segurança trans-fronteiriça, foram já assinados Acordos de Cooperação e Assistência Mútua Técnico-Aduaneira com todas as Alfândegas dos países com os quais Moçambique partilha a fronteira, estando os mesmos na sua fase de implementação. A partir desses Acordos, os serviços de investigação e inteligência das Alfândegas de Moçambique têm beneficiado de informação útil e que conduz a recuperação de bens contrabandeados ou descaminhados, facilitando também informação quando solicitada pelos países vizinhos.
- Uniformizada a Nomenclatura do “Sistema Harmonizado de Codificação e Designação de Mercadorias” ao nível dos membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). A versão única e uniformizada foi

já remetida à Organização Mundial das Alfândegas (OMA), para sua homologação e reconhecimento, e conseqüente aplicação nos países da Comunidade. A próxima reunião da CPLP sobre esta matéria terá lugar em Abril de 2006 e debaterá a questão da unificação das Notas Explicativas.

VI. QUESTÕES TRANSVERSAIS

VI.1 DESMINAGEM

Clarificada uma extensão de 17.4 milhões de m², removidas e destruídas 31.282 minas e 1.182 engenhos não explodidos em 293 locais nas províncias de Inhambane, Sofala, Manica, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

A análise do trabalho realizado, constata melhorias no cumprimento das normas nacionais de desminagem e no aumento da produtividade como resultado da combinação de diferentes métodos de detecção de minas.

A par da formação de agentes de educação cívica, realizaram-se palestras de sensibilização em 10 escolas do distrito de Gorongosa, província de Sofala, abrangendo cerca de 6.500 pessoas e nos distritos de Cahora Bassa, Magoé e Chifunde, na província de Tete, beneficiando pouco mais de 4.000 pessoas entre professores, estudantes e a comunidade em geral.

O Governo continuou a desenvolver esforços para apoiar as vítimas e sobreviventes de minas por forma a melhorar a qualidade das suas vidas bem como reduzir a vulnerabilidade sócio-económica deste grupo e o reforço da sua auto-confiança. Na assistência a pessoas portadoras de deficiência na província da Zambézia, em coordenação com os parceiros, foi igualmente feita a reintegração socio-económica de 320 vítimas de minas, destacando-se a construção de casas, assistência médica e medicamentosa, treinamento em matéria de planificação e de gestão de pequenos negócios, formação vocacional em corte e costura, e, carpintaria, bem como a construção de uma alfaiataria para as vítimas de minas.

A implementação do programa permitiu a redução do impacto da presença de minas no país, aumentando as áreas livres de minas, colocando-as à disposição das populações e dos sectores económicos, para a condução de actividades económicas e sociais. Terras agrícolas, infra-estruturas, designadamente estradas, fontes de água, escolas, energia, e outras de carácter económico e social foram libertos do flagelo de minas. Em termos de sectores de actividade, beneficiaram da actividade de desminagem os sectores de agricultura, obras públicas, energia, educação, entre outros.

VI.2 REDUÇÃO DO IMPACTO DAS CALAMIDADES

O ano 2005 foi caracterizado por um período de inundações no início do ano, seguido de estiagem abrangendo sete províncias do Centro e Sul do país.

O Governo, para garantir a prontidão do país nos casos de ocorrência de calamidades, procedeu ao reajustamento do Plano de Contingência (PC), o qual foi orçado em USD 24 milhões para os perigos de Seca, Cheias e Ciclones. Em função da evolução dos cenários, o Plano foi sendo reajustado para cobrir cerca de 800 mil pessoas que constituíam o universo de afectados pela seca até finais de 2005.

Dada a situação de seca que assola as zonas Sul e Centro do País, equipas multisetoriais de monitoria trabalharam nos distritos e províncias de Maputo (4 distritos), Gaza (8 distrito) e Inhambane (3 distritos), com vista a garantir um acompanhamento na implementação dos diferentes planos de mitigação e prevenção ao nível da base, o que permitiu o reajustamento do Plano de Contingência 2004/5, com enfoque para os sectores da Agricultura, Água, Saúde e Obras Públicas.

Com o apoio de parceiros de cooperação, como PMA e FEWS NET foi feita a aquisição de 6 aparelhos GPS e feita a reprodução do material de sensibilização sobre o novo sistema de aviso de ciclones desde as bandeiras, panfletos A4 e desdobráveis. Ainda, como forma de potenciar os meios de alerta e aviso foram instalados rádios comunitárias em Govuro, Inhambane e Pebane na Zambézia, os quais têm a possibilidades de uso da Internet para acções de educação e avisos.

Contudo, o reajustamento do Plano de Contingência para a época chuvosa e de Ciclones 2005/6 indica a prevalência da situação de seca no país, prevendo-se assim cerca de 900 mil pessoas em risco, o que representa um aumento do número em cerca de 14%. Igualmente, prevê-se para 2006, o aumento do número da população em risco de cheias em 8%, enquanto que para ciclones, a subida será apenas de 0,17%.

VI.3 HIV-SIDA

O exercício que corporizou as realizações do Governo no ano de 2005 através do Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA (PEN) 2005-09, incidiu nas seguintes acções:

Capacitação Institucional do CNCS e Parceiros

- Descentralização de procedimentos e competências, conferindo poderes aos Governadores Provinciais para homologar o financiamento de projectos que sejam executados na respectiva província. O custo de implementação orçamentado para esta actividade não foi superior ao montante de 500.000.000,00 MT.
- Produção e divulgação do documento orientador do papel dos Governadores Provinciais na Resposta Nacional contra o HIV/SIDA, criando condições para a flexibilização do acesso aos recursos disponíveis, desenho e implementação da resposta a nível local baseadas na realidade sócio-cultural e económica de cada Província.
- No que diz respeito à facilitação de acções de formação contínua, nas áreas temáticas preconizadas pelo PEN II, e em questões relacionadas com os processos de gestão programática e financeira, incluindo monitoria, avaliação e *procurement* dirigido aos implementadores, a meta de 40 cursos, para cerca de 2000 beneficiários, foi cumprida em 100% com a realização de vários módulos dos cursos de formação na elaboração dos planos sectoriais provinciais e distritais, integração do HIV/SIDA nos planos sectoriais, gestão financeira para as organizações implementadoras, procedimentos de aquisição de bens e serviços, monitoria dos programas de combate ao HIV/SIDA ao nível local, bases para a elaboração de programas sustentáveis. Esta acção resultou no aumento do número de subprojectos em implementação, de 674 em 2004 para 1285 em 2005.
- Abrangidos **46 Distritos** contra os 40 inicialmente definidos como prioritários, tanto com acções de formação assim como através da implementação de subprojectos de combate ao HIV/SIDA, essencialmente na área de prevenção e mitigação, cumprindo a meta em 115%;
- Todos os Ministérios, incluindo empresas públicas e instituições subordinadas e tuteladas foram apoiados na preparação e implementação dos seus respectivos planos sectoriais, operacionalizando assim o Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA 2005-2009 (PEN II). Neste processo foram envolvidos os parceiros da sociedade civil, incluindo os praticantes da medicina tradicional e parteiras tradicionais a todos os níveis, o sector privado e instituições do ensino superior como contribuintes directos na materialização das actividades específicas de cada sector. A meta estabelecida foi suplantada em mais de 100%.

Envolvimento das Lideranças

- No âmbito da advocacia realizada em todo o País, com vista a sensibilizar toda a sociedade para mudança de comportamento,

foram implementadas acções que culminaram com a consciencialização sobre o HIV/SIDA de 14.000 líderes comunitários, 285 líderes políticos, 500 líderes religiosos, 80 líderes do sector privado e treinamento de médicos tradicionais sobre aspectos ligados à prevenção e biossegurança no contexto de HIV/SIDA.

- Elaborado um Guião de actividades para os Líderes Tradicionais na Luta contra o HIV/SIDA.

Cuidados e Tratamento

- Formados mais de 10.000 seropositivos para o fortalecimento da capacidade de integração social, formação vocacional em diversas matérias de geração de auto-emprego.
- Disponibilizados 25.500.000 preservativos, meta cumprida, para a prevenção de infecção com o HIV, bem como para as Infecções de Transmissão Sexual e prevenção da gravidez precoce.
- Mais de 17.000 doentes em tratamento anti-retroviral.
- Mais de 6.000 mulheres e crianças recém-nascidas beneficiaram da profilaxia no quadro da prevenção da transmissão vertical.
- O País conta com 155 Unidades de aconselhamento e testagem voluntária, ultrapassando em 49% a meta estabelecida de 76 Unidades.

Investigação

Iniciados os seguintes estudos:

- De impacto do HIV/SIDA no sector público – CNCS/UTRESP/PNUD;
- Inquérito nacional da prevalência, riscos sócio comportamentais e impacto do HIV/SIDA em Moçambique – parceiro realizador MISAU;
- Aderência ao tratamento anti-retroviral «HAART» em Moçambique e factores associados – em parceria com Faculdade de Medicina da UEM;
- Estudos comportamentais para a percepção das tendências da evolução da epidemia – CNCS/Grupo Técnico Multisectorial;
- Levantamento sobre as políticas e programas no local de trabalho – CNCS;
- Avaliação das despesas nacionais no combate ao HIV/SIDA – CNCS/UNAIDS/UNICEF/OMS.

Adicionalmente, foi elaborada a primeira versão do Regulamento da Lei nº 5/2002, de 5 de Fevereiro, HIV/SIDA no Local de Trabalho, documento que será objecto de validação pelos diferentes intervenientes no decurso do 1º trimestre de 2006.

Mitigação das consequências e Alívio da Pobreza das famílias e comunidades infectadas e afectadas

- Aproximadamente 4.000 famílias envolvidas em cerca de 100 projectos com esquemas de geração de rendimentos, suportando especificamente Pessoas Vivendo com HIV/SIDA (PVHS) e Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs);
- 24.429 crianças órfãs e vulneráveis, em todo o País, beneficiaram de apoio por parte de 244 organizações e 3.300 famílias substitutas e biológicas.
- Abrangidas nas iniciativas de suporte cerca de 20.000 seropositivos integrados em organizações de PVHS, cujas acções consistiram no fortalecimento das suas capacidades para a integração social, formação vocacional em diversas matérias para o auto-emprego e apoio habitacional. Foram registados mais de 1200 voluntários para desenvolver acções de cuidados e apoios domiciliários.
- **Desembolsados** 221 biliões de meticais para suportar 1285 sub-projectos. O apoio financeiro a estes sub-projectos, visava incentivar os diferentes parceiros, sectores público e privado, sociedade civil e órgãos de comunicação social, a orientarem as suas intervenções no sentido de reforçar a capacidade de geração de rendimentos, prevenção, cuidados domiciliários, segurança alimentar, educação e apoio nutricional, etc.

VI.4 MEIO AMBIENTE

Com o objectivo de assegurar que os empreendimentos económicos e sociais funcionem numa óptica de sustentabilidade económica, ambiental e social, ao longo do ano foram pré-avaliados e revistos diversos projectos de desenvolvimento; teve início a avaliação ambiental estratégica (AAE) em Beluluane e Chibuto; foi concluída a Avaliação Ambiental Estratégica do PROAGRI II; foram realizadas auditorias ambientais as actividades da MOZAL e Cimentos de Moçambique; e foi operacionalizado o aterro industrial de Mavoco.

Com o objectivo de assegurar que todo o cidadão viva num ambiente saudável e tenha um bem estar social e económico, foram realizadas acções de inspecção (i) às unidades industriais de produção de óleos, sabões e detergentes nas cidades de Maputo e Inhambane; (ii) à Cimentos de Moçambique e Mozal; (iii) às

unidades de produção alimentar e de bebidas na cidade de Maputo; e (iv) à uma unidade turística na cidade de Inhambane.

No âmbito da Coordenação Intersectorial foram realizadas ao longo do ano de 2005 as seguintes acções:

- Elaborada a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique;
- Finalizado o processo de preparação do documento sobre a integração da agenda ambiental no PARPA II;
- Iniciada a preparação de indicadores ambientais;
- Finalizada a integração da componente ambiental nos órgãos centrais e locais do Estado, autarquias e sociedade civil e sector privado; e
- Elaborado e em apreciação o primeiro “draft” do compêndio sobre estatística ambiental.

VI.5 GÉNERO

O Governo no seu esforço de promoção de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres continuou a enfatizar a necessidade de integrar as questões de género em todos os planos e intervenções de desenvolvimento.

Através do seu órgão de consulta, o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher (CNAM), o Governo faz a coordenação intersectorial, com o principal objectivo de impulsionar e acompanhar a implementação de políticas e programas aprovados para as áreas da mulher e género.

Assim, durante o ano de 2005 foram desenvolvidas várias acções de entre as quais se destacaram as seguintes:

No âmbito da Legislação, Políticas e Planos

- Elaborada a Política de Género e Estratégias de Implementação (PGEI), visando a promoção da igualdade de género, o respeito pelos direitos humanos e o fortalecimento da participação da mulher no desenvolvimento do País;
- Actualizado o Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM) relativo a 2002-2006, que orienta a planificação e execução de acções de promoção da mulher, visando a igualdade de oportunidades de homens e de mulheres;
- Elaborada a Estratégia de Género do sector Agrário e o respectivo Plano de Acção;

- Criadas Unidades de Género em todas as Direcções Provinciais de Educação e em distritos considerados críticos no que diz respeito às disparidades de género, o que representou um passo estratégico no âmbito da prossecução dos objectivos de garantir acesso e equidade de género no ensino;
- Elaborado o Plano de Acção de médio prazo para a área da Saúde, priorizando a socialização, formação e estudos das implicações de questões de género nos distritos;
- Prosseguidas as acções de disseminação da Lei da Família;
- Revistos os instrumentos legais que discriminavam a mulher, dos quais: i) Código Comercial, ii) Código de Registo e Notariado.
- Criadas em 12 Esquadras da Polícia, secções de atendimento às vítimas de violência, totalizando 96 que beneficiam maioritariamente crianças e mulheres vítimas de tráfico e de violência doméstica.

No âmbito da capacitação e sensibilização

- Realizadas acções de Capacitação em matéria de i) Planificação e Orçamentação na Óptica de Género; ii) Análise e Planificação de Género; iii) Género e Violência; iv) Género e Saúde; v) Género e Agro-biodiversidade e vi) Género e HIV/SIDA, beneficiando 500 pessoas, entre Membros dos Conselhos Consultivos de Ministérios, Membros do Conselho Técnico do CNAM, Responsáveis da área de Planificação e Finanças e dos pontos focais de género, bem como de representantes de ONG's, confissões religiosas e líderes comunitários ao nível central e provincial. *(Para mais detalhes vide anexo 1).*
- Capacitados 1.000 camponeses organizados em associações, dos quais 85% são mulheres, em técnicas de enxertia de fruteiras.

Participação nos órgãos de decisão e poder político

Para a elevação do estatuto da mulher, sobretudo nos órgãos directivos e da administração pública, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de paulatinamente ser superado o desequilíbrio de género, em especial no Governo e no Parlamento.

Ao nível parlamentar, as mulheres representam actualmente 35,6% dos 250 deputados da Assembleia da República. De referir que em 1997 a percentagem de assentos ocupados por mulheres era de 28%.

A representação das mulheres no órgão legislativo em Moçambique é uma das mais altas não só na África Austral como no mundo e representa o cumprimento

de um dos compromissos assumidos pelo Governo, na Declaração de Género da SADC de 1997, no sentido de alcançar até 2005 a meta de 30% de mulheres nas estruturas políticas de tomada de decisão.

De referir a existência de uma Vice Presidente da Assembleia da República, cinco mulheres fazerem parte da Comissão Permanente da Assembleia da República, o correspondente a **30%** dos 15 membros do referido órgão.

Ao nível do Governo, é de realçar que a pasta de Primeira Ministra é ocupada por uma mulher e existem seis ministras, 24% de um total de 25; quatro vice-ministras, 23,5% de um total de 17; seis Secretárias Permanentes, 24% de um total de 25; duas governadoras provinciais, 18,18% de um total de 11 governadores e quatro Secretárias Permanentes Provinciais, 36,36% de um total de 11.

Estes dados estatísticos encorajam o Governo a envidar esforços para que a igualdade de direitos e de oportunidades seja uma realidade, com maior enfoque nos órgãos de decisão ao nível de base.

Empoderamento económico da mulher

- Implementados 238 projectos de geração de rendimentos ao nível do país beneficiando 2.756 pessoas, dos quais 1.558 são mulheres.
- Sensibilizadas 450 pessoas, dentre as quais 90% mulheres, para o uso de fogões melhorados, dado que estes são mais eficientes e poupam carvão e lenha contribuindo, assim, para reduzir a pressão exercida sobre a energia da bio-massa.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2005

Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Infra-estruturas	Estradas	Melhoria da rede nacional	Reabilitar e melhorar a rede nacional;	Kms. Reabilitados	9	1096	714	980	819	1091	1375	
				Melhorar a execução de obras e serviços	Kms Manutenção Periódica	10	1510	190	422	514	1635	1004	
		Agua	Aumento do acesso	Abrir poços, estabelecer novas ligações	% População com acesso à agua potável	12	36.5%	36.3%	39.4%	41.0%	44.2%	42.1%	
		Saneamento	Aumento do acesso	Latrinas melhoradas, fossas sépticas	% População com acesso a serviço de saneamento	13	44.0%	45.0%	47.0%	36.0%	37.0%	40.0%	
Promoção do desenvolvimento económico, com prioridade para as zonas rurais e a redução dos desequilíbrios regionais	Agricultura e desenvolvimento rural	Serviços Agrários	Promoção da produção agrária	Aumentar a abrangência dos serviços de Extensão Agrária	% explorações agrárias assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia durante os 12 meses anteriores	14	indicador novo para 2005					28%	
					- Proxy 1 Total Camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão (incl. Outsourcing)	14			122,000	150,000	196,000	176,729	
					- Proxy 2 N° vacinações contra Newcastle (público)	14			737,000	1,147,000	3,000,000	2,035,101	
				Melhorar a cobertura dos serviços de sanidade animal	% de explorações Agropecuárias que vacinaram gado	15	indicador novo para 2005					70%	n/d
					- Proxy 1 Bovinos vacinados contra Carbúnculo Hemático	15			489,801	339,992	660,000	502,371	
					- Proxy 1 Bovinos vacinados contra Carbúnculo Sintomático	15			182,948	140,387	250,000	198,145	
				Estimular os mecanismos de mercado	% da produção de cereais (milho, mapira e arroz) efectivamente comercializada pelo sector formal	16	indicador novo para 2005					16.10%	dados ainda não disponíveis
				Promover o uso de técnicas de rega	Área (Ha) de esquemas de rega construídos e/ou reabilitados com recursos públicos	17			900	1600	2,900	2,514	
				Gestão dos Recursos Naturais	Acesso a terra	Simplificar mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento terra	% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias	18		94%	78%	78%	90%
	Promoção da exploração sustentável de recursos naturais	Estimular a gestão comercial sustentável de Recursos Naturais via planos de manejo	% de concessões com Plano Maneio aprovado	19			31%	50%	37%	50%			

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2005

Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Desenvolver o sector privado		Estimular a criação de emprego no sector formal, modernizar a pratica de comercio para melhorar as actividades económicas, simplificar o processo de registro de negocio e reduzir a corrupção.	Revisão da Lei do Trabalho e Submissão à Assembleia da Lei de Trabalho Revista	20				Elaboração dos termos de referências e o início do processo de revisão da Lei do Trabalho.	Submissão lei	Iniciado o processo de revisão da Lei do Trabalho.Elaborada uma proposta de revisão da lei,submetido aos parceiros sociais para consulta.E esta actividade está em curso.	
				Revisão do projecto do Código Comercial	21					Implementação (sujeito a aprovação da AR)		
	Políticas macro-económicas e financeiras	Sistema Financeiro	Fortalecer a responsabilização e prestação de contas ("accountability) no sector bancário	Efectuar uma auditoria forense ao BAu promovida pela PGR	22						Finalizada	Em Curso
			Melhorar a intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e medias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial	Fortalecer a capacidade institucional do BdM e de outras autoridades de regulação	23						Aprovação e emissão do regulamento do LICSF	Cumprido
				Implementação da estratégia do BIM, incluindo a preparação da venda da participação do Estado	24						√	Em Curso
			Melhorar o sector seguros e protecção social	Fortalecimento do sistema de protecção social	25	Debates a volta do Anteprojecto de Lei da Segurança Social. Discussões públicas do Decreto 25/99 como primeiro passo para a elaboração da revisão deste decreto		Continuação do debate do projecto de revisão da legislação sobre segurança social	Submissão ao Conselho de Ministros, após debate com os parceiros sociais, do projecto de revisão da legislação sobre segurança social.		Submissão da proposta de lei de protecção social à AR	
			26						Inicio do estudo actuarial do sistema de segurança social	Não realizado		

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2005

Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Políticas macro-económicas e financeiras	Reforma do Sistema de Administração financeira do Estado	Elevação da eficiência e eficácia da gestão das disponibilidades financeiras do Estado	A despesa nos sectores prioritários do PARPA supõe pelo menos 65% da despesa total excl. juros da dívida. Pelo menos metade deste 65%, em Educação e Saúde.	27					65%	
				Aumentar a abrangência do orçamento como requisito para o orçamento por programa	28					Concluir o estudo para off-budgets na Saúde e começar implementar as recomendações no ciclo de OE 2006 para Saúde	concluido
				Implementar o e-Sistafe	29					60% do OE em SISTAFE (sujeito a confirmação após a missão do QAG)	Fez-se no MF, MPD, e MINED.
		Reforma Tributária	Tributação mais simples e abrangente, justa e equilibrada	Fortalecimento de administração tributária e estabelecimento da Autoridade Tributaria (ATM) em 2006	30					Aprovação da Regulamentação e Procedimentos da ATM	
				Receita total em percentagem de PIB	31					14.9%	
		Procurement	Adopção de um sistema transparente e eficiente	Implementar um sistema moderno do procurement de acordo com as melhores práticas internacionais baseado no novo regulamento do procurement e em ligação com o e-SISTAFE	32					Iniciar implementação	Regulamento aprovado pelo CdM, implementação iniciada.
		Auditoria	Melhorar cobertura e função das auditorias internas e externas	Implementação das componentes prioritárias do plano estratégico no auditoria interna	33					√	
				Revisão das funções das instituições de auditoria externa *	34						
		Planeamento e Monitoria	Harmonização dos instrumentos de médio e curto prazo	A revisão do PARPA concluída através um processo consultivo	35					√	Em curso
				Processo único da formulação do CFMP, PES e OE.	36					Iniciar	Em curso
* Ver o aide memoire											
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma Sector Público	Desconcentração e Descentralização	Preparar a política e a estratégia de descentralização	37					Preparado	
				Estabelecimento de critérios para afectação de recursos financeiros aos distritos	38					Proposto/preparado	
				FCA transferido para cada Autarquia (programação, execução) e receitas totais de cada Autarquia/pessoa (programação)	39					Valor e Valor/Pessoa será disponível	
		Racionalização de estruturas e processos	Aprovação pelo governo da Política salarial de médio prazo (reforma salarial) e a implementação começou com a harmonização da base de dados	40					Aprovação		

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL 2005

			Planos de reestruturação acordados dentro do CFMPE o início da implementação nas áreas da Saúde, Educação Agricultura, MAE, MIC e MPF	41					Planos acordados e implementação iniciando			
			Combate à corrupção						Aprovação da estratégia e implementação iniciando			
			Levantamento sobre a corrupção no sistema de justiça (propondo soluções para a simplificação processual e de outras causas da corrupção) e recomendações implementadas	43					Publicação do primeiro estudo e identificação de outras instituições a serem abrangidas			
			Aumentar os recursos do Governo (particularmente uma melhor contratação de pessoal) afectos às Unidades Anti-Corrupção	44					√			
Consolidação da Paz, e Unidade Nacionais, da justiça e da democracia	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma da Justiça	Elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial	Aumentar o número de sentenças judiciais (esta sujeito a modificação) *	45				42% (Ano base é 2002)	127% (a confirmar)		
				Redução do número de prisioneiros que aguardam acusação e julgamento	% máximo de presos a espera de julgamento	46				57%	55%	
			Simplificação e maior celeridade no processamento	Apresentação dum programa de reforma a longo prazo incluindo um sistema de planificação, orçamentação e monitoria que dê prioridade à prestação de serviços do sector.	Aprovação do documento da visão pelo CM e revisão do PEI e POPEI	47					√	Realização parcial, conclusão prevista para 30/03/06
					Consolidar a partir do POPEI um sistema harmonizado de M&E.	48					√	Realização parcial, conclusão prevista para 30/03/06
			Reformas de leis	Rever o Código do Processo Civil,		49a)					Submissão à AR	Realizado - aprovado pelo Decreto-Lei de 27.12.05
				Rever a lei orgânica dos Tribunais Judiciais incluindo secções comerciais		49b)					Submissão à AR	Realizada - proposta aprovada e submetida à AR
				Rever o Código de Notariado,		49c)					Submissão à AR	Realizada - aguarda-se respectiva autorização legislativa para a sua aprovação
				Rever Código Penal		49d)					Submissão à AR	Em Curso
				Rever Legislação Prisional		49e)					Submissão à AR	Início da execução pendente do início do projecto que a financia

* Ver o aide memoire